

1
2
3 ATA DEGRAVADA 216ª PLENÁRIA ORDINÁRIA
4

5 Aos vinte e um dia do mês de outubro de dois mil dezesseis, às nove horas, na
6 plenária do 3º andar da Casa de Direitos – MG, realizou-se a ducentésima décima sexta
7 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela – Vice-Presidente Simone A. Albuquerque,
8 onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: na presença dos seguintes
9 conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane Lima - Cáritas, Luiz
10 George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, Volney Costa – PSIND, Silvana Campos -
11 SEE; Soyla R. S. Pereira – CMAS/Paracatu, Leonardo Ladeira – SEPLAG, Rosilene
12 Aparecida Tavares – CRESS, Isac dos Santos Lopes – ASQUIS (na condição de titular),
13 Leonardo Koury – SEDA, Raquel F. Ferreira – CMAS/São Francisco de Paula, Lúcia
14 Elena Santos J. Rodrigues – COGEMAS, Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS de
15 Paracatu, Cristiane Isabel Felipe — Josiany Vieira de Souza – ACONESQUISTAC e
16 Marta Elizabete Souza – SES. Dayana Cristina Lourenço de Assis - CMAS/JF. Dos
17 conselheiros suplentes: Érica Andrade – CRP, Isabela de V. Teixeira – SEDESE, Maria
18 Pascoa Andrade – COGEMAS, Marta Maria V. Castro da Silva – SEDESE, Helder
19 Augusto Diniz Silva - CMAS/Pedro Leopoldo, Gabriella Nair F.N. Pinto - SEPLAG. E dos
20 membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Araújo, Claudia
21 Alexandre, Adelmira Cerqueira, Regina Caldeira, Vera Lucia, Rosalice Tassar, Leonardo
22 Lobato, Ângelo Machado e Rosângela. A plenária teve início com a fala da Vice-
23 Presidente. **SIMONE:** (...) E em nome dela, da Consolação, todos da secretaria executiva.
24 Eu quero cumprimentar também os nossos convidados, que já estão aqui conosco, tanto
25 a Simone Almeida, quanto o Wagner Antônio. Eu quero cumprimentar também a Isabela e
26 agradecer a presença dela, do CAO, do MP da criança e do adolescente. Eu quero
27 cumprimentar todos os conselheiros (as) aqui presente. Espero que tenhamos um bom
28 dia de discussão, de debate, aqui no Conselho Estadual de Assistência Social. Eu vou
29 então dar início a nossa ducentésima décima quarta plenária ordinária e da vigésima
30 quinta plenária extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
31 Gerais. E para conferir o quórum, eu vou passar para a nossa secretária executiva,
32 Consolação, para que ela possa conferir o nosso quórum. **CONSOLAÇÃO:** Temos doze
33 em condição de titularidade. **SIMONE:** Muito obrigada, Consolação. Eu quero justificar a
34 ausência do conselheiro Wilson de Sales, da Secretaria da Fazenda. O conselheiro
35 Wilson está de férias. O senhor Walter Figueiredo Souza, da APAE, justificou a ausência
36 por motivo de viagem. Nós também temos a justificativa da Maria do Carmo Brandão, do
37 CMAS/Leopoldina, que está participando do Capacita SUAS. O conselheiro Willian
38 também está participando do Capacita SUAS. Temos o Willian Santos, do CMAS/ Belo
39 Horizonte, a Roseane Cristina da FENEIS, a Patrícia, da SEAPA, e a nossa querida
40 presidenta, que está de licença maternidade, Maria Alves de Souza. Eu vou agora então
41 para os pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta colocado é o apoio a carta da Frente
42 Mineira em defesa do SUAS. Foi uma solicitação da comissão de política para que esse
43 fosse o primeiro ponto de pauta. Então, eu vou passar para a coordenadora da
44 comissão de política, a conselheira Marta Silva, para que ela possa então encaminhar
45 esse ponto de pauta. **MARTA SILVA:** Bom dia a todos (as). Ontem na comissão de
46 política nós tivemos a análise das duas cartas: uma que se refere ao programa Criança
47 Feliz, e a outra em que a Frente elaborou se posicionando sobre a PEC 241. A comissão
48 se deteve em uma leitura minuciosa e recomenda a essa plenária que também apoio
49 essas duas cartas da “Frente Mineira.” VOZ AO FUNDO Vocês querem que leia? Ok.
50 Então sobre a PEC 241. Às/Aos parlamentares do Congresso Nacional. Nota de repúdio à
51 PEC 241 que altera o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo
52 regime fiscal. A Frente Mineira em defesa do SUAS e da Seguridade Social vem a público
53 repudiar a PEC 241, de iniciativa do poder executivo, que institui o denominado “novo

54 regime fiscal.” Esta proposta de emenda constitucional viola princípio da constituição
55 federal e ameaça conquista civilizatórias da sociedade brasileira, direitos sociais e
56 humanos imprescindíveis à vida das famílias e indivíduos, ao congelas os investimentos
57 nas políticas públicas por 20 anos. Os pilares da proteção social previstos na carta
58 magna, os sistemas de saúde, de educação e de assistência social e as políticas
59 transversais; a política de transferência de renda materializada no benefício da prestação
60 continuada – BPC e no programa Bolsa Família; e a previdência social, voltada para a
61 classe trabalhadora, para os mais pobres e vulneráveis de nossa sociedade; serão
62 inevitavelmente abalados caso seja aprovada a PEC 241. Vários são os estudos que
63 demonstram os impactos negativos desta PEC, entre eles o estudo do Instituto de
64 Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, expresso na nota técnica nº 28/20165, em
65 relação às despesas com saúde, prevista a alteração das regras estabelecidas em 2015
66 pela emenda constitucional nº 86 (ECA 86), o estudo aponta sete questões importantes
67 para o debate sobre o gasto em saúde no Brasil. 1 - Que o gasto público com saúde no
68 Brasil é muito baixo; 2 - Que a participação das despesas com ações e serviços públicos
69 de saúde – ASPS nas despesas primárias do governo federal caiu entre 2002 e 2015; 3 -
70 Que Estados e Municípios não terão como absorver a redução no financiamento federal; 4
71 - Que o congelamento parte de um patamar baixo; 5 - Que a população de pessoas
72 idosas no Brasil dobrará em vinte anos e que a necessidade de financiamento dos
73 serviços aumentará; 6 - Que o gasto com saúde tem efeito multiplicador para o PIB; 7 -
74 Que a redução do gasto per capita com saúde em um contexto de recessão econômica
75 pode ter impacto muito negativo para a saúde da população e para a economia. Para a
76 política de assistência social, o estudo do IPEA prevê que, com a vigência da PEC, em
77 2036, essa política pública contaria com menos da metade dos recursos necessários para
78 manter a oferta de serviço nos padrões atuais. Em números, a perda de recursos de R\$
79 868 bilhões. Isso desmontaria o Sistema Único da Assistência Social – SUAS – sistema
80 de proteção social e caráter universal, recentemente implantado no nosso país. Hoje, o
81 Brasil conta com mais de 11 mil unidades públicas estatais de proteção social: CRAS,
82 CREAS, Centro POP, Acolhimento institucional, e mais de 13,9 milhões de famílias
83 inseridas no programa de transferência de renda, reconhecido mundialmente pelos seus
84 méritos, o Bolsa Família; além de mais de 4,2 milhões de pessoas idosas e com
85 deficiência, sem condições para o próprio sustento, com garantia de um salário mínimo
86 mensal, por meio do BPC/LOAS. A PEC provocaria, portanto, o desmonte do atendimento
87 ao direito socioassistencial, o retorno das piores formas de trabalho, fortemente
88 combatida ao longo dos últimos 13 anos – o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-
89 juvenil, bem como a ampliação da população em situação de rua. Ou seja, serão recursos
90 cortados das políticas públicas de combate à violação de direitos de crianças,
91 adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, mulheres, da população LGBTT, da
92 população negra, dos excluídos e invisíveis, das políticas que contaram com
93 financiamento público a partir da implantação do SUAS no Brasil. Perguntamos, então: há
94 alguma dúvida de que a disputa pelos poucos recursos a partir do congelamento, não
95 seria esse público o mais prejudicado? Além dos efeitos perversos da PEC 241, o
96 governo informou que o próximo alvo das reformas é a previdência social, cujos critérios
97 de acesso à aposentadoria e ao BPC serão modificados para diminuir o número de
98 pessoas beneficiadas, dado o esperado envelhecimento da população. Uma das
99 propostas já anunciada será a elevação da idade para acesso ao BPC, de 65 anos para
100 70 anos, deixando justamente nesta fase mais vulnerável a população descoberta da
101 proteção social. A Frente Mineira em defesa do SUAS reitera, assim, sua posição
102 totalmente contrária à PEC 241, pois entende que ela compromete a seguridade social,
103 com drástica redução dos investimentos em saúde, previdência e assistência social,
104 deixando vulneráveis milhões de brasileiros (as). Somos a favor da responsabilidade nos
105 gastos públicos, mas a classe trabalhadora, os mais pobres e vulneráveis não podem
106 pagar essa conta. Não à PEC 241! Nenhum direito a menos! Mais SUAS! Mais SUS! Mais

107 previdência social! Mais seguridade social! **APLAUSOS SIMONE:** Em discussão. Não
108 havendo quem queira discutir, eu vou colocar em votação. Os conselheiros favoráveis
109 com a nota, por favor, levantem os seus crachás amarelos. Podem abaixar. Contrários,
110 abstenções. Então foi aprovada por unanimidade. Tem outra, Marta? **LEONARDO**
111 **LADEIRA:** Eu vou ler a outra para ela, porque está bem grande. **SIMONE:** Está bom. Eu
112 prefiro mil vezes a sua voz, você sabe, não sabe Léo? **RISOS LEONARDO LADEIRA:**
113 Que isso! Simone, assim você me deixa mal com a Marta! **VOZ AO FUNDO LEONARDO**
114 **LADEIRA:** Diga não ao programa criança feliz. A política pública de assistência social, a
115 partir da lei federal nº8.742/1993 – LOAS e suas respectivas alterações, é organizada sob
116 a forma de sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social
117 – SUAS. Trata-se, portanto, de uma política nacional estruturada, que integra níveis de
118 proteção social básica e especial. Em 2006, a resolução CNAS nº 269 versou sobre a
119 norma operacional básica de recursos humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, que
120 estabeleceu as equipes de referências do SUAS, como aquelas constituídas por
121 servidores efetivos responsáveis pela organização e pelo provimento da oferta de
122 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Em 2009, a resolução
123 CNAS nº 109 organizou os serviços que a política de assistência social oferta à
124 população, por meio da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Desde então,
125 o SUAS conta com serviços padronizados em âmbito nacional, que organizam os acessos
126 aos direitos sócio assistenciais das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Os
127 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, unidades públicas municipais do
128 SUAS implantadas em todo o país com atribuição de ofertar a proteção social básica às
129 famílias e indivíduos e promover a organização e articulação da rede socioassistencial e
130 de outras políticas públicas, desempenha papel primordial no território onde se localiza e
131 é responsável pelo serviço de proteção e atendimento integral às famílias – PAIF. Este
132 serviço tem caráter continuado e promove fortalecimento dos vínculos familiares e do
133 acesso aos direitos sociais por essas famílias, com a finalidade de contribuir na melhoria
134 de sua qualidade de vida, O art. 16 da LOQAS estabelece que os Conselhos de
135 Assistência Social são instâncias deliberativas do SUAS com autonomia para deliberar
136 sobre a execução da política de assistência social e seu funcionamento em seu âmbito de
137 abrangência, respeitando o marco legal da política de nacional de assistência social.
138 Considerando as informações apontadas acima, entendemos que o programa Criança
139 Feliz se sobrepõe e não se alinha’ com a organização e diretrizes definidas na LOAS.
140 Lançado pela primeira damas, no dia 05 de outubro de 2016, o programa é destinado a
141 atender gestantes e crianças de até três anos de idade, de famílias beneficiárias do Bolsa
142 Família, crianças de até seis anos, beneficiárias do BPC e crianças afastadas do convívio
143 familiar em razão da aplicação da medida de proteção de acolhimento institucional e tem
144 como objetivos: I – promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e de
145 acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; II- apoiar a
146 gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; III –
147 colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias
148 para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa
149 etária de até seis anos de idade; IV – mediar o acesso da gestante, das crianças na
150 primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem; e
151 V – integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes,
152 crianças na primeira infância e suas famílias. São objetivos já definidos como atribuição
153 do serviço de proteção e atendimento integral às famílias – PAIF. Conforme a tipificação
154 nacional dos serviços socioassistenciais, com destaque para as ações com famílias que
155 possuem pessoas que requerem cuidados, com foco nas questões relativas à primeira
156 infância, à adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências. Ou seja, o público
157 definido no programa Criança Feliz – famílias beneficiárias de programas de transferência
158 de renda e benefícios assistências – é prioritário no atendimento do PAIF nos CRAS em
159 todo país. Destacamos que, de acordo com o Censo SUAS 2015, temos no Brasil 11 mil

160 unidades públicas estatais de atendimento, incluindo os CRAS, CREAS, Centros POP e
161 de Acolhimento Institucional. Integra ainda a rede socioassistencial de acordo com o
162 CNEAS, mais de 17 mil unidades e organizações de assistência social. O SUAS no país
163 conta com mais de 600 mil trabalhadores, sendo mais de 272 mil inseridos na gestão e
164 unidades públicas estatais, além de mais de 328 mil trabalhadores integrantes da rede
165 privada do SUAS (Censo SUAS 2015). Em Minas Gerais, pelo Censo de 2014 temos
166 1129 CRAS, em 846 municípios, 930 centro de convivência, 240 CREAS e 654 unidades
167 de acolhimento em 305 municípios. O decreto 8.869/2015, que institui o programa Criança
168 Feliz, não explicita os recursos humanos que desenvolverão o programa, se limitando
169 apenas às expressões “profissionais capacitados.” Preocupa-nos a precarização da
170 gestão e do trabalho na área, já que a NOB-RH/SUAS estabelece que as equipes de
171 referência do SUAS deviam ser compostas por profissionais de níveis superiores e médio
172 efetivos, contando obrigatoriamente com psicólogos (as) e assistentes sociais, além de
173 outros profissionais de nível superior que integram o SUAS. Destaca-se, ainda, que
174 apesar do forte investimento nos últimos anos na consolidação do SUAS, os municípios
175 de médio e grande porte e as metrópoles ainda requerem ampliação de recursos
176 financeiros do governo federal para universalização da proteção socioassistencial. O
177 Plano Decenal proposto para o SUAS 2016/2026 aponta para a universalização do SUAS,
178 visando alcançar territórios e famílias sem cobertura. O programa Criança Feliz
179 disponibilizará recursos financeiros extraordinários para a sua implantação, sendo que
180 começam em 2016 com recursos que eram destinados ao aprimoramento da gestão do
181 SUAS. São R\$ 27 milhões para este ano. Este recurso era destinado ao programa
182 Capacita SUAS na função orçamentária 8893. Trata-se da criação de um programa
183 paralelo e sobreposição dos serviços socioassistenciais com retorno ancorado na disputa
184 de programas e projetos pontuais fragmentados e sedimentados, sendo especificamente
185 voltado para a primeira infância. Criança feliz é aquela que vive em famílias protegidas.
186 Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de o programa ter a sua gênese e o
187 policiamento das famílias pobres, pois parte de um princípio que as mesmas não sabem
188 cuidar de seus filhos. No PAIF, executado pelo CRAS, as famílias que descumprem as
189 condicionalidades do Bolsa Família e recebem o BPC são acompanhadas de forma
190 sistemática, e participam de oficinas e atividades baseadas em métodos e teorias das
191 profissões regulamentadas, que buscam fortalecer o caráter protetivo e criar autonomia
192 para as famílias, na perspectiva da defesa e garantia dos direitos. Assim, conclamamos
193 os Conselhos de Assistência Social que exercem a função de controle social da política e
194 são deliberativos e autônomos a dizerem não ao programa Criança Feliz, pois o mesmo
195 representa um retrocesso na consolidação da política pública de assistência social e do
196 Sistema Único de Assistência Social. Belo Horizonte, 20 de outubro. Frente Mineira em
197 defesa do SUAS e da Seguridade Social. APLAUSOS **SIMONE:** Em discussão, Volney.
198 **VIOLNEY:** A executiva da Frente Mineira quer que o Conselho delibere e que seja
199 enviada a todos os Conselhos Municipais de Minas Gerais essa carta que nós redigimos.
200 Então a plenária precisa decidir para que enviada a todos os Conselhos. **SIMONE:**
201 Continua em discussão. Não havendo quem queria discutir, eu vou encaminhar a votação
202 da seguinte forma: primeiro nós vamos votar o conteúdo da carta, e depois a proposta
203 feita pelo conselheiro Volney. Então, por favor, conselheiros. Os conselheiros favoráveis a
204 carta, por favor, levantem os crachás amarelos. Podem abaixar. Contrários, abstenções.
205 Então, foi aprovada por unanimidade a carta. Agora, vamos votar a proposta do
206 conselheiro Volney. Os conselheiros que concordam que essa carta deve ir para todos os
207 Conselhos Municipais de Assistência Social de Minas Gerais, por favor, levantem o
208 crachá. Podem abaixar. Contrários, abstenções. Então, foi aprovado por unanimidade.
209 Bem, dando seguimento à nossa pauta. Eu vou passar para a nossa secretária executiva.
210 **CONSOLAÇÃO:** Eu vou falar bom dia, porque da outra vez eu não falei, não é?
211 Desculpa. Bom dia, gente. Nós encaminhamos as atas da ducentésima décima quarta
212 plenária ordinária e a vigésima quinta extraordinária para vocês. E aí, então seria isso. Eu

213 peço a presidente que coloque em votação as duas atas, por favor. **SIMONE:** Em
214 discussão. Não havendo quem queria discutir, então eu vou colocar em votação as atas
215 da ducentésima décima quarta plenária ordinária e a vigésima quinta plenária
216 extraordinária. Os conselheiros que são favoráveis as essas atas, por favor, levantem os
217 crachás. Podem abaixar. Contrários, abstenções. Tem uma abstenção. Obrigado. Agora,
218 nós vamos para os informes. Eu vou passar para o COGEMAS. Conselheira Páscoa, por
219 favor. **PÁSCOA:** Foi agendada uma reunião para o dia 27, na cidade administrativa. E
220 após, vai ter um manifesto lá também a respeito do pagamento do piso mineiro. Eu não
221 tenho mais informe. Isso é o que a gente conversou aqui no dia da reunião da CIB. Já
222 saiu a pauta da reunião. Eu vi porque o Hermellis mandou aqui para mim no whatsapp e
223 já foi mandada para os municípios. **SIMONE:** Muito obrigada. Conselheira Páscoa, a
224 senhora quer dar os informes da CIB? **PÁSCOA:** Sim, vamos lá. **SIMONE:** Por favor.
225 **PÁSCOA:** A reunião da CIB aconteceu aqui, no dia 18/10. A Simone fez a abertura da
226 reunião. E em seguida foi apresentada a cartilha produzida pela SEDESE sobre a
227 organização do SUAS e a rede privada de Minas Gerais. Quem apresentou foi a diretora
228 de cadastro da SEDESE, a Dalma. Ela apresentou também o programa Conta Com a
229 Gente, entre a CEMIG, COPASA. Esse programa está no site da SEDESE. A Simone
230 comentou sobre a cartilha, sobre o programa também. A Simone também fez comentários
231 de como que será a construção de indicadores de acolhimento, indicadores de
232 convivência. Esses indicadores estão em construções para o monitoramento das
233 entidades. Houve vários comentários sobre isso. O Régis, diretor da proteção social
234 especial, apresentou os relatos da reunião da câmara técnica. Ele falou sobre a
235 regionalização e como que está acontecendo o processo de regionalização. Ele colocou
236 que já foram feitos os termos de aceite. Ele colocou também que as obras de
237 acessibilidade já foram finalizadas em Águas Formosas, Almenara, Morada de Minas,
238 Peçanha e Diamantina. Ainda na questão de regionalização, a Simone falou uma coisa
239 que é muito importante, foi sobre a referência da proteção especial nos municípios. Os
240 vários gestores discutiram a questão do financiamento. O Jaime colocou também sobre a
241 ficha de monitoramento... Gente, eu me perdi. Desculpa. Eu vou precisar de um momento
242 para eu me organizar. Hoje a coisa está feia na minha cabeça! Desculpa. É um minutinho
243 só! **SIMONE:** Fique tranquila conselheira! Eu vou passar para outros conselheiros darem
244 os informes enquanto a senhora se organiza. Eu vou passar então para os conselheiros
245 que aqui representam o Conselho na Frente Mineira em defesa do SUAS. Quem é que vai
246 dar o informe? Então, conselheiro Rodrigo, conselheiro Volney... E mais quem que é? E a
247 conselheira Sandra. **VOLNEY:** A executiva da Frente decidiu por uma coletiva de
248 imprensa. Essa coletiva está sendo assessorada pela comunicação do CRP. Ontem um
249 grande número de conselheiros estava presentes e outras pessoas também que
250 acompanham a Frente. Essa coletiva com a imprensa vai acontecer hoje. Não é fácil
251 mobilizar a imprensa. É muito difícil! É uma temática que a imprensa não tem muito
252 interesse. Ontem o José Cruz tinha dado uma entrevista para o jornal O TEMPO. Eu hoje
253 até olhei pela madrugada e não vi a matéria publicada no jornal O TEMPO. Após as
254 entrevistas, ainda passa pelas editorias dos jornais ainda, não é? A gente está esperando
255 agora alguns veículos de comunicação às 10min30seg, aqui. As pessoas que vão
256 representar e falar em nome da Frente será a Páscoa e o Márcio Caldeira, que é da
257 ASSPROM. O Léo também vai dar uma cobertura pela... VOZ AO FUNDO Você vai
258 participar também, não é Léo? Dando apoio. Então isso tem sido o movimento da Frente.
259 Gente, mais uma vez a gente conclama que essas entidades participem, porque está
260 muito reduzido as pessoas, mesmo no executivo. Ela é aberta aos demais, mas é preciso
261 que outras pessoas participem não é? Porque senão a coisa ela não caminha. Houve a
262 proposta também de que a Frente vai reunir todos os dias, no final das comissões aqui,
263 para oportunizar que os conselheiros possam participar. Mesmo assim, ontem, a gente
264 percebeu um baixo número de presença de conselheiro. Então a gente queria conclamar
265 mais uma vez isso aí, senão vira aquela coisa de congregação religiosa: só fala entre os

266 padres só. **SIMONE:** Só uma dúvida conselheiros, conselheiro Volney e conselheiro
267 Rodrigo. A coletiva vai ser aqui? **VOLNEY:** Vai ser em uma sala aqui, no 3º andar, que já
268 está reservada para isso. **SIMONE:** Aí vocês então vão sair e vão participar? Está certo,
269 compreendi. Quer voltar aí, conselheira Páscoa? Então vá, por favor. **PÁSCOA:** Gente
270 me desculpa. O Régis e a Isabela na discussão da proteção especial eles apresentaram
271 as discussões sobre a proposta de criação do sistema registro e notificação de violação
272 de direito. A Isabela apresentou os objetivos do sistema a ser criado. Houve também a
273 apresentação da ficha de notificação. Aí abriu-se um grande debate sobre isso. A Simone
274 colocou que a referência técnica de proteção especial, quem sabe, deverá fazer a
275 notificação e a organização da rede. Vários gestores debateram sobre o tema. O Marcelo
276 de Belo Horizonte falou sobre as dificuldades do financiamento para as ações que serão
277 necessárias a partir desta notificação. O Jaime disse que a ficha é muito parecida com a
278 do SINAN. O sigilo em relação ao usuário, quem vai registrar, são desafios que a SEDESE
279 tem ainda que encarar. A Ana Amélia pede para participar da câmara técnica da CIB e
280 quis saber como se dá à relação disso com o SUAS. A Isabela esclarece que a saúde
281 também tem dificuldades em relação à notificação. Têm municípios que tem o registro
282 completo, têm municípios que não conseguem o registrar. Isso permite uma análise dos
283 dados da forma que precisamos e que queremos. O José Darci, de Pitangui, relata sobre
284 o prontuário eletrônico do SUAS e discute também sobre a capacitação dos técnicos que
285 irão preencher essa ficha de registro e de notificação. Diante da discussão, a Simone
286 colocou que nada acontecerá se não for acordado aqui na CIB. Ela pediu tranquilidade a
287 todos os gestores. Ela disse também: “Não vamos fazer a proteção especial sem
288 financiamento, começando com referência técnica para os municípios de porte I.” Isso eu
289 achei interessante porque é uma proposta nossa do COGEMAS já de muitos anos.
290 Parece que aí a gente já vislumbra que isso vai acontecer. O Marcelo também pede para
291 trazer para a próxima CIB a discussão de demanda da saúde para a assistência social.
292 Ela fala que a cada dia mais a demanda do idoso, a demanda da saúde mental, ela bate
293 lá nos CREAS e na porta da assistência social. O Régis então falou do protocolo de
294 gestão compartilhada e de atendimento. O protocolo está em construção ainda. Ele
295 apresentou a ideia. O Régis pronunciou sobre o andamento dos CREAS/ Regionais. Ela
296 falou dos dez CREAS/Regionais. Ela falou que foi feito os termos de aceite. Ele começou
297 a explicar das comissões regionais da gestão compartilhada e das diretrizes previstas no
298 plano estadual de regionalização, como serão criadas e como que funcionaram as
299 reuniões ampliadas. Aí depois a Júlia, do COGEMAS, pediu a palavra para falar sobre os
300 encaminhamentos das cartas de repúdio a PEC e também do Criança Feliz. Ficou
301 acordado que isso viria aqui para o Conselho, como vocês já puderam presenciar. No
302 mais, é isso. Eu peço desculpas. Foi muita coisa na minha cabeça. A gente não pode
303 fugir da raia, não é Simone? Ontem também teve a dificuldade de quem falaria sobre isso,
304 eu aceitei. Me convidaram e eu aceitei. Eu fiquei mais lendo isso a noite e aí fiquei um
305 pouco nervosa. Muito obrigada pela compreensão de todos. Aí Simone, se eu esqueci
306 alguma coisa, faça o favor de acrescentar para mim. **SIMONE:** Você só esquece de que a
307 gente pactuou a nossa pactuação da comissão regional de gestão compartilhada.
308 **PÁSCOA:** Isso mesmo! **SIMONE:** É! Eu vou pedir uma pauta na comissão de política
309 para que a gente possa trazer a discussão para a comissão. E aí o Conselho avalia a
310 resolução no próximo pleno. Conselheira Páscoa, quem tem que ajudar a senhora? Nós
311 temos uma secretaria executiva da CIB. Eu vou chamar a atenção lá da nossa secretaria
312 executiva, para que prepare para a senhora os relatos aqui do Conselho, fica mais fácil.
313 Mas de qualquer forma, eu agradeço muito. A nossa reunião foi no dia 18, então é
314 absolutamente compreensível que a senhora tenha tido essa dificuldade aí. Eu que peço
315 desculpas. Eu me comprometo a pedir à secretaria executiva da CIB para providenciar os
316 informes. Agora, sou eu não é? Por favor, aí gente. Bem, o primeiro rol de informe como
317 me comprometi com o Conselho, tem a ver com os repasses. Vamos lá? Por favor. VOZ
318 AO FUNDO. Ah! Então, por favor, Rodrigo. Desculpa. Hoje eu também estou meio

319 atabalhoada. **RODRIGO:** A reunião da comissão do Bolsa Família ocorreu no dia 27 de
320 setembro, na cidade administrativa com a equipe. O Wagner estava lá e mais os
321 representantes intersetoriais. O primeiro ponto tratado foi o encontro com o MP Federal
322 “Quinta Câmara Federal do Ministério” em Belo Horizonte. Foi uma reunião com a
323 promotora Ludmila, onde participou a coordenação estadual do programa Bolsa Família e
324 os gestores do programa de Belo Horizonte, Betim e Nova Lima. Na reunião foram
325 tratadas as dificuldades encontradas pelos gestores para o cumprimento das
326 recomendações feitas pelo MP Federal acerca da operação “Raio X” do programa Bolsa
327 Família. Esse é o primeiro, é a letra A. Para complementar, foi distribuída lá na reunião a
328 manifestação do CMAS/Belo Horizonte. Eu queria chamar a atenção para todos os
329 conselheiros que é um inquérito civil. O Conselho vai respondendo aqui com o aval deles
330 lá, não é? Na carta que eu trouxe para vocês aqui, se vocês quiserem depois correr o
331 olho, tem algumas observações bem peculiares, como por exemplo: a exigência do MP
332 Federal. São 60 dias para dar conta dessa auditoria. Belo Horizonte, Betim e Nova Lima.
333 Outra observação é a recomendação de publicitação da lista completa com inteiro teor em
334 locais visíveis nas repartições da prefeitura de Belo Horizonte e agências da Caixa
335 Econômica. O quê que é isso? É o nome dos nossos usuários lá nos lugares da
336 prefeitura e nas Caixas Econômicas. Então, esse é o primeiro item do que aconteceu lá
337 na reunião. Passando aqui para o B, a gente tem o termo de corporação técnica entre a
338 SEDESE e a CEMIG no mês de setembro. Esse termo de cooperação técnica é referente
339 aquele benefício que a gente tem da redução da tarifa social. Eu sei que eu estou dando
340 os informes aqui, mas assim, enche o coração de alegria e sensibilidade. É um acerto o
341 que vocês estão fazendo. Não é possível que uma empresa pública, que tem parte do
342 capital inclusive na bolsa de valores de Nova York, não possa estar fazendo esse retorno
343 para o nosso usuário dentro da nossa Minas Gerais. **VOZ AO FUNDO.** A proposta é uma
344 proposta de avanço de extração para mais beneficiários. É algo muito legal. Está
345 acontecendo a pró-atividade que vocês estão falando. A letra C é a capacitação de
346 entrevistadores do CADÚNICO na metrópole. Aconteceu nos dias 11, 12 e 13 de julho de
347 2016. A letra D é a capacitação de entrevistadores, também do CADÚNICO. Aconteceu
348 também aqui na capital. A letra E é a reunião intersetorial entre a assistência e educação.
349 Mais uma vez foi um esforço da proteção social básica lá do governo e a comissão em
350 estar nivelando as informações, em estar fazendo o intersetorial acontecer também em
351 outras políticas, principalmente na educação fazendo os acompanhamentos dos alunos
352 matriculados, como forma de atualização dos registros na assistência. Também ocorreu
353 uma videoconferência LGBT, no dia 12 de julho, sobre a assistência social no combate a
354 LGBT fobia em 45 municípios. E por fim, a videoconferência de revisão de averiguação
355 cadastral do programa Bolsa Família. Foi também divulgada pelo Estado.
356 Aproximadamente 400 pessoas participaram. Para concluir, o nosso colega Luiz Zanon, a
357 pedido do conselheiro Wilson que não está aqui hoje, ele fez questão da gente tratar o
358 assunto da educação fiscal. O Luiz fez uma abordagem para gente. Foi muito
359 interessante, foi bastante proveitoso. Eu queria falar para vocês que a diretoria de
360 proteção básica muito espertamente já está tentando garantir algumas vagas com eles lá,
361 não é Wagner? São vagas para o social, tanto para o Estado, talvez para gente também.
362 A gente não sabe como que vai ser, porque não é uma negociação direta, depende de
363 uma disponibilidade da escola que faz essa educação fazendária. Mas assim, foi muito
364 interessante. Foi bem importante o que eles apresentaram para gente lá. É o casamento
365 Simone com o que a gente vem discutindo do Capacita SUAS, da importância de a gente
366 ter o controle social acompanhando as finanças públicas. Foi o que ocorreu, gente. Está
367 aberta aí par discussão. Obrigado. **SIMONE:** Obrigada, conselheiro Rodrigo. Eu vou
368 passar para o conselheiro Volney, que também têm informes. **VOLNEY:** Nós queríamos
369 pedir desculpas à comissão de política ontem. O nosso presidente iria participar com
370 vocês, e ele mora próximo ao CEASA. Ele estava vindo de moto e teve uma chuva
371 torrencial lá. Ele não teve condições de chegar. Então ele mandou pedir desculpas pela

372 ausência dele tá? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Torrencial lá... Não precisa não ué. Pelo
373 amor de Deus! Você tem informe também Marta? Então a Marta Elisabete dá o informe,
374 depois ela passa para a Marta Silva. **MARTA ELISABETE:** Se ele estiver como pauta
375 vocês me informe. Na quarta-feira eu fui representando... Fui aqui também como
376 conselheira do Conselho Estadual da Assistência Social. É porque eu estou no comitê da
377 população de rua. E vocês sabem que teve uma discussão do Conselho Municipal de
378 Assistência Social sobre o Abrigo São Paulo. Eu não sei se está previsto aqui como
379 pauta. Estava muito cheio, muito cheio. Tinha mais de 200 pessoas na reunião do
380 Conselho Municipal. Eles encaminharam me parece que por uma imediata suspensão do
381 abrigo, por conta das condições, pedindo à prefeitura para ver se faz um remanejamento
382 provisório das pessoas que dormem lá. A situação está muito ruim. Então foi uma reunião
383 que teve um tencionamento muito grande. No final ficou com esses encaminhamentos lá
384 para o Conselho. Foi uma pressão muito grande lá da sociedade civil organizada que
385 estava na reunião. Parece que o abrigo está com muitas dificuldades. Tinha uma
386 representante da secretaria municipal de assistência social colocando algumas questões.
387 Mas, não houve um aceite muito grande daquele coletivo não. E aí para eu responder
388 como coordenação eu fiz uma primeira resposta. Nós estamos tendo uma discussão lá no
389 âmbito do Estado. Tem uma reunião no dia 25, às 10 horas. Eu acho que é muito
390 importante a gente trazer isso aqui. E se puder, até trazer uma pessoa para contar a
391 situação. Eu gostaria de trazer. É só isso. Eu estou querendo pauta para o próximo pleno.
392 Que dia que é o próximo pleno? Eu acho que não pode demorar muito. **SIMONE:** Marta
393 Silva, aí você explica para a conselheira Marta Elisabete como que esse assunto já está
394 sendo tratado na comissão de política, está bom? **LEONARDO KOURY:** Foi cancelada a
395 inscrição do Abrigo São Paulo no CMAS por 15 votos a 13. **SIMONE:** Conselheira Marta
396 Silva. **MARTA SILVA:** Eu queria ter discutido isso na comissão de política. Mas eu
397 gostaria de trazer para essa plenária, que esse Conselho se manifestasse em apoio a
398 nossa conselheira Cris. Ela sofreu de preconceito racial. E não só apoio a ela, apoio a
399 essas situações. Então que mais tarde a gente visse como que esse Conselho pode
400 presta um apoio as pessoas que estão sofrendo esse tipo de preconceito, inclusive em
401 redes sociais. A gente depois pode discutir sobre isso. Eu queria ter pautado isso na
402 comissão de política, mas desculpa. Foi uma falha minha ontem. VOZ AO FUNDO.
403 **SIMONE:** Está no relato da comissão? **MARTA SILVA:** Está. **SIMONE:** Então eu vou
404 explicar para a conselheira Marta Elisabete que esse assunto já está sendo pautado na
405 comissão de política. Na parte da tarde, ou ainda na parte da manhã, a conselheira Marta
406 fará o relato do debate que está sendo feito na comissão de política. Com relação ao
407 apoio ou a indignação desse Conselho ao ataque de racismo sofrido pela conselheira, eu
408 penso que nós temos que produzir uma carta deste Conselho, inclusive que a gente
409 possa publicar e encaminhar. Então eu peço conselheira Marta que a senhora e os
410 conselheiros que puderem colaborar e ajudar, talvez com a própria conselheira, para que
411 a gente possa produzir uma carta rápida de uns dois parágrafos, para a gente ter a
412 facilidade de circular a posição do Conselho Estadual de Assistência Social. Pode ser
413 assim? Ainda na plenária de hoje a gente lê e aprova aqui a carta, está bom? Mais algum
414 conselheiro quer dar informe? Então eu vou proceder aos informes da SEDESE. VOZ AO
415 FUNDO. Ah conselheira Érica! A senhora vai tomar posse hoje, não é? Então dê os
416 informes para nós. **ÉRICA:** É isso mesmo que eu iria falar Simone. Hoje a gente vai tomar
417 posse pública. A gente já tomou posse no mês passado, mas foi uma reunião interna.
418 Hoje a gente tem a posse pública. No Conselho eu acredito que isso nunca tinha sido
419 feito. Então, também é a primeira vez. Então todos estão convidados, hoje à noite, às 19
420 horas. A solenidade é na Rua Paraíba, Funcionários. E depois a gente vai ter uma
421 confraternização. Assim como a Simone falou, a gente tem fazer festa! Então depois vai
422 ser no Suricato. **SIMONE:** Esse negócio de posse pública tem cerveja também Érica?
423 **ÉRICA:** Depois. **SIMONE:** Ah! **RISOS ÉRICA:** Primeiro é a solenidade, depois a festa no
424 Suricato, às 21 horas. O Suricato é lugar bem bacana de conhecer. Tem todo esse

425 trabalho de inserção social. É um lugar bem bacana. Então, às 19 horas na UFMG. E às
426 21 horas é a confraternização. Todos estão convidados. Obrigada. **MARTA ELISABETE:**
427 O endereço do Suricato: Rua Souza Bastos – Floresta, nº 187. É em frente à POLIMIG.
428 Desce a Silvano Brandão, virar à esquerda, primeira direita e chegou. **SIMONE:** Lacrou!
429 **SILVANA:** Simone! **SIMONE:** Oi. **SILVANA:** Eu passei batido. **SIMONE:** Pois não.
430 **SILVANA:** Eu tenho que justificar a minha ausência agora no final da manhã, mas eu
431 retorno à tarde. **SIMONE:** Está bom conselheira. Muito obrigada. Agora eu vou proceder
432 aos informes da SEDESE. Eu vou começar então com os informes dos repasses, da
433 prestação de contas. Do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social. Espera aí
434 gente. Eu estou com um e lá está outro. Mas eu já me localizei. Primeiro é o plano de
435 serviço de 2015. É só para mostrar para os conselheiros como que estamos com
436 resultados bem positivos. Nós já temos dos 853 planos de serviços: 815 municípios já
437 concretizaram; Estão em análise na SEDESE: 34; Em análise do CMAS: 3; Em
438 preenchimento: 1. No plano de serviço de 2016, dos 852 planos de serviços nós já temos:
439 811 planos aprovados; 20 em análise da SEDESE; 16 em preenchimento; 5 em análise
440 pelo CMAS. Eu quero também informar ao Conselho que na última CIB nós tiramos uma
441 comissão que vai procurar o prefeito eleito no município de Venceslau Brás, tendo em
442 vista que é o único município em Minas que ainda não implantou o SUAS. Ele não tem
443 Conselho, não tem Fundo, não tem plano, não tem nenhuma oferta de serviço. Mas lá tem
444 usuários do BPC que recebem o benefício, lá tem os usuários do Bolsa que recebe o
445 Bolsa Família. Então nós tiramos uma comissão e vamos procurar o prefeito eleito para
446 ver se a gente consegue então fazer com que a gente retire o município de Venceslau
447 Brás desse rol, de ser o único município de Minas que não implantou ainda o SUAS. Pode
448 passar. Prestação de conta dos recursos do cofinanciamento estadual de 2014. O
449 demonstrativo físico financeiro da execução da recita e despesa de 2014 está disponível
450 para o preenchimento. Para os conselheiros que ainda não sabem, o demonstrativo é o
451 nosso sistema online de prestação de conta. As informações devem ser inseridas no
452 SIGCON pelos gestores municipais e aprovadas pelo Conselho Municipal no endereço
453 eletrônico: www.convenio.mg.gov.br. Pode passar. Bem, pagamento do piso mineiro. A
454 conselheira Páscoa já disse aqui, não é? Nós efetuamos o pagamento até o mês de abril
455 de 2016. Os pagamentos dos meses de maio, junho, julho e agosto de 2016 estão
456 empenhados e liquidados, aguardando o financeiro para pagamento. Eu queria informar
457 para os conselheiros que ao afirmar que os pagamentos dos meses de maio, junho, julho
458 e agosto estão empenhados e liquidados, está também aqui dada a garantia do
459 pagamento. A partir do momento que empenha e liquida, também existe um
460 compromisso, mais do que um compromisso, a concretude dentro da gestão
461 orçamentária, que é compromisso do pagamento. E como a conselheira Páscoa também
462 já disse, eu, em nome da secretária Rosilene, anunciei na CIB que em negociação com
463 Secretaria de Planejamento e Fazenda iremos iniciar a reconstituição do pagamento a
464 partir do mês de novembro. Pode passar. Dos repasses do Fundo Nacional de
465 Assistência Social, também pouca coisa mudou do mês passado para este mês. A
466 novidade aqui é o pagamento da parcela do índice de gestão descentralizada do IGD
467 Bolsa de 21 de setembro de 2016 de R\$ 78.360.80. Hoje está acontecendo a CI. Lá de
468 Minas Gerais quem participam são a secretária e presidente do COGEMAS/MG, Júlia
469 Restori, e a nossa secretária de Estado, Rosilene Rocha. Todas as duas ficaram de levar
470 o atraso de repasse. No caso do governo federal, nos preocupa bastante, porque não tem
471 nem orçamento previsto depois de setembro. Hoje na CIT vai ser colocada a
472 recomposição do orçamento para este ano. Então provavelmente na próxima reunião do
473 Conselho eu espero que a gente traga notícias da recomposição do orçamento federal
474 para o ano de 2016. Pode passar, por favor. Eu quero informar aqui sobre o Censo SUAS
475 2016. Desde o dia 12 de setembro os primeiros formulários do Censo SUAS estão
476 disponíveis para o lançamento das informações. O quadro a seguir contém as datas de
477 início e de encerramento do preenchimento de cada questionário. O questionário do

478 CRAS, CREAS e do Centro POP, finaliza no dia 04 de novembro; Os formulários do
479 Centro de Convivência, Centro Dia e Similares, dos Conselhos Municipais e Estadual,
480 encerram no dia 18 de novembro; As unidades de acolhimento finalizam no dia 02 de
481 dezembro; A gestão municipal e a gestão estadual encerram os questionários no dia 02
482 de dezembro; O período para retificação para os gestores que informaram alguma coisa
483 errada é o período de 05 de dezembro a 09 de dezembro. Eu também quero informar aqui
484 sobre o Capacita SUAS. Os cursos estão sendo ofertados em 21 polos de capacitação,
485 como os senhores já sabem. Ele está sendo ofertado pelas instituições de ensino
486 superior: Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, Universidade Federal de
487 Uberlândia e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia no campus de
488 Muzambinho. Pode passar. Aqui eu trouxe os cursos e polos do mês de outubro: O polo
489 de Belo Horizonte foi dia 03 de outubro, que ofertou o curso de gestão orçamentária e o
490 curso da proteção social básica; O de Montes Claros foi o curso de gestão orçamentária
491 da básica; O de Teófilo Otoni é dia 17 de outubro, com o curso de gestão orçamentária e
492 proteção básica; Timóteo também são os dois cursos; Muriaé é o curso de gestão
493 orçamentária. Dos conselheiros estaduais nós tivemos 32 inscritos: 16 capacitados em
494 cursos finalizados, 3 em cursos em andamento e 8 em cursos a serem realizados, 9 na
495 gestão orçamentária e financeira e 7 na atualização e especificidades e interface da
496 proteção básica. Eu também quero informar aos senhores que o eixo quatro, que é o eixo
497 da supervisão técnica, uma etapa do Qualifica SUAS lançada em 05 de agosto de 2015,
498 será colocada em prática na SEDESE. É o eixo quatro do programa que consiste na
499 supervisão técnica aos trabalhadores do SUAS. Nós estamos debatendo as estratégias e
500 ações dessa nova fase. A última reunião aconteceu na sexta-feira, dia 30 de setembro,
501 com a presença da professora e pesquisadora, Dirce Koga. A professora Dirce ressalta
502 que as bases metodológicas e conceituais da supervisão técnica precisam ser
503 elaboradas em escala estadual, considerando as características e condições regionais. O
504 caminho metodológico que estamos seguindo é reconhecer, diagnosticar, planejar e
505 supervisionar, com base no planejamento para as diversidades de Minas e suas
506 características, aproveitando a capacidade de gestão de cada regional. O eixo quatro do
507 programa Qualifica SUAS foi definido como estratégia de formação coletiva, que pode ser
508 desenvolvida como base em diferentes abordagens técnicas, devendo ser orientadas
509 pelas necessidades das equipes participantes, propiciada ampla participação. A
510 supervisão técnica configura-se como ação contínua de qualificação profissional que deve
511 ser estruturada por um período de no mínimo 06 meses. Nós estamos discutindo também
512 uma proposta de resolução para ser discutido aqui no Conselho. Esse debate também
513 está na comissão de política. O próximo informe é sobre o pacto de aprimoramento do
514 SUAS. Aconteceu no dia 05 de outubro a reunião do FONSEAS, em que foram debatidas
515 as prioridades e metas do pacto de aprimoramento do SUAS de 2016/2019, com base no
516 plano decenal e nas propostas das regiões do Encontro Nacional do FONSEAS. Informo
517 também a este Conselho as tele-presenciais da SEDESE de 2016. Teve início no dia 20
518 de setembro o primeiro ciclo de aulas tele-presenciais realizado pela SEDESE em
519 parceria com a Escola Satélite. As aulas estão acontecendo ao vivo e com retransmissão na
520 semana seguinte. Foi discutido no primeiro ciclo a rede socioassistencial privada de Minas
521 e o marco regulatório das organizações da sociedade civil em três aulas: primeira aula foi
522 sobre a rede socioassistencial do SUAS, realizada no dia 20 de setembro; segunda aula
523 foi sobre o vínculo SUAS e a rede socioassistencial no SUAS, realizada no dia 20 de
524 setembro de 2016; terceira aula foi sobre o marco regulatório das organizações da
525 sociedade civil e o seu impacto no SUAS, realizada no dia 05 de outubro de 2016. O
526 segundo ciclo de aulas tele-presenciais iniciado no dia 19 de outubro de 2016 traz quatro
527 aulas relacionadas ao tema: “O SUAS em debate, qualificação da gestão e oferta de
528 serviço e benefício.” Então foi no dia 19 de outubro. No dia 26 de setembro “O
529 atendimento à população em situação de rua. Um olhar dos movimentos sociais.” Vai ser
530 junto com o movimento da população de rua, no dia 03 de novembro, de 18 às 21 horas.

531 E 09 de novembro de 08min30seg às 11min30seg serão as reprises. Dia 07 de novembro
532 nós teremos a telepresencial com o tema: “Juventudes como potência. Reflexões para o
533 atendimento no SUAS.” Será das 13min30seg às 17min30seg. As reprises serão 08 de
534 novembro e 20 de novembro. Depois nós faremos uma telepresencial sobre o
535 “Acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Diretrizes e procedimentos.”
536 Essa telepresencial será feita com a coordenação de saúde mental da Secretaria de
537 Estado da Saúde. Pode passar. Eu queria informar para vocês os polos onde tem a
538 transmissão da Escola Satélite. Eu quero informar também que nós vamos fazer na
539 semana que vem uma oficina de boas práticas na vigilância socioassistencial em Minas
540 Gerais. Nós temos dois polos em BH. Volta aí, por favor. Nós temos dois: na Escola
541 Satélite mesmo, que é no Bairro Sion. E temos um aqui na Gameleira. Então nós temos
542 dois polos. Quem quiser participar aqui em Belo Horizonte é só nos avisar lá na SEDESE
543 que a gente providencia entrada, tudo direitinho, está bom? Então aqui é a oficina de boas
544 práticas da vigilância. Ela vai ser no dia 25 de outubro de 2016. Essa oficina tem o
545 objetivo da gente conhecer as experiências municipais de vigilâncias de vários municípios
546 selecionados tanto pelas informações do Censo SUAS quanto das informações feitas pela
547 vigilância da SEDESE. E, além de conhecer as experiências, no final dessa oficina a
548 gente vai também acordar com os municípios qual que vai ser o conteúdo do curso do
549 Capacita SUAS e para o curso de vigilância no Estado. Gente, infelizmente não está aqui
550 no informe a cartilha que a gente fez. Nós fizemos uma cartilha sobre o marco regulatório
551 e a rede privada do SUAS em Minas Gerais. Essa cartilha está disponível no site da
552 SEDESE. Eu vou pedir a nossa secretária executiva para que ela possa mandar para o e-
553 mail de todos os conselheiros. Nós estamos mandando também para toda a rede, para
554 todos os Conselhos Municipais, para todas as entidades privadas e secretários
555 municipais. Nós também estamos fazendo essa cartilha em meio físico para distribuir.
556 Também quero informar aos senhores que a gente combinou na próxima CIB que nós
557 vamos pactuar uma orientação da CIB para que a gente possa orientar os gestores
558 municipais em como implantar o marco regulatório no município. Apesar de tudo, ainda
559 resta muitas dúvidas dos secretários municipais de assistência social. Eram esses os
560 meus informes. Estou à disposição. **ROSILENE:** Bom dia. Hoje é sexta-feira e está difícil!
561 Eu acabei deixando passar um informe. Aconteceu no dia 12 e 13 agora o Encontro
562 Nacional Sobre o Sigilo. Aconteceu em Cuiabá. Está no site do CFES e no youtube todas
563 as palestras para os assistentes sociais que tiverem interesse. Foi muito boa a discussão.
564 Então vale muito a pena assistir. Em seguida nós tivemos o Encontro Nacional do
565 Conjunto CFES/CRESS, onde são liberadas as propostas para gente trabalhar para o
566 próximo ano. Na plenária final foi aprovada uma carta de Cuiabá. No dia 30 de novembro
567 o CFES/CRESS vai fazer um momento nacional sobre a mobilização dos assistentes
568 sociais. O CFES vai arcar com as despesas, para que todos os CRESS consigam fazer
569 esse momento em cada região. Será no dia 30 de novembro deste ano o dia nacional da
570 mobilização de assistentes sociais com o tema: “Nada a temer. Assistentes sociais em
571 defesa dos direitos da classe trabalhadora e contra os impactos da contrarreforma do
572 trabalho profissional.” A ideia é mobilizar os assistente sociais para combater e conhecer
573 melhor a reforma do governo do Michel Temer, promover debates sobre os impactos da
574 conjuntura do trabalho da categoria e contribuir para o aprimoramento do trabalho
575 profissional junto à população usuária. Então o dia 30 de novembro vai ser um dia
576 nacional. A gente vai fazer essa mobilização e articulação com os movimentos sociais,
577 para que os assistentes sociais se impliquem. Parece que tem vários movimentos e a
578 gente não está vendo muito a participação dos assistentes sociais de forma mais efetiva.
579 Muitos ainda não estão entendendo o que está acontecendo nesta conjuntura. Então a
580 gente está trabalhando nessa perspectiva de mobilizar e fazer com que os assistentes
581 sociais se engajem nessa luta. Era isso. **SIMONE:** Conselheira Cristiane. **CRISTIANE:**
582 Bom dia a todos. Primeiramente, fora Temer, não é! Depois agradecer ao Conselho pelo
583 posicionamento em relação ao fato que aconteceu na verdade comigo. É, mas acontece

584 todos os dias. Está muito incluída na nossa cultura essa questão do racismo. Agradeço
585 pelo posicionamento de todos. Eu fico bem feliz em saber que é uma luta de mais
586 pessoas interessadas no assunto. A outra coisa é com relação ao que a Simone falou a
587 respeito da cartilha e dos informes do Capacita SUAS que aconteceu. Eu participei da
588 turma da gestão orçamentária. Eu estou na assistência social há 15 anos. Há 15 anos
589 como trabalhadora, não é? Mas, há muitos anos na verdade até como usuária. Eu nunca
590 vi, nunca estive presente em uma informação de tanta qualidade. Eu fiquei muito
591 impressionada com o nível da professora, o conteúdo, a forma que foi passada, o
592 compromisso com a aprendizagem, a didática utilizada, todo o material. Foi incrível a
593 forma como foi feita. Eu tenho uma facilidade de absorção com fala. Eu não consigo muito
594 aprender com leitura somente. Foram bem felizes na escolha de uma pessoa que
595 conseguiu trazer a teoria e a prática. Quando você fala de orçamento é muito complicado
596 se você não trouxer uma prática. E nós fizemos inclusive como uma atividade parte do
597 curso como se fosse uma plenária, para fazer a avaliação das contas de um município.
598 Isso fez a gente crescer muito. O colega está aqui concordando. Fez a gente crescer
599 muito e perceber como que funciona, como que o orçamento é construído e como que ele
600 pode ser desconstruído. E você vê isso de uma maneira prática muito interessante. Então
601 assim, eu acho que o Capacita SUAS é brilhante! Eu fiquei com um pesar gigante de não
602 ter feito a básica. Eu escolhi a gestão orçamentária por causa da comissão do Conselho.
603 Fiquei com um pesar de não poder fazer a básica, porque no setor na Instituição já tinha
604 uma pessoa de férias. Então eu não poderia me ausentar duas semanas. Eu até
605 perguntei ontem na comissão a possibilidade enquanto conselheira estadual participar da
606 formação da básica em outro polo. O que me informaram lá é que não poderia, porque
607 como eu componho o polo aqui de Belo Horizonte, eu não poderia ir para outro lugar. E aí
608 era uma questão que eu queria mesmo ver, se enquanto conselheira estadual existe essa
609 possibilidade de participar em outro polo. Agora, como representante do segmento de
610 entidade, uma coisa que eu saí percebendo muito próximo dos gestores, é o quanto nós
611 enquanto rede privada precisamos de fato ter esse lugar reconhecido de importância. O
612 Instituto que eu trabalho a gente trabalha com a defesa de direitos e o assessoramento.
613 Nós temos a página cidadã. Publicamos a pesquisa do Fórum Nacional de Instituições
614 Filantrópicas sobre o terceiro setor no Brasil. Eu entendo que esse lugar do terceiro setor,
615 das instituições filantrópicas, ele precisa ser reconhecido e respeitado. Quando eu leio em
616 uma pesquisa que certa de 17 mil Instituições de Assistência Social executam hoje
617 assistência social no Brasil, e que 62,7% das vagas da rede socioassistencial estão na
618 rede privada, isso é um dado que é muito relevante e precisa ser respeitado. O que eu
619 percebo é que existe essa dificuldade de reconhecimento do respeito da rede privada. A
620 gente percebe isso no Fórum, por exemplo, do trabalhador da assistência social. Em Belo
621 Horizonte, por exemplo, no ano passado nós nos candidatamos para a mesa e a gente
622 não conseguiu ser eleitos, sendo única representante que poderia ter na mesa por
623 iniciativa da rede privada. Eu não entendo que exista uma forte legitimidade no Fórum de
624 Trabalhador. Não tem trabalhador da rede privada quando eu vejo um número desse, que
625 62,7% das vagas da rede socioassistencial estão na rede privada. Então isso eu acho
626 que fragiliza esse espaço por não ter lá o trabalhador. E aí a gente cai em outra questão,
627 que foi até a fala da Simone na mesa que me fez muito refletir, que é sobre o
628 reordenamento. A Simone colocou sobre o reordenamento, que era uma questão que
629 mexeria muito com as entidades. As entidades iriam compreender que elas não teriam
630 lista de espera, que tudo isso é mesmo um encaminhamento e que essa é a referência e
631 a contra referência do CRAS. Isso me pôs muito a pensar Simone. Hoje no Instituto nós
632 temos um atendimento na recepção que a gente pergunta de onde que está vindo o
633 encaminhado. Então a gente faz isso para saber de onde que vem essa demanda que às
634 vezes chega espontânea, ou se ela é espontânea mesmo. E ela é muito pouca
635 encaminhada do CRAS. Se a gente não tiver fila de espera, nós vamos atender dois por
636 semestre. É o dado que a gente tem hoje em Belo Horizonte dentro da unidade em que

637 eu trabalho. Não é porque nós não somos referenciados ou reconhecidos no território
638 como atendimento da política de assistência social, até porque nós estamos na comissão
639 local de assistência social. Eu entendo que a referência e a contra referência a gente
640 precisa discutir mais sobre ela. A gente precisa compreender que a referência e a contra
641 referência ela começa no planejamento. Eu conheci referência e contra referência não foi
642 em Minas Gerais. Eu conheci referência e contra referência em Maracanaú, em um CRAS
643 chamado Bandeirantes, que atende o Bairro Pajuçara. É onde a gente tem outra unidade.
644 Lá nenhuma criança ou idoso no serviço de fortalecimento de vínculo que nós atendemos
645 é inscrito dentro da nossa unidade. São todos inscritos no CRAS. O acompanhamento é
646 todo feito pelo CRAS. O nosso serviço de fortalecimento de vínculo lá são quatro dias que
647 nós atendemos. E desses dois, tem a presença dos técnicos do CRAS junto no
648 atendimento. O mais interessante é que uma vez por mês a rede de assistência social
649 que inclui a rede privada para fazer o planejamento do serviço de fortalecimento de
650 vínculo. E é aí que começa a contra referência. Eu vou compreender qual que é o limite,
651 qual que é o espaço, qual que é a missão e qual que é o ideal do outro. **SIMONE:**
652 Conclua conselheira! **CRISTIANE:** Estou concluindo. Isso foi importante eu dizer. VOZ AO
653 FUNDO. Que tem isso lá? Chama Maracanaú. Fica ao lado de Fortaleza, no Ceará.
654 **SIMONE:** É a cidade da ex-secretária nacional Ieda Castro. **CRISTIANE:** Isso. Então foi lá
655 que eu conheci. Eu acho que a gente precisa muito discutir essa questão da referência e
656 da contra referência para a rede privada. Nós, enquanto Instituições Filantrópicas, somos
657 fiscalizados pelo Estado. Eu entendo que essa fiscalização e todo o trabalho das nossas
658 atividades é dado pelo público. Eu acho que cabe ao poder público também nos capacitar.
659 Esse discurso de que nós somos assistencialistas, que nós não executamos a assistência
660 social, o que que nós fazemos na caridade, eu acho que isso também traz o poder
661 público para refletir qual que é capacitação e qual que é a responsabilidade dele sobre
662 isso também. Essa que é a questão. Eu acho que o Capacita SUAS me provocou e eu
663 queria trazer essa provocação. PARTE 2 **SIMONE:** Eu quero parabenizar pela pesquisa.
664 A pesquisa é uma pesquisa que quando eu li eu não acreditei. Não acreditei não pelos
665 números, não acreditei pela forma. É a primeira vez que eu vi uma pesquisa feita pela
666 rede privada onde ela de fato se coloca dentro das políticas públicas. Mudar de lugar faz o
667 gestor mudar de lugar também. Eu senti isso, sabe Cristiane. A rede privada dizer “eu
668 pertencço ao SUAS, eu pertencço ao SUS, eu pertencço a educação” faz mudar bastante o
669 lugar. Aquela pesquisa tem duas coisas extremamente importantes e históricas, no meu
670 ponto de vista. Primeiro ela revela o financiamento indireto da rede privada. É muito
671 importante que isso venha por ela também. A vida inteira os gestores ficam falando:
672 “você não reconhece o financiamento privado, financiamento indireto.” Financiamento
673 indireto é aquele que é feito através das isenções dos certificados. É a primeira vez que
674 eu vejo! Então tem um passo de vanguarda de vocês também e que é muito interessante.
675 É nesses dois sentidos, não é? Tanto de se reconhecer dentro dos sistemas públicos,
676 quanto de reconhecer e dizer do financiamento indireto. Assim que eu vi o jornal, a
677 pesquisa, eu solicitei à nossa secretária executiva que ela incluia vocês no debate que a
678 gente vai fazer mês que vem sobre a rede privada. O Conselho vai fazer um debate
679 específico sobre esse assunto. E nós vamos colocar essa pesquisa. Você vai ver! Na hora
680 que os gestores tomarem conhecimento da linguagem, da forma, do método, eu tenho
681 certeza que vai colaborar muito para o diálogo. Segundo, Cristiane, este Conselho
682 também teve muita responsabilidade para os problemas advindos da falsa separação dos
683 trabalhadores públicos e privados. O Conselho tinha uma carta dizendo que o trabalhador
684 do SUAS é só trabalhador da rede privada. Isso criou um problemão! E nós vamos custar
685 para resolver. Então nós não podemos esquecer. A gente está tentando consertar. Essa
686 nova gestão do Conselho está se posicionando, mas a gente não pode esquecer o
687 passado. Eu quero também dizer para você que a questão da referência, a questão das
688 entidades, isso é um problema de gestão. Você também, brilhante como é, colocou o
689 ponto no lugar certo. Isso é um problema de gestão, de planejamento conjunto, de

690 ordenamento da porta de entrada. É isso. Isso é um problema de gestão! Não é um
691 problema seus. Mas nós estamos indo, viu Cristiane? Nós estamos indo. Nós temos
692 clareza. Tem várias coisas que a gente está preparando, discutindo, regulamentando, que
693 vai ordenar as ofertas aqui em Minas Gerais. Outra coisa que eu queria te falar é o
694 assunto do Capacita. Ele também está colocado aqui. A gente vai ter um momento na
695 pauta para discutir a participação dos conselheiros no Capacita, está bom? Ok gente?
696 Podemos terminar os informes? Então vamos para o nosso outro ponto de pauta. Vamos
697 entrar na pauta. Nós vamos discutir agora sobre a apresentação dos benefícios eventuais.
698 É um debate sobre os benefícios eventuais. O Conselho então para a discussão dos
699 benefícios eventuais... O Conselho precisa regulamentar os benefícios eventuais no
700 Estado. Nós já temos uma forma de financiamento. É impressionante! Tem o
701 financiamento, mas não tem a regulação. Então, nós precisamos regulamentar no Estado
702 como que vão ser os benefícios eventuais. E para esse debate, nós convidamos o diretor
703 da proteção básica da SEDESE, diretor Wagner Antônio, que está aqui também com a
704 sua equipe, Eu quero registrar a presença e agradece a equipe da proteção básica: a
705 Renata Alves de Souza, a Juscinéia e a Mariana. Muito obrigada pela presença. Eu quero
706 agradecer a presença do diretor. E também, quero convidar aqui para compor a mesa o
707 diretor de proteção básica. Mas também quero agradecer muito a participação aqui da
708 Simone Almeida. A Simone é uma assistente social da previdência social, especialista em
709 políticas públicas pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A Simone foi
710 conselheira estadual aqui do CEAS no período de 2003 a 2005. Ela também representou
711 aqui em Minas a ex LBA, não é Simone? RISOS. Eu ri, mas é por causa da cara dela. Eu
712 tenho muito respeito por ela, muita administração pela história. Ela tem muita história na
713 área da assistência social. E também foi coordenadoras geral da gestão de benefícios
714 assistenciais da diretoria de benefícios da Secretaria Nacional de Assistência Social do
715 MDS. Então, já de antemão, eu peço ao Conselho para receber com muito carinho os
716 nossos convidados aqui batendo palmas para eles. APLAUSOS. Então vai começar aqui
717 a discussão dos benefícios com a Simone Almeida, para quem imediatamente eu passo a
718 palavra. **SIMONE ALMEIDA:** Bom, então bom dia a todos (as). Eu gostaria de início
719 agradecer imensamente o Conselho por esse convite. E dizer que é um prazer poder
720 compartilhar algumas reflexões com vocês. Eu quero também dizer que eu estou com um
721 limite de tempo. Eu estava programada para às 10 horas, então até 12min30seg eu tenho
722 que está começando a... Eu não sei como que está a dinâmica de vocês. Eu quero dizer
723 para vocês também que eu sou assistente social, mas hoje, eu estou lotada na área da
724 previdência. Eu insisto dizer que a previdência sofreu um golpe também. A área da
725 previdência sofreu um golpe, e com isso vem algumas consequências funcionais para os
726 seus servidores. Eu estive em Brasília por quatro anos, os últimos quatro anos. Desse
727 grupo que estive lá em Brasília, daqui de Minas, eu fui a última. Eu cheguei no mês
728 passado. Então ainda estou em uma fase de readaptação a minha' nova realidade. Eu
729 voltei para uma função que já não existe mais. Então ainda eu estou me sentindo um
730 pouco deslocada sobre o ponto de vista funcional. Mas eu continuo militante. Eu estava
731 atuando na Frente Nacional de Defesa do SUAS e da Seguridade. Ontem eu estive aqui à
732 primeira vez na Frente Mineira. Eu pretendo me engajar e me colocar à disposição deste
733 Conselho para discutir outros temas relativos a previdência e aos benefícios assistenciais,
734 como o BPC, que está aí também sofrendo um grande golpe. Eu preparei rapidamente
735 algumas reflexões sobre os benefícios eventuais. Em conversa com o Wagner, nós
736 dividimos um pouco, ele vai apresentar alguns números e eu vou apresentar o histórico,
737 alguns pontos que nós achamos norteadores para que as instâncias estaduais se
738 organizem para regular os benefícios eventuais. Eu vou ser mais rápida, para que a gente
739 possa ter mais tempo para discutir algumas questões que porventura eu tenha condições
740 de trocar com vocês. Os benefícios eventuais na verdade é um legado que a gente... Eu
741 queria pedir a Consolação um pouco de água. Historicamente é um benefício que é
742 regado de um estigma muito pesado em relação à filantropia. Ele sempre foi utilizado

743 como um instrumento de filantropia. E a partir do momento que ele foi regulado enquanto
744 um direito de cidadania, a legislação, a regra em si, não garantiu que a sua prática fosse
745 revertida desse princípio do direito na sua totalidade. Mas alguns avanços a gente já
746 conseguiu conquistar. A sua história mostra como que ele é carregado deste estigma aí.
747 Então por isso, talvez, a gente ainda não tenha conseguido traduzir o benefício eventual
748 como um direito de cidadania como previsto na Lei Orgânica, na Constituição, por
749 consequências nas outras legislações. Então ele vem lá da década de 50, ainda na área
750 da previdência social, por meio do auxílio maternidade e o auxílio funeral, destinado ainda
751 assegurar os dependentes e pessoas que tinham ainda um vínculo e que contribuíam
752 para a previdência. Depois, já na década de 60, ele virou um auxílio maternidade, passou
753 a ser chamado auxílio natalidade, sofreu outras modificações e deu uma ampliada. Antes
754 ele era só para assegurados dependentes, depois ele passou a ser destinado também
755 para a esposa não assegurada, para a figura do designado. Antigamente existia na
756 previdência uma figura do designado. O instituidor daquele direito antes de morrer ele
757 designava alguém, para que quando ele morresse passa-se a receber algum tipo de
758 benefício. Então ampliou para essa figura. Nós tivemos um levantamento nacional que foi
759 feito... Pode voltar lá um pouquinho, Rosa. Tivemos esse levantamento nacional, que foi o
760 primeiro grande instrumento para poder subsidiar as próximas regulações. A Lei Orgânica
761 trazia que é de responsabilidade nacional a regulação, e de responsabilidade de
762 estadual/municipal o financiamento e a prestação. Então esse levantamento foi uma
763 iniciativa para que a gente tivesse uma ideia de como que vinha acontecendo no Brasil a
764 prestação desse benefício para que a instância federal pudesse regular. Pode passar
765 Rosa. E aí veio a regulação através do Decreto 6.307 que dispõe sobre os benefícios
766 eventuais de que trata o art. 22 da LOAS. Em seguida veio a Resolução 39 que dispôs
767 sobre o processo de reordenamento desses benefícios no âmbito da política e em relação
768 à política da saúde. E aí era mais uma necessidade de demarcar um terreno em relação
769 aos tipos de benefícios que eram afetos a política de assistência social e o que era de
770 atribuição da área da saúde. Então essa resolução veio demarcar esse terreno, vamos
771 dizer assim. E os números mostram que ela funcionou, de certa forma. Depois eu vou
772 mostrar para vocês que tem um período que teve uma queda na concessão de benefícios
773 destinados de atribuição de competência da área da saúde que eram prestados pela área
774 da assistência social. Então houve aí uma redução, que mostrou de certa forma que
775 funcionou a resolução que veio demarcar terreno em relação ao que era atribuição da
776 assistência e da saúde. Depois com a Lei 12.435 nós tivemos um ajuste nos conceitos.
777 Então altera a conceituação dos benefícios, exclui o critério de renda, define que
778 Estados/DF/Municípios devem prever a concessão do valor dos benefícios eventuais
779 como base em critérios definidos pelos respectivos Conselhos. Então dá outra reforçada a
780 importância de que a reformulação seja feita em comum acordo, em conjunto com a
781 instância de controle social. E também faz aí alguns ajustes. A lei inicialmente traz uma
782 definição, um critério de renda. Com a Lei 12.435 isso foi ajustado, dada a prerrogativa
783 para que o município defina e crie a sua própria regra em função também da sua
784 autonomia de gestão. Pode passar Rosita. Então, vejam bem, esse aí o que dispõe hoje
785 em termos de regulação. O governo federal... Eu vou falar para vocês, gente. Eu estou
786 falando aqui governo federal até maio de 2016, não é? É o que a gente consegue
787 responder. A partir daí, a gente por razões óbvias, a gente não está aqui falando em
788 nome de governo federal pós-maio de 2016. Então entendam aí, por favor, quando eu me
789 referir. Eu estou ainda com vício de falar. E também porque essas informações todas eu
790 peguei até o tempo que eu estive trabalhando lá, apesar de eu ter vindo embora agora,
791 recente. Mas o marco para nós é mais de 2016. Existe até então uma preocupação com o
792 ajuste dessa legislação, tanto desse decreto, como também da produção de orientações
793 para subsidiar Estados e Municípios na regulação desse benefício. Então tem contratação
794 de consultoria. Nós tivemos quatro produtos muito importantes. Eu vou disponibilizar o
795 último produto para o diretor de proteção básica, para que ele também se utilize dessas

796 informações, exatamente para que a gente pudesse estar fazendo os ajustes na
797 legislação que está posta hoje. Ainda tem alguns problemas conceituais de clareza do
798 que se trata, do que se chama de vulnerabilidade, o quê que é vulnerabilidade temporária,
799 o quê que é calamidade e por aí a fora. A gente, até então, estava com um esforço muito
800 grande de fazer isso e buscar subsidiar o máximo possível Estado e Municípios, para que
801 essa regulação traduzisse realmente o benefício eventual como direito de cidadania,
802 conforme previsto na nossa LOAS. Por que na prática por mais que exista a regulação,
803 até então, a gente vem se deparando com uma prática que revela muito preconceito, que
804 revela ainda muitas situações vexatórias de comprovação para ter acesso a esse
805 benefício. Então é nesse sentido que eu estou trazendo isso aqui para vocês. Então aí é
806 uma coisa que vocês já sabem. O benefício eventual hoje está previsto na Lei Orgânica.
807 Constitui provisões que estão sobre a gestão municipal: financiamento e prestação. E,
808 para a gestão estadual: cofinanciamento. Ele caracteriza pelo seu caráter suplementar e
809 provisório. São prestados aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte,
810 situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Juntamente com o serviço,
811 programas e projetos socioassistenciais, os benefícios eventuais eles integram
812 organicamente as garantias do SUAS, com a fundamentação nos princípios de cidadania
813 e dos direitos socioassistenciais e humanos. Então é com essa perspectiva que eles
814 precisam ser regulados para que eles sejam materializados dentro desses princípios aí.
815 Pode passar Rosa. O art. 11 da LOAS estabelece que as ações socioassistenciais nas
816 três esferas de governo se realizam de forma articulada. Então é nesse sentido também
817 que a gente pensar algum benefício eventual. A autonomia federativa garante ao ente
818 federado a capacidade de produzir as suas próprias leis, mas observando as
819 peculiaridades da região e as competências no âmbito dessa política, mas também
820 respeitando os princípios que estão previsto na regulação maior, que é a Lei Orgânica, o
821 próprio decreto, as orientações demandadas das outras esferas. Pode passar. Hoje o
822 que está mais dito, o que está mais de consenso que a gente conseguiu extrair tanto da
823 consultoria, quanto dos contatos, das demandas que nos chegam em relação aos
824 benefícios eventuais, é que na natalidade a gente conseguiu fazer um resumo daquilo que
825 a gente acha que é pertinente, que está posto na regulação e com o que está vindo.
826 Então no caso da natalidade: para atender preferencialmente as necessidades do bebê
827 que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o
828 nascimento; apoiar a família no caso de morte da mãe. Possíveis critérios a serem
829 incluídos na lei municipal. Aí eu elenquei alguns itens, que é o que a gente vem...
830 Municípios que já conseguiram regular e que têm trazido experiências importantes, a
831 gente conseguiu extrair esses itens aí. Então: a mãe que resida no município ou que
832 esteja em trânsito; a família onde a mãe esteja possibilitada de requerer o benefício ou
833 que tenha falecido; a genitora atendida ou o acolhido em unidade de referência do SUAS,
834 que isso seja em forma de pecúnia ou de bens de consumo. Pode pular. No caso do
835 funeral existe também um debate que é preciso enfrentar. Hoje o auxílio funeral, o
836 benefício eventual nessa condição, ele é praticado para garantir as despesas com a
837 pessoa que faleceu. E, no entanto, a gente já vem discutindo o quanto isso precisa
838 ampliado do ponto de vista da proteção. Tem município que esse tipo de benefício não
839 ofertado pela assistência social, ele é ofertado pelo município. É um direito de o cidadão
840 ser enterrado Mas isso não é feito pela assistência social, é feito por outra área no
841 município. E, no entanto, a assistência social acaba que se isenta de está garantido
842 proteção para essa família das condições mais gerais, daquilo que é suscitado com o
843 falecimento de uma pessoa, de uma mãe ou de qualquer outro cidadão. Hoje está
844 previsto na regulação, mas é um dos pontos que a gente avaliou de que vamos precisar
845 aperfeiçoar. É você esclarecer para o município que além do fornecer a urna e enterrar
846 aquele cidadão, é você criar as condições para poder suprir necessidades urgentes da
847 família que são geradas com a morte de um ente lá daquela família, não é? Ali também
848 estão relacionados os possíveis critérios a serem incluídos na lei municipal na condição

849 de prestação de um auxílio funeral. Pode passar. Outra condição que a legislação nos
850 traz que deve ser prestada no benefício eventual é o que está sendo chamado de
851 vulnerabilidade temporária. Na legislação está posto que ela caracteriza-se pelo advento
852 de risco, ameaças de sérios padecimentos, perdas, privação de bens, segurança e
853 material, danos, agravos sociais, ofensas à integridade pessoal e familiar. Os riscos, as
854 perdas e os danos podem ocorrer da falta de acesso a condição e meios para suprir a
855 reposição social, cotidiana, dessa pessoa que está solicitando e sua família,
856 principalmente no que se refere a alimentação, documentação e domicílio; situação de
857 abandono ou impossibilidade de um abrigo para os filhos; da perda circunstancial
858 decorrente da ruptura de vínculos familiares; de presença de violência física ou
859 psicológica na família; de desastres e de calamidade pública; e de outras situações
860 sociais que comprometam a sobrevivência daquela família. Pode passar, por favor. A
861 situação de calamidade pública ela já tem um diferencial, porque ela requer uma
862 decretação, vamos dizer assim, por outras instâncias. Então para fins do decreto,
863 entende-se como estado de calamidade pública: o reconhecimento pelo poder público de
864 situações anormal advinda de baixa ou alta temperatura, tempestade, enchentes,
865 desabamentos, incêndios, causando sérios danos da comunidade afetada e seus
866 integrantes. No caso da calamidade pública outras situações podem ser garantidas,
867 quando é decretado um estado de calamidade pública no município. Por exemplo, nós
868 tivemos aquela situação de Mariana. No visível, o fato de ter ocorrido aquele desastre
869 somente em um distrito, não garantiu ao município o estado de calamidade pública.
870 Decretou-se o estado de emergência e não se decretou o estado de calamidade pública.
871 Então muitos benefícios que vem a partir dessa decretação de calamidade pública não
872 puderam ser concedidos naquela população em função disso. A calamidade pública para
873 se decretar tem uma série de critérios que fogem. Mas só o fato de não ter atingido o
874 município inteiro, de ter sido só em um distrito, é o fato deles não terem conseguido. O
875 excesso da tragédia impossibilitou de decretar. O fato deles não conseguirem mensurar
876 famílias, custos, prejuízos, tudo isso foi motivo para impedir que fosse decretado estado
877 de calamidade pública. Eu estou dando só este exemplo para vocês terem uma ideia de
878 como, às vezes, a própria legislação não facilita e não traduz a realidade. Ali era uma
879 situação tão óbvia, de que todas as condições deveriam ser garantidas para que aquelas
880 pessoas pudessem ter acesso aos direitos ou sair daquela situação de exposição, nem
881 tudo foi possível se fazer em função desse decreto. A oferta de benefícios eventuais da
882 situação de calamidade se destina a atender situações específicas de famílias e
883 indivíduos afetados. Então a prestação de bens ou serviço em caráter coletivo para
884 garantir grupos vitimados de situação calamidade não deve ser identificada como
885 benefício eventual, por quê? O caráter coletivo já tira o critério de acesso a um benefício
886 eventual. Então isso é um dos pontos que está em pauta para discutir, para ser
887 aperfeiçoado na regulação, porque isso não fica claro em lugar nenhum. Então quando
888 acontece uma calamidade tudo é traduzido em benefício eventual. É isso que a gente
889 avaliou que é preciso aprimorar. A situação de calamidade leva a necessidade muito
890 maior do que... Então a distribuição de cestas básicas virou um benefício eventual.
891 Ninguém defende que não seja distribuída a cesta básica. É lógico! Mas aí, o caráter
892 coletivo já muda um pouco a dimensão do benefício eventual. Então isso é uma coisa que
893 está em Sandy e que vai precisar ser aperfeiçoada. Eu acredito que a equipe que está lá
894 vai conseguir fazer isso, de uma forma que Estado e Municípios entendam. E que aí que
895 possam traduzir a regulação de Estado e Municípios. Pode passar, por favor. Entre as
896 competências e responsabilidade é importante afirmar: que compete a União caracterizar
897 os benefícios eventuais, elaborar as orientações nacionais quanto à prestação. Agora
898 encerrou o quarto produto que o governo havia contratado para uma profissional, que já
899 entregou. O quinto produto já é o caderno de orientações. Então a gente tem a
900 expectativa que até o ano que vem eles lá consigam entregar esse caderno. Esses
901 momentos, aqui, por exemplo, são importantes para que na hora que eles estiverem

902 elaborando lá esse caderno posam traduzir realmente as demandas, realidades e as
903 dificuldades que os Estados têm em relação a essa regulação. Eu sei que a equipe lá está
904 muito atenta a isso. E aqui eu fico também em uma interlocução com elas. Quando eu
905 falei que tinha sido convidada para cá elas logo me mandaram as coisas e falaram que
906 era importante. O que sair daqui a gente também vai está levando para eles, viu Wagner?
907 O que sair daqui, em termo de debate, em termo de reflexão, que seja devolvido para
908 eles. Eu acho que é importante, para que o caderno de orientações venha traduzir
909 realmente a realidade que os Estados têm em relação a essa regulação. Então aos
910 Estados compete: designar recursos financeiros aos municípios a título de coparticipação
911 na garantia da prestação desses benefícios; capacitar os municípios enquanto a
912 regulamentação. Isso a gente era muito demandado lá no MDS. O município queria
913 modelo de legislação para se produzir. A gente resistia em mandar modelos. A gente
914 tentava passar as orientações mais gerais para que o município construa as suas
915 regulações. Tivemos ajuda do departamento de gestão do SUAS nesse ponto, que
916 também trabalhava nessa perspectiva de orientar os municípios sobre a regulação as
917 suas leis do SUAS, não uma coisa copiada o modelo de outro município. A gente tentava'
918 mandar as experiências positivas e tal, mas nuca em forma da lei, porque se não eles
919 copiavam igualzinho, não é? Compete aos municípios: destinar recursos financeiros para
920 a garantia da prestação dos benefícios; prever na Lei Orçamentária anual valor pago por
921 esses benefícios; alocar recursos no Fundo Municipal; realizar estudos sobre a realidade
922 social e diagnóstico com as informações disponibilizadas pela vigilância, com vistas a
923 orientar o planejamento dessa oferta. Pode passar, por favor. Eu já estou terminando. Aí
924 são procedimentos e fluxos da oferta de prestação de benefícios previstos em atos
925 normativos. Aqui era mais para poder frisar a necessidade, a importância de que om fluxo
926 sempre pressuponha a inscrição no Cadastro Único a entrar em uma lógica de prestando
927 um benefício sempre associado aos serviços. A prestação dos benefícios eventuais
928 deverá está integrada a oferta dos serviços, afim de que seja identificada a rela
929 necessidade dos indivíduos, suas famílias, independentemente de sua renda. Pode
930 passar, por favor. Então, mais uma vez, firmando a importância da articulação entre os
931 serviços, programas e benefícios. O benefício eventual ele não deve encerrar por si
932 mesmo. Ele não deve se traduzir em uma ação isolada. Ele deve estar sempre em
933 articulação com os demais serviços que a política propõe e garante o acesso. O acesso
934 das famílias, indivíduos, aos serviços e programas de transferência de rendas é um direito
935 que deve ser garantido pelo Estado. Ele é um dever do Estado, portanto, deve ser
936 garantido de forma integrada. A ação integrada é uma estratégia para materializar o dever
937 do Estado em relação ao que a população usuária tem direito. Bom eu acho que terminei.
938 Eu só queria encerrar dizendo para vocês que, esse último projeto de consultoria que nós
939 conseguimos entregar no início de 2016, ele nos mostrou aquele dado de regulação que
940 eu falei para vocês que tinha, uma vez que se marcou terreno em relação ao que é o
941 benefício eventual dentro da política de assistência social. Ele teve um salto entorno de
942 20% de mudança na regra a partir da publicação dessa normativa. Uma outra coisa que a
943 gente conseguiu detectar, que refletiu também na pesquisa realizada in loco em 11
944 municípios que foi objeto dessa consultoria e que era mostrado no levantamento de 2003,
945 é que 25% dos municípios brasileiros prestam dois tipos de benefícios eventuais sem
946 nenhum tipo de regulação: a distribuição de cesta básica e o auxílio funeral. Então, ¼ dos
947 municípios brasileiros não tem nenhum tipo de regulação ao benefício eventual, mas
948 prestam esses dois tipos. Então, é para vocês verem como que isso ainda é uma coisa
949 enraizada, culturalmente absorvida com naturalidade pelos nossos trabalhadores,
950 gestores. A própria sociedade ainda enxerga com esses resquícios, não vê a importância
951 da regulação. A regulação vai traduzir a materialidade do direito, ela vai traduzir a garantia
952 do acesso. E ela vai descaracterizar a condição da filantropia. Infelizmente a gene ainda
953 constata que isso ainda é muito forte. Outra coisa é a utilização do benefício eventual
954 como instrumento de barganha, de cuinho eleitoral. Isso ainda é muito forte. Então à

955 medida que está regulado, você consegue minimizar isso. Uma outra fonte, uma outra
956 coisa que a gente vem discutindo da importância do controle social, é nesse sentido. À
957 medida que ele vai construir a regulação junto, ele vai também incorporando a
958 consciência de que isso é um direito, portanto não pode ser utilizado como instrumento de
959 barganha. É a ruptura com esse caldo cultural que a assistência social ainda traz. Outra
960 coisa que os Municípios e Estados reclamam é que a lei vem escrita de uma forma em
961 que o auxílio funeral e a natalidade eles vem como uma determinação, e as outras
962 situações ele é meio facultativa. Então acaba que o município fica um pouco perdido para
963 pode estar regulando isso. Então é uma outra coisa que vem nos trazer a necessidade de
964 aperfeiçoar a legislação maior. Então era isso. Obrigada. **APLAUSOS SIMONE:** Obrigada,
965 Simone. Foi muito importante a sua apresentação. Eu quero passar então para o Wagner.
966 Por favor, Wagner. **WAGNER:** Obrigado, Simone. Bom dia senhores (as) conselheiros
967 (as). A gente tem um desafio de trazer para vocês algumas informações. A solicitação do
968 Conselho foi para trazer os dados do Censo SUAS. A gente trouxe informação da gestão
969 municipal, do questionário também dos CRAS e alguns dados também que tem do
970 SIGCON. O Estado cofinancia os benefícios eventuais, como a Simone bem colocou aqui.
971 É uma competência dos Estados cofinanciar os benefícios eventuais e também subsidiar
972 a regulamentação dos benefícios eventuais, inclusive do Conselho Estadual. Eu quero dar
973 uma informação, antes de iniciar, relativa ao Capacita SUAS. A gente tem percebido que
974 nos municípios, não só nas capacitações, mas no apoio técnico, que o benefício eventual
975 é uma das principais atividades exercidas nos CRAS, principalmente pela equipe do PAIF.
976 Quando a gente pega os dados das principais atividades realizadas nos CRAS a principal
977 é o atendimento particularizado, e logo depois, vem a concessão de benefícios eventuais.
978 E aí depois vão vim as outras coisas, que são principalmente as atividades coletivas. As
979 atividades coletivas e a elaboração do plano de acompanhamento familiar são as
980 atividades menos exercidas no CRAS. Então isso revela um pouco para gente do
981 cenário. É uma atividade que está muito presente nos CRAS e na gestão municipal como
982 a gente vai mostrar aí. Pode passar. A regulamentação tem que ser baseada na
983 orientação emanada do Conselho Municipal e do Conselho Estadual, aqui no caso do
984 Estado. Mas aí vocês podem ver que 88% dos municípios informaram que tem
985 regulamentação do auxílio funeral; auxílio natalidade são 60%; benefício relacionado a
986 situação de emergência e calamidade são 63%; e as outras modalidades também estão
987 figurando como um dos maiores percentuais de regulamentação dos benefícios eventuais
988 com 85%. Pode passar. Em relação a essa questão da regulamentação, o que apareceu
989 muito em algumas reuniões do Capacita SUAS e o que a gente tem percebido também
990 nas ações de apoio técnico, é que os municípios estão regulamentando os benefícios que
991 são de responsabilidade da assistência mais os que já estão aí ratificados pelo Conselho
992 Nacional. São aquelas que não são da assistência social. Mas, por incrível que pareça,
993 aparecem muitos municípios regulamentados com concessão de benefício eventual da
994 assistência como: medicamento, prótese, transporte, passe-livre para o estudante,
995 material de construção. Isso é uma coisa também bem frequente nos municípios como
996 modalidade de concessão de benefício eventual, regulamentados, na lei dos municípios.
997 E também, até auxílio para terraplanagem. Os profissionais estão relatando que até
998 avaliar se vai fazer terraplanagem ou não de família em situação de vulnerabilidade eles
999 estão avaliando. **VOZ AO FUNDO.** Seguindo aí gente... Não, voltando! Volta, por favor.
1000 Volta! Esse slide eu não falei. Como não tem uma definição muito clara que... Tem uma
1001 definição do que é vulnerabilidade temporária, têm aqueles três fatores que caracterizam
1002 um pouco a vulnerabilidade temporária, mas dizer o que é oferta da assistência social
1003 muitas das vezes não dizem. Então, de fato, cai nesse risco de caber de tudo, não é? A
1004 maioria dos municípios não tem secretaria de habitação. Isso é fato! Não tem secretaria
1005 de trabalho. Isso é fato! Então essas coisas costumam cair no colo da secretaria de
1006 desenvolvimento social ou de assistência. Então força até subsidiar o que a assistência
1007 tem assumido ao longo da sua história. Como a Simone bem trouxe aqui, o início dos

1008 benefícios eventuais está vinculado a previdência social. Nessa vinculação a previdência,
1009 o auxílio natalidade era um benefício vinculado ao salário mínimo. Era a previsão de dois
1010 salários mínimos na sua concessão quando era vinculado na previdência. Depois que
1011 veio para a assistência, de certa forma você tem uma ampliação, mas tem uma
1012 precariedade dessa concessão. VOZ AO FUNDO. Tem uma diferença de salário
1013 maternidade e auxílio natalidade. Os municípios que não concedem benefícios eventuais:
1014 eu não trouxe o percentual, mas trouxe o quantitativo, tá? Auxílio funeral: daqueles 832,
1015 onze municípios informaram que não concedem o auxílio funeral; auxílio natalidade: 276
1016 municípios informaram que não concedem o auxílio natalidade; benefício por situação de
1017 calamidade pública ou emergência: 201; e os outros são somente 17. Pode passar, por
1018 favor. VOZ AO FUNDO. Dos 832 municípios que preencheram o Censo. Mas é
1019 praticamente 99% dos municípios mineiro. Quando a gente observa aonde o benefício é
1020 concedido lá tem três opções: em ambas as unidades. Pode ser na secretaria municipal
1021 ou no CRAS, CREAS; em unidade da rede socioassistencial. Aí pode ser o CRAS,
1022 CREAS, mas também tem as entidades; e na sede do órgão gestor. Mas o que eu quero
1023 destacar para vocês que é principalmente na sede do órgão gestor onde consegue. Isso
1024 pode revelar uma prática clientelista. A gente não pode afirmar que é uma prática
1025 clientelista ao assistencialista, mas é de fato uma forma de desvincular do serviço. Então
1026 isso desrespeita o princípio de integração entre os serviços de benefícios, que está tão
1027 bem colocado na LOAS. Então o que a gente percebe é isso. As unidades da rede
1028 socioassistencial ofertam a maioria das modalidades, mas o percentual ainda é pequeno,
1029 em comparação a sede do órgão gestor. Pode passar. O auxílio natalidade é a menor
1030 oferta dos benefícios eventuais. E o auxílio relacionado a segurança alimentar: cesta
1031 básica, está entre as principais provisões ofertadas nos CRAS. As passagens também
1032 figuram entre as provisões e outras modalidades. Pode passar. O quê que está no “outro”,
1033 gente? Quando a gente pega aquele dado “outros” não que a gente esteja tentando
1034 estabelecer o que é um e o que é o outro, mas é o que apareceu lá. Os “outros” está
1035 relacionado ao direito a habitação, ao auxílio moradia, aluguel social e material de
1036 construção, que é aquele “outro” que eu falei aqui. Da saúde o quê que apareceu: doação
1037 de medicamento não fornecido pelo SUS, fraldas geriátricas, cadeiras de roda, cadeira de
1038 banho, muleta, auxílio de lentes e armação, próteses, consultas e exames, esgotamento
1039 sanitário e saneamento básico. É construir o banheiro, esses tipos de coisa. Pode passar.
1040 Também figuram entre os “outros”. Aí eu coloquei uma categoria diversa porque eles são
1041 muito dispersos. Mas são: combustível... Não dá para saber o que é relacionado ao
1042 combustível. Pode ser o combustível para buscar a pessoa que morreu no outro
1043 município. VOZ AO FUNDO. Não dá para saber! É combustível; atendimento de
1044 mandatos judiciais e consultas cartoriais. O juiz mandou, tem que pagar. VOZ AO
1045 FUNDO. O pagamento de água e luz é muito presente também nos municípios. A gente
1046 vê isso com frequência quando vamos aos municípios; o Programa do Leite é muito
1047 presente também nos CRAS. VOZ AO FUNDO. A parceria com outros órgãos faz com
1048 que a concessão seja feita no CRAS. Mas aí passar ser uma oferta do CRAS, e desfigura
1049 completamente o que é da assistência social; remissão de IPTU; pequenos reparos
1050 instrumentais de trabalho. Pequenos reparos na casa, pintura... E também, além desses,
1051 figuram entre os “outros” ali aqueles que são comuns como provisões no campo da
1052 assistência: auxílio calamidade, material de higiene, vale transporte, fotos e segunda via
1053 de documentos, isenção de taxas de construção de jazigo. Pode passar. A gente vai
1054 passar agora para os dados do cofinanciamento do piso mineiro. Essa informação que a
1055 gente tem é a principal. Em 2014 eram 550 municípios que declaravam utilizar o
1056 cofinanciamento para investimento em benefício eventual. Em 2015 passou para 576. Eu
1057 quero pedir desculpa para vocês. Parecer que é muito diferente aí, mas é por conta da
1058 escala, viu gente? A gente errou na escala aí. A escala tinha que ser uma escala... Eu
1059 estou pedindo desculpa para vocês. Mas são 576 municípios. É um aumento de 26
1060 municípios, tá? Pode passar. Aí nós temos um registro de monitoramento da aplicação,

1061 porque o piso mineiro permite ao município aplicar ele na proteção básica e na proteção
1062 especial. Mas ele só pode investir naquilo que ele falou que vai aplicar. Se ele falou que
1063 vai usar integralmente na proteção especial ele não pode usar na básica. Então nós
1064 acompanhamos isso através do SIM SUAS, do plano de serviço e da prestação de conta.
1065 E lá o município informa se ele vai utilizar os benefícios eventuais. Se ele falar que sim,
1066 ele vai confirmando a aplicação desse recurso. E aquela frequência lá é relativa a isso.
1067 Pode passar. Nós temos esse formulário em que é registrada as informações. É o
1068 formulário de monitoramento em que a DIVISON é responsável. Nesse formulário é onde
1069 é informado para quem o benefício é destinado. Ele registra a quantidade, as
1070 modalidades. E isso é uma coisa nova. Isso só começou a ser registrado a partir de
1071 agosto deste ano. Ele vai sofrer inclusive uma alteração por conta de uma tecnologia que
1072 está lá, que pede para informar o número de benefícios eventuais ofertados conforme a
1073 modalidade. Ele também pergunta a quantidade de indivíduos. A gente vai mudar isso, a
1074 gente está debatendo essa mudança. Mas é uma coisa que vai ser alterada. E aí o
1075 município tem a oportunidade de registrar quantas famílias estão recebendo esse
1076 benefício e em quais modalidades está sendo concedido esse benefício. Pode passar.
1077 Então é isso gente. A gente fica à disposição para eventuais esclarecimentos. Mas a
1078 gente sabe que temos muitos que avançar em relação aos benefícios eventuais,
1079 principalmente em relação a sua regulamentação. Eu penso que os Conselhos e nós,
1080 gestores estaduais, temos que atuar mais. Os benefícios eventuais revelam muito dessas
1081 condições precárias, insuficientes e insertas. É justamente às vezes o contrário o que
1082 prevê a legislação, não garante um patamar de segurança. Quando a pessoa mais
1083 precisa ele não consegue acessar. No caderno do piso a gente está tentando apontar
1084 para um avanço nessa melhoria dos benefícios eventuais. A modalidade da prestação dos
1085 benefícios eventuais pela pecúnia, que é a transferência de renda que pode ser aplicada
1086 com os benefícios eventuais, é a menos praticada. É muito mais comum você prover a
1087 provisão material, a cesta básicas, o kit natalidade, do que a concessão dessa
1088 transferência direta para o cidadão, que por incrível que pareça não custa mais caro.
1089 Muitas das vezes fica mais barato para o município e mais digno para o cidadão. E é
1090 isso o que a gente está apontando no caderno do piso. Obrigada. **APLAUSOS SIMONE:**
1091 Obrigada, Wagner. A Rose está inscrita. Eu vou passar para a nossa conselheira
1092 Geisiane, para ela escrever e conduzir o debate. **GEISIANE:** Bom, nós já temos aqui a
1093 inscrição da Lúcia. E aí os demais vão se manifestando e eu vou anotando. Por favor,
1094 Lúcia, com a palavra. **PARTE 3 LÚCIA:** É só a título de contribuição mesmo. Assim, o
1095 gestor que está enfiado lá, tem a Câmara, tem os vereadores e tal, algumas questões que
1096 talvez sejam importantes problematizar. Quando eu cheguei ao município, pasmem
1097 conselheiros, eu tive muita resistência dos técnicos. Então eu acho que nesse processo
1098 todo de comunicação a gente precisa pensar um pouco como que isso vai ser trabalhado
1099 com os técnicos que estão nos CRAS, sabe Simone? Eu recebi inclusive ameaça de
1100 técnico. Então, assim, eu falei: “olha, pisa aqui na roda e vem discutir comigo se isso aí é
1101 direito e se o que você está fazendo está certo ou não.” Então tem algumas
1102 acomodações. Depois de um ano e meio que eu estava na gestão, um dia em uma
1103 reunião com as coordenadoras de CRAS, eu fui marcar uma agenda e aí uma
1104 coordenadora falou assim: “ah não! Nesse dia não pode, porque é o dia da senha da
1105 cesta.” Eu quase tive outro ataque. Eu falei: “mas como assim? Dia de senha da cesta?”
1106 Gente, fazia fila! Eu estava um ano e meio na gestão, com toda discussão, com tudo, e
1107 tinha fila para entregar. E aí eu falei: “olha, se eu ficar sabendo de mais uma fila a
1108 coordenação do CRAS vai mudar.” Então eu acho que tem algumas coisas também que a
1109 gente precisa pautar nessa discussão. Tem municípios, como o município onde eu
1110 trabalho que já existiam outros benefícios, mas eu não sei necessariamente se é o caso
1111 de distinguir. Por exemplo, tem lá o município com renda mínima, certo? Esse eu não
1112 mexi! Mas ele está fora dos benefícios eventuais, fora do cofinanciamento do Estado e
1113 financiamento do tesouro municipal. Tem outro fato que não apareceu aqui e que tem

1114 acontecido com os municípios, que é a determinação judicial específica para transporte
1115 de familiares de família dos antenados e de famílias em medidas socioeducativas. Isso
1116 está vindo para o colo, não é? Por quê? A lógica de encaminhamento dos atentados há
1117 muito tempo ela não respeita a proximidade das famílias, é onde tem vaga, ou critério de
1118 periculosidade, ou teve um problema aqui nessa e transferiu lá para longe. E realmente, a
1119 manutenção dos vínculos fica muito difícil. Em relação aos adolescentes, a gente tem
1120 enfrentado várias determinações judiciais. E aí vira uma confusão muito grande, porque a
1121 procuradoria diz que você não tem respaldo legal para fornecer. Como é que eu vou dar
1122 uma passagem? Às vezes eu não tenho, eu tenho que criar outras formas em pecúnia de
1123 passar. Então é uma discussão difficilima. A nossa está embatucada lá na Câmara. Eu já
1124 respondi não sei quantas diligências para tentar esclarecer, mas as determinações
1125 judiciais continuam chegando. Então eu acho que esse é um desafio. A outra coisa que
1126 vocês fizeram menção ali do IPTU eu queria só problematizar também. No formulário, às
1127 vezes, não fica explícito. No meu município a gente não disponibiliza recurso para pagar o
1128 IPTU, mas a gente recebe a demanda de avaliação socioeconômica. Verificamos se
1129 aquela família foi lá e pleiteou a isenção do IPTU, e se ela está dentro dos critérios de
1130 assistência social ou não. Por similaridade a gente vai lá na LOAS e usa os critérios que
1131 estão explicitados para fazer este tipo de análise. Então não é um benefício eventual, não
1132 é uma concessão em pecúnia, mas é um atestado se ele pode ou não receber a remissão
1133 do IPTU, tá? No nosso município a gente tem a política de segurança alimentar. Então a
1134 gente criou um benefício que é o auxílio alimentação, mas não é cesta' básica, é um
1135 percentual. Esse está criado por lei. É um percentual sobre o salário mínimo, para que a
1136 família compre de acordo com a sua necessidade. Por que a gente recebe também muito
1137 encaminhamento de médicos, de famílias que precisam de um determinado padrão de
1138 alimentação, que a saúde não tem o benefício como prover. O restabelecimento da saúde
1139 depende daquela alimentação específica, tá? VOZ AO FUNDO. Ele que compra. Com o
1140 cartão ele faz a compra que ele quiser, entendeu? É isso. **ROSILENE:** Simone, bem vinda
1141 a Minas, novamente. Que bom também trazer essa discussão, que é muito emergente
1142 hoje. Eu estava até aqui comentando com a Jú. O município que eu trabalho o controle
1143 interno questiona o estudo social do profissional, pede vários documentos. Agora também
1144 está pedindo conta, porque o usuário, a pessoa que faleceu tem uma conta. Assim, a
1145 gente está discutindo lá ainda. Tem um profissional de referência que está discutindo
1146 esses trâmites do controle interno. E aí quando o Wagner traz essa discussão da
1147 quantidade de informação sobre a concessão, isso também tem um dificultador. Para que
1148 a pessoa receba o ressarcimento tem uma série de exigências, que muitas das vezes não
1149 dá conta. É um complicador. Você colocou sobre o auxílio à família para além do que é....
1150 Eu queria só entender o que você quis dizer. VOZ AO FUNDO. Tá. Eu deixo registrada a
1151 fala. O recurso, hoje os municípios argumentam que tem poucos recursos para concessão
1152 dos benefícios. Então assim, são poucas cestas básicas, pouca concessão do auxílio
1153 funeral, do ressarcimento. É isso. A questão da exigência para a concessão dos
1154 benefícios eventuais. Aqui muitas vezes coloca também o constrangimento. Aqui nesse
1155 que você colocou a questão do IPTU, no município que eu trabalho antes tinha essas
1156 exigências, de que a política de assistência social fizesse essa avaliação. A gente
1157 também tem fazer essa avaliação, porque tudo o que diz respeito ao acesso econômico
1158 na política de assistência social muitas vezes já está lá no CADÚNICO. Essas
1159 informações não poderiam ser buscadas no CADÚNICO para a questão do IPTU?
1160 **GEISIANE:** Nós vamos pedir então a Simone e ao Wagner que anotem na medida em
1161 que as pessoas vão se manifestando. E aí no final vocês façam a conclusão de vocês
1162 com as respostas. Agora, por favor, o Leonardo. **LEONARDO KOURY:** Eu acho que são
1163 só algumas observações que são importantes. A Lúcia já adiantou uma que eu, também
1164 enquanto gestor em Ribeirão das Neves passei, que é o convencimento do corpo técnico.
1165 Eu acho que é o primeiro e grande e difícil desafio. Porque a uma condição aonde grande
1166 parte dos profissionais acreditam que o Bolsa Família ainda é muito pouco e acreditam

1167 que os benefícios eventuais são complemento do programa Bolsa Família. Então muitos
1168 desses benefícios acabam na cabeça do profissional que está fazendo o atendimento,
1169 com uma complementação do que já é ofertado enquanto benefício socioassistencial. Isso
1170 é um problema, porque, de fato, essas famílias precisam muito mais do que o Bolsa
1171 Família, e muitos menos de certos benefícios que só remetem o assistencialismo e não
1172 comprometem em especial a equipe técnica com o atendimento mais avançado, de mais
1173 qualidade e que possa pensar outras estratégias do que om material de construção para
1174 poder fazer a reforma de um domicílio onde vai ter uma nova criança, por exemplo, dentro
1175 deste espaço. Eu falo isso porque eu já vivi. No município em que estive por último antes
1176 de vim par ao governo do Estado, a gente conseguiu fazer essa regulamentação. Foi
1177 muito difícil, porque a Câmara de Vereadores talvez foi o dia em que ela ficou mais cheia.
1178 Os vereadores mobilizaram muito a população que recebia em especial as fraldas, para
1179 poderem dizer não a regulamentação dos benefícios socioassistenciais. O município de
1180 Ribeirão das Neves tem 300 mil habitantes e é região metropolitana. Se Ribeirão das
1181 Neves já é difícil, imaginem os municípios menores e mais afastados. VOZ AO FUNDO.
1182 Sim. Mas é um município que tem em compensação políticas de assistência social
1183 maiores e mais avançadas em relação a muitos outros municípios. Os desafios a gente
1184 ainda tem, de mudanças paradigmas no âmbito dos benefícios socioassistenciais. Só
1185 para finalizar, porque eu não quero tomar muito o tempo. Mas essas estruturas, essas
1186 mudanças, além de não estarem superadas enquanto concepção... Há pouco tempo atrás
1187 eu tinha lido um material que tive dos primeiros Capacita SUAS, que falava qual que era a
1188 concepção dos profissionais de formação. Se eu não me engano, quase 70% diziam que
1189 o seu arcabouço teórico eram os materiais, instrumentais do MDS, de outros Ministérios.
1190 Uma média de 30% falou que tinha algum tipo de concepção teórica. A grande maioria
1191 dizia outros tipos de teoria que nem da sua ocupação sócio ocupacional eram. Então é
1192 uma questão de um paradigma que passa pela capacitação. A gente acabou de sair de
1193 uma coletiva de imprensa falando não só sobre o Criança Feliz, mas a PEC 241. Esses
1194 benefícios tendem de uma lógica involuntária de assistencialismo e clientelismo virarem
1195 cena pública. O Wagner apresentou muito bem que esses “outros” ainda são muitos, mas
1196 muito perto de 10 anos atrás, com certeza não é? Esses “outros” podem voltar a serem
1197 muitos em uma política que deixa de ter um arcabouço técnico, cooperativo, e passa ser
1198 na verdade um arcabouço de solidariedade, de boa vontade, de bom coração. O bom
1199 coração não constrói política de assistência social, ou nenhuma política, que seja
1200 constitucional enquanto direito neste país. É só isso. **GEISIANE:** Rodrigo. **RODRIGO:** É
1201 bem rápido. Eu quero falar para o Wagner, a Simone e a nossa Simone. Eu vou ler aqui
1202 bem rapidinho. O texto é sobre uma invasão que faz sacudir o barracão de um cômodo da
1203 ex-moradora de rua Renata Ferreira dos Santos, de 34 anos. A estrutura precária, que ela
1204 mesma construiu com pedaços de madeira e lona plástica a não mais que dois metros do
1205 asfalto, parece que vai ruir a qualquer momento. A desempregada conta que há seis
1206 meses deixou os passeios da Savassi, na Região Centro-Sul de BH, para tentar
1207 reestruturar a vida e reaver seus quatro filhos. “Minhas crianças estavam em um abrigo.
1208 Tiraram três delas de mim para adoção e só sobrou um. Preciso arranjar um emprego e
1209 uma casa de verdade para ter os meninos de volta”, afirma. A mulher é uma das mais
1210 recentes moradoras da invasão que fica entre a linha férrea e a Avenida Tereza Cristina,
1211 no Bairro das Indústrias, também no Barreiro. Então o quê que eu quero perguntar: A
1212 gente sabe do auxílio financeiro como possibilidade de benefício eventual. O quê que é
1213 material? O quê que é imaterial? Para gente poder avançar na garantia dos nossos
1214 usuários, uma vez que a gente está falando de benefício material. Você pega lá e faz
1215 aquela transação. E o quê que é imaterial que a gente está perdendo para os nossos
1216 usuários? Eles estão sendo vítimas de outras formas de exclusões sociais. É isso,
1217 obrigado. **GEISIANE:** Gente, só para reforçar. Tem muito inscritos ainda. Vamos
1218 tentar ser mais objetivos. Sabemos que é importante a discussão, mas como a Simone já
1219 disse no início, ela tem um horário marcado e é importante que ela faça a conclusão. Luiz

1220 George, por favor. **LUIZ GEORGE:** Boa tarde para todos (as). Simone, Wagner, obrigado
1221 pela explanação. Simone é o seguinte, você falou que o que aconteceu em Mariana não
1222 pôde ser considerado como uma calamidade, não é isso? São 19 mortos, mais de 20
1223 milhões de toneladas de rejeitos da siderúrgica lançados no rio chegando até o mar do
1224 litoral do Espírito Santo, não é isso? É o maior desastre natural. Foram infligidas nove leis
1225 ambientais. O que faltou para ser considerada uma calamidade? **GEISIANE:** Isabela.
1226 **ISABELA:** Eu vou tentar ser rápida aqui. Eu não sei se vai dar tempo, mas um ponto que
1227 eu acho que era interessante da gente discutir mais é o quê que deve estar previsto em
1228 lei, o quê que deve estar previsto na regulamentação do Conselho Municipal. Ali no slide
1229 que você apresentou Simone, você trouxe algumas questões dos critérios de acesso aos
1230 benefícios já previstos na lei, sabe? Algumas discussões que a gente já fez inclusive com
1231 o município foi tentar levar essas discussões para o Conselho, e lá no Conselho definir os
1232 critérios de acesso para concessão do benefício. Eu não sei se eu entendi certo o que
1233 estava ali. Isso é um ponto também que gera muita dúvida. A gente tem que fazer uma
1234 discussão no sentido em que a lei institui as equipes de benefícios. A regulamentação do
1235 Conselho vai trazer esses critérios. Mas eu não sei o que vocês têm discutido em relação
1236 a isso. Outra questão que eu achei interessante foi a situação de calamidade e se seria
1237 adequado qualificá-las como benefício eventual ou não, tendo em vista o caráter coletivo.
1238 Eu achei isso bem interessante de refletir, mas ao mesmo tempo eu acho que os próprios
1239 benefícios eventuais a gente pode trazer para um caráter de coletivização quando a gente
1240 fala das situações de vulnerabilidade, compreender o que é mais incidente, o quê que
1241 ocorre mais naquele município. A gente também pode trazer essa discussão para esse
1242 âmbito. A minha dúvida fica muito na operacionalização. O serviço da situação de
1243 calamidade pelas regras que estão tipificadas ele vai dar conta de todas as situações. Às
1244 vezes o benefício eventual pode contemplar paras as pessoas que foram atingidas por
1245 aquela situação. Eu não vou me estender aqui não, é mais ou menos isso. Mas eu não sei
1246 como que ficaria a operacionalização. E, por fim, eu achei muito legal o resgate histórico,
1247 a questão da regulação em tentar prever os procedimentos e fluxos para a oferta do
1248 benefício eventual. Eu acho que era isso. Tinha mais alguma coisa, mas eu esqueci. Mas
1249 está bom. **ÉRICA:** Como representante de trabalhadores e psicólogas eu queria fazer um
1250 pouco de uma provocação. Eu me sinto contemplada na fala do Léo, no sentido dos
1251 técnicos ainda não estarem incorporados na assistência social como um direito. Não está!
1252 Então ainda tem uma postura moralista, assistencialista, preconceituosa, principalmente
1253 nos benefícios eventuais. “Ah! Então ele vai pedir cesta básica de novo? Mais um filho?”
1254 Então assim, é essa a postura que infelizmente a gente tem. Teve uma época em que eu
1255 estava atendendo vítima de violência. E assim, quantas delas continuam em situação de
1256 violência porque a gente não tem o benefício eventual para oferecer. Então assim, se elas
1257 saem de casa elas passam fome, mesmo. Então tem que continuar infelizmente na
1258 situação de violência. Então temos que pensar um pouco isso. E outra coisa, enquanto
1259 CRP, é que vem chegando muito e muito questionamento do psicólogo, se ele é
1260 habilitado, vamos dizer assim, para oferecer o benefício eventual. Em muitas cidades isso
1261 é privativo da assistência social. Está na lei municipal que o assistente social, por uma
1262 avaliação socioeconômica, ele concede o benefício. Então assim, é o tanto que a gente
1263 fica preso a questão do benefício por questão de renda. E não vê a vulnerabilidade social
1264 como uma coisa mais ampla. Eu queria que a Simone desse essa contribuição nesse
1265 sentido, dessa função privativa, do benefício só enquanto renda. **DAIANA:** Ainda é bom
1266 dia, não é? Ou já é boa tarde? **VOZ AO FUNDO.** Boa tarde a todos (as). No CMAS/Juiz
1267 de Fora eu sou representante de trabalhador. Então a minha fala vai ser nesse sentido.
1268 Quando o Wagner coloca ali dos “outros” benefícios que estão colocados dentro da
1269 categoria “dados de outros”, muita das vezes os profissionais da assistência social estão
1270 sendo demandados por outras secretarias que não tem a lotação de um profissional, seja
1271 o assistente social.... Então isso bate muito na porta dos CRAS, porque eu sou assistente
1272 social de CRAS. A gente acaba tendo que absorver algumas demandas por falta da

1273 lotação desses profissionais nas outras secretarias. E eticamente a gente não deixaria
1274 que os nossos usuários não fossem atendidos nos seus direitos de totalidade. Então a
1275 gente enquanto profissional acaba fazendo o atendimento dessas outras demandas de
1276 outras secretarias. Então, talvez, demonstre um pouquinho esses dados “outros” não é?
1277 **SIMONE ALMEIDA:** Bom, eu não tenho resposta para tudo isso não, mas eu vou só fazer
1278 algumas considerações. Com relação ao que você levantou Rose, quando eu falo... É
1279 porque a gente tem feito esse debate de que o benefício eventual, o auxílio funeral, ele
1280 tem se restringido ao sepultamento e ao fornecimento da urna. O município não tem
1281 pensado, não está retratado nas regras, na legislação, a proteção que a família precisa ter
1282 com a ausência daquela pessoa ou outras situações que são geradas a partir da morte. É
1283 nesse sentido. Não é que a gente está fazendo defesa de que não... Apesar de ter
1284 colegas estudando isso, defendendo que o auxílio enterro ou o sepultamento, ele tem que
1285 ser garantido pelo poder público, e não necessariamente a assistência social. Que a
1286 assistência social tem que cuidar da proteção daquela família com a ausência daquele
1287 falecimento. É tentar limpar um pouco o que está sendo feito, no sentido de associar o
1288 que é de atribuição específica da nossa política pública de assistência social, marcar
1289 terreno. Então são esses princípios norteadores que a gente acredita que vai na
1290 legislação traduzir o quê que é que a gente defende que seja feito enquanto benefício
1291 eventual, direito daquela pessoa, entendeu? A gente não tem essa pretensão de
1292 determinar ou criar um documento que vai dizer o quê que é que o município tem que
1293 regular. Ele tem que regular a partir da sua realidade, do seu diagnóstico, obedecendo aí
1294 os princípios gerais da política de assistência social. É com essa lógica. Essa última
1295 consultoria que nós tivemos trouxe alguns elementos que eu acredito que vai contribuir na
1296 construção das regulações. Outra coisa que a gente tem batido o pé, que eu acho que
1297 vocês também precisam, é o debate interno no município, onde vai atingir inclusive essas
1298 situações mais culturais, de caráter... Onde o técnico já incorporou uma lógica mais
1299 cômoda, como ela mesma disse, de que o benefício eventual é aquilo que a gente acha
1300 que não deve ser. É mais fácil você prestar um tipo de benefício que vai perpetuar ou que
1301 vai desassociar dos serviços e que não vai imprimir a lógica e os princípios que a gente
1302 defende e que a LOAS defende. Essa coisa da função privativa eu acho que a gente tem
1303 que lembrar que os trabalhadores do SUAS, todos eles, eles têm atribuição de prestar o
1304 serviço ou o benefício que o município e que a política prevê. As funções privativas do
1305 assistente social é outra coisa. VOZ AO FUNDO. Não! Pois é! Mas ela fez essa pergunta,
1306 se o psicólogo pode prestar um benefício eventual. VOZ AO FUNDO. Pois é! Mas é um
1307 equívoco! É isso o que eu estou dizendo. Se tem um município que fala que é função
1308 privativa do assistente social prestar benefício eventual, aí está equivocado. Tem um erro
1309 aí gigantesco! Quais são as profissões do SUAS? Aí nós vamos elencar todas que estão
1310 lá. Eram onze não é? Ah, então eu não estou tão ruim. São onze profissões. É lógico que
1311 o município vai se organizar de acordo com os serviços correlacionados. Ele não vai
1312 colocar um advogado para poder... Mas não tem nenhum impedimento legal para que isso
1313 possa acontecer. Outra coisa é com relação ao decreto. Que determina o estado de
1314 calamidade pública é a defesa civil. Tem uma série de regras. Eu não sei elencar para o
1315 senhor aqui, agora, qual foi. Eu me lembro de um, que é o fato do desastre de Mariana ter
1316 atingido somente a um distrito e não o município inteiro. Esse era um dos critérios para
1317 que fosse determinada calamidade pública, mas tem outros que eu não sei relacionar
1318 para o senhor. Mas quem determina é a justiça, através da secretaria de defesa civil. Não
1319 tem nada a ver com a assistência social. A gente sabe que foi o maior desastre, que
1320 tiveram consequências drásticas para a população. Mas infelizmente a regra não permitiu
1321 que fosse decretado. Foi decretada emergência, mas não foi decretada a calamidade
1322 pública. Bom, eu acho que é isso. Eu queria aproveitar e já parabenizar este Conselho por
1323 essa iniciativa de discutir esse tema. Eu acho que é inesgotável. Eu acho que outros
1324 debates vocês vão precisar fazer para poder criar uma uni-informação de entendimento
1325 do que é preciso fazer, o que a gente precisa criar enquanto regra para orientar os

1326 municípios para que eles construam as suas regras internas para poder fazer a prestação
1327 desse benefício como um direito. Então eu acho que o município tem que debruçar e o
1328 Estado cumprir o seu papel de assessorá-lo. Então eu quero mais uma vez parabenizar
1329 por esta iniciativa e me colocar à disposição para outros momentos. Esse espaço é um
1330 espaço que eu dou muito valor. Eu acho que é importante vocês estarem juntos
1331 construindo as regras e exercendo o controle social sobre a aplicação desses recursos e
1332 dos benefícios, sejam eles eventuais, BPC, serviços e outros mais. Muito obrigada. Um
1333 bom dia para vocês. **APLAUSOS. SIMONE:** Obrigada, Simone. Você pode ter certeza de
1334 que nós vamos requisitá-la várias e várias vezes. Então eu vou passar para o Wagner.
1335 **WAGNER:** Obrigado, Simone. Eu vou aguardar também o envio do material. A gente quer
1336 fazer o uso dele. Bom, eu vou começar pela Lúcia. A Lúcia falou da questão da
1337 resistência dos técnicos, que também foi colocada aqui pela Érica do CRP e por outras
1338 pessoas. A resistência dos técnicos eu acho que é uma coisa de fato presente. Eu já tive
1339 alguns municípios também que... Quando a gente fala de uma mudança na concepção de
1340 algumas modalidades dos benefícios eventuais é muito rechaçado pelos profissionais. Eu
1341 penso que é um sentimento de esvaziar a prática que eles têm. A gente sabe que a
1342 principal prática ou modelo que tem nos CRAS é relacionada a demanda espontânea.
1343 Tem uma espera, uma reatividade relacionada. Isso pode também está relacionada com
1344 outra coisa, mas uma das coisas é o benefício eventual. Ser mais proativo significa
1345 também repensar essa prática dos profissionais, inclusive do ponto de vista das
1346 modalidades. Eles também não concordam com as práticas vexatórias, precárias ou
1347 insuficientes. É pelo contrário, eles defendem às vezes a instituição, a transparência, a
1348 regulamentação e a não interferência de outros poderes ou do próprio poder municipal na
1349 determinação de quem vai receber o benefício. A Lúcia colocou aqui uma questão, por
1350 exemplo, da renda mínima, não é? A renda mínima é uma provisão importante, que
1351 muitas das vezes está localizada na assistência. Alguns municípios instituíram por conta
1352 da assistência. Mas os municípios, às vezes, não utiliza isso como transferência de renda
1353 e não utiliza o Cadastro. Utilizar o Cadastro é uma coisa que talvez facilita essas área de
1354 não confundir a assistência com o serviço social. Eu acho que o Cadastro é uma grande
1355 ferramenta. A professora Maria Luíza inclusive disse isso na aula do Capacita SUAS. O
1356 Cadastro caracteriza as famílias de baixa renda, caracteriza as situações que elas vivem,
1357 o domicílio, acesso a outro serviço, acesso à documentação. Mas, também possibilita
1358 utilizar isso como concessão de passagem, IPTU, para várias outras políticas. Isso vem
1359 sendo feito. Hoje são mais de 30 políticas públicas que utilizam o Cadastro. Mas
1360 recentemente gente teve isenção em concurso público, ao ENEM. Ou seja, são várias
1361 modalidades que podem utilizar o Cadastro. O Cadastro tem lá a sua qualificação de
1362 famílias em situação de pobreza com até meio salário mínimo, mas o município pode
1363 cadastrar outras famílias para além dessa. Isso é uma prioridade, mas não é
1364 exclusividade. Ele tem uma função, principalmente quando o município institui os
1365 programas e o Estado também. Então para a transferência de renda a gente até defende
1366 que seja feito. A SENARC inclusive está em muitos municípios. O Município, Estado,
1367 utiliza inclusive o cadastro para fazer essa avaliação. Então uma coisa importante é ter o
1368 cadastro como referência. Lúcia, depois você me manda a informação desse auxílio
1369 alimentação pelo cartão. Eu quero conhecer, eu achei legal. Vocês definiram o percentual
1370 por salário mínimo. Em Betim também tem. Eu conheço um município no distrito federal
1371 que regulamentou a vulnerabilidade temporária, a modalidade do benefício eventual, com
1372 a transferência também. É uma provisão mais digna, não é? É isso o que a gente está
1373 sugerindo no caderno, que tenha as transferências por forma de pecúnia. Eu acho que é
1374 mais digno no patamar do que você falou. Tem gente que não comer macarrão, e vem na
1375 cesta básica. Às vezes não tem material de higiene, que é muito essencial, não é? Então
1376 eu acho que é uma coisa importante. Eu acredito que o Conselho deve orientar uma coisa
1377 nesse sentido. O Leonardo colocou a questão da interferência do legislativo. Tem
1378 município ainda que quem define quem vai receber o benefício eventual é a Câmara. A

1379 Câmara aprova a concessão da construção disso ou daquilo e aí o município concede. E
1380 aí quem concede é a assistência social e quem define é o vereador. Precisa avançar de
1381 fato na concepção. O Rodrigo questionou a questão do material. Eu acho que tem que ser
1382 Rodrigo. O material ele está um pouco já definido, principalmente a cesta básica. Muitos
1383 avaliaram que a cesta básica não é provisão da assistência, porque tem o sistema de
1384 segurança alimentar desde 2005. Então eu acho que a gente tem que definir melhor que
1385 são as provisões na modalidade em pecúnia financeira, que pode ser prevista de forma
1386 material. O município de Tapira, que fica próximo à Araxá, tem seis mil habitantes. Ele
1387 pegou R\$ 40 mil e definiu como benefício eventual e fez uma parceria com uma empresa.
1388 Essa empresa emite um cartão. Se eu não me engano eles utilizam o Cadastro Único.
1389 Mas quem define quem receber que é o problema. Falta isso. A provisão não é no âmbito
1390 do CRAS, não é no âmbito da assistência, passa pela gestão e tal. Administrativamente
1391 eles fizeram uma coisa muito significativa, muito bacana, sem ônus para o município e
1392 que pode ser utilizado somente no comércio local, menos para aquisição de álcool e
1393 cigarro. Então eles definiram lá e fizeram uma coisa muito bacana e bem regulamentada.
1394 Então eu acho que é isso. Se ficou alguma coisa, depois vocês podem colocar que eu
1395 respondo. Mas a princípio é isso. A gente precisa avançar na concepção e na
1396 regulamentação dos benefícios eventuais. O que tem hoje está perpetuando as práticas
1397 assistencialistas naquilo que o SUAS vem colocando e vem avançando. Eu acho que
1398 talvez seja rever essa resolução do CEAS sobre os benefícios eventuais. Eu acho sim
1399 que a gente tem que dar um norte para os municípios do ponto de vista da
1400 regulamentação dos benefícios eventuais. Eles ficam muito perdidos. Assim como a gente
1401 fez com a LOAS quando definimos que os municípios também tem revisar a LOAS, eu
1402 acho que a gente tem um papel importante, tanto o Conselho, quanto a SEDESE, de
1403 orientar os municípios para revisão dessas regulamentações. O que está colocado muita
1404 das vezes não são do campo da assistência social, ou em muitas das vezes estão em
1405 conotação precárias, não é? E a própria legislação que o CEAS coloca ela fala da
1406 necessidade de regulamentação para cofinanciamento. E a própria resolução do CEAS
1407 não observou a resolução que institui o piso. Então é outra necessidade de atualizá-la, em
1408 função do que foi estabelecido no piso. Ela está alinhada com as diretrizes nacionais que
1409 estão estabelecidas nas resoluções do Conselho Nacional e no decreto. Então é isso.
1410 Muito obrigado. APLAUSOS. **SIMONE:** Obrigada você, Wagner. Eu estou entendendo
1411 que nessa discussão nossa aqui nós vamos ter dois encaminhamentos para serem
1412 incorporados no debate da comissão de política. Claro, em conjunto com o departamento
1413 da proteção básica. A primeira coisa: nós precisamos dar concretude aqui à Resolução nº
1414 373/2011, porque ela traz os princípios, mas nós precisamos é de concretude aos
1415 princípios. Algumas propostas já saíram daqui, uma delas é essa. Essa resolução deve
1416 então dizer concretamente o que será cofinanciado com o piso. Aí se o município quiser
1417 fazer outras coisas é autonomia do município. O quê que o Conselho entende que deve
1418 ser cofinanciado com o piso. É a primeira coisa. Segunda: nós vamos indicar nessa
1419 resolução o Cadastro para avaliação econômica de outras políticas. Nós vamos
1420 recomendar o Cadastro para a sua utilização. E a outra questão que saiu daqui também:
1421 nós vamos definir as pecúnias quando for em espécie. Isso também é absolutamente
1422 importante. Outra questão importante também que eu entendi que devemos colocar na
1423 regulação é: integração dos benefícios eventuais no acompanhamento familiar. Por que
1424 senão também fica genérico os princípios. É como se a gente estivesse lá no art. 35 da
1425 LOAS há 15 anos atrás O problema nossa é esse! Fazer resolução repetindo artigo,
1426 repetindo artigo e repetindo artigo. Nós precisamos dar concretude. A outra sugestão feita
1427 aqui também pelo Wagner é: sair do Conselho além uma resolução, uma orientação para
1428 os municípios. É porque eles vão fazer a parte deles. Então nós vamos fazer a nossa...
1429 Se a gente só fazer a nossa já vai ajudar demais! Demais! O Estado tem mania de cobrar
1430 do município, mas ele mesmo é de uma generalidade que não ajuda em nada, só piora.
1431 Então a nossa ideia é que o Conselho vai fazer a nossa parte na sua resolução, mas

1432 também, orientar os municípios. A orientação aos municípios é uma tarefa que nós
1433 devemos fazer. É nossa obrigação criar orientação para os municípios. É isso? Então,
1434 vamos almoçar. Obrigada gente. Obrigada Wagner e a todos. APLAUSOS Ah gente! Eu
1435 me esqueci de registrar! Eu quero agradecer a presença aqui do Márcio, da ASSPROM,
1436 muito obrigada pela presença. E também do vice-presidente do COGEMAS/MG, o ex-
1437 conselheiro Hermellis. Muito obrigada a todos vocês também pela presença. PARTE
1438 **4MARTA SILVA:** A Maíra Colares justificou ausência, porque está de férias. Eu, Marta,
1439 pela SEDESE, a Rosilene, pelo CRESS, a Sandra, pelo SINTIBREF. A Patrícia Gomes é
1440 convidada, do Fórum de Trabalhadores do SUAS. Ela justificou a ausência, porque
1441 também estava de férias. Nós fomos apoiados pela secretaria executiva pela Adelmira e
1442 pela estagiária Misley. Bom, o primeiro ponto que nós discutimos na comissão: foi um
1443 convite que a gente fez ao superintendente Jaime Adriano, para discutir conosco sobre o
1444 tema da supervisão técnica. A comissão já quer começar a fazer uma discussão em
1445 relação a isso, considerando alguma normativa que este Conselho possa depois vim
1446 discutir em relação a algumas especificidades que Minas Gerais têm em relação a isso e,
1447 como disciplinar isso de forma complementar a resolução do CNAS que já tem sobre o
1448 assunto. O superintendente Jaime fez toda uma apresentação para gente resgatando a
1449 partir da resolução do CNAS 06/16 os parâmetros que são nacionais estabelecidos pela
1450 supervisão técnica. Ele chamou a atenção de que ainda é uma discussão muito nova em
1451 todo o país. Disse que a supervisão técnica é um dos eixos do Qualifica SUAS, é o quarto
1452 eixo do Qualifica SUAS. E que a construção do eixo do Qualifica SAUS está amparada,
1453 lógico, na referência da resolução do CNAS. Está trabalhando com a SEDESE a
1454 professora Dirce Koga. Ela tem apoiado na discussão da proposta da supervisão técnica
1455 na sua construção. Ela é assistente social e doutora em serviço social pela PUC, com
1456 ampla experiência no Estado de São Paulo com essa temática e em outras da assistência
1457 social. Então ela tem ajudado a SEDESE a refletir sobre algumas questões sobre a
1458 supervisão técnica e algumas especificidades que o Estado de Minas Gerais talvez tenha
1459 que enfrentar na construção disso. Algumas recomendações que a gente discutiu na
1460 comissão é que...A gente entender que o assunto nosso esgotou. Foi uma primeira
1461 discussão que a gente teve para começar a aprofundar o assunto. Mas que, para a
1462 comissão e para este Conselho, depois nós tenhamos que nos debruçar sobre fazer uma
1463 regulação sobre a supervisão técnica. E considerar se a gente teve alguns princípios e
1464 diretrizes estaduais próprias para a gente estabelecer em Minas Gerais em
1465 complementaridade a resolução do CNAS considerando as características territoriais e a
1466 dimensão do Estado de Minas. A outra discussão é que nós vamos precisar neste
1467 processo considerar a relevância do gestor no processo da supervisão técnica. Por isso
1468 que quando a gente fizer a regulação vai ter que entender que não só o trabalhador, mas
1469 o gestor é importante no processo. É um processo coletivo que envolve as equipes de
1470 trabalhos, que envolve disponibilizar horas de trabalho e que envolve ter condições para
1471 isso ocorra. A outra questão quando a gente for debruçar sobre alguma regulação própria
1472 é que, nós teremos que discutir sobre os critérios de certificação, como que nós vamos
1473 definir a certificação para a supervisão técnica em Minas Gerais. Até recentemente a
1474 comissão só tinha debruçado sobre situações de denúncias. A gente estava assoberbada
1475 com a situação de várias denúncias que a comissão vinha recebendo. E nós estamos
1476 com esse debate. É um próximo debate, que a gente também vai pontuar para vocês,
1477 tentando mudar a pauta, tentando inverter a pauta para que a comissão cumpra a sua
1478 função mais qualificada para este Conselho. O segundo ponto da pauta: a gente convidou
1479 algumas pessoas para vim começar a fazer uma discussão com a gente sobre um
1480 caderno. A gente tinha pensado na construção de um caderno de orientações para os
1481 trabalhadores do SUAS, exatamente para dar resposta às várias denúncias com relação
1482 as questões de trabalho, em relação a gestão do trabalho, em relação a concursos
1483 públicos inclusive. A gente era muito consultado. Recebíamos várias denúncias que
1484 extrapolam inclusive a competência do Conselho Estadual. Nós convidamos algumas

1485 pessoas que já vinham se debruçando sobre isso. Nós convidamos a Denise Cunha, do
1486 CRESS. Ela já trabalha lá no CRESS exatamente na fiscalização da profissão.
1487 Convidamos o Nilton Calisto. O Volney justificou o problema que ele teve, mas vamos
1488 convidá-lo de novo. E, convidamos a Adriana Reis, que é psicóloga e pesquisadora. Ela
1489 está responsável pela coordenação da gestão do trabalho na prefeitura de Betim. Ela está
1490 fazendo doutorado sobre a saúde dos trabalhadores do SUAS de Betim. Além do Fórum,
1491 que ontem não pôde participar. A secretaria executiva levantou algumas questões do quê
1492 que o Conselho tem recebido enquanto denúncia. A Denise trouxe para o Conselho os
1493 principais temas, as principais situações que o CRESS tem se debruçado. As duas
1494 trouxeram para gente questões cotidianas que elas têm deparado e visto. Nós estamos
1495 revendo a proposta se nós vamos fazer um caderno de perguntas e respostas para o
1496 trabalhador, porque às vezes a gente nem vai dar conta de responder todas as respostas,
1497 não é? Mas a gente definiu que a gente vai fazer um caderno sim de referência de
1498 orientação, que ele vai ter uma versão digital para fácil consulta. Mas a gente vai trabalhar
1499 os temas que a gente viu que tem afetado mais os trabalhadores, que é com relação às
1500 condições e trabalho, relações de trabalho e as relações dos trabalhadores com sistema
1501 judiciário. Então nós vamos convidar essas pessoas que estavam com a gente e outras
1502 que a gente tem feito contato para ajudarem na redação, na contribuição disso, para
1503 ajudar a secretaria executiva e a comissão para elaborar o documento. Então ontem a
1504 gente teve início ao debate. A gente tem a perspectiva de ir isso para o ano que vem. O
1505 ponto três: a gente postergou para a próxima reunião. A gente depende de um
1506 pronunciamento da conselheira Sandra. Ela ainda vai se inteirar do assunto. O ponto
1507 quatro: é uma informação que a gente pediu à SEDESE. E aí a gente vai só reiterar,
1508 porque estamos aguardando resposta da SEDESE. Então também a gente teve
1509 dificuldade de avançar. O outro ponto: a gente discutiu a carta da Frente Mineira em
1510 Defesa do SUAS. A gente já trouxe para essa plenária e já fizemos um indicativo de
1511 recomendação de apoio as cartas. O ponto seis: o CRESS encaminhou ao Conselho
1512 Estadual o apoio do Conselho Estadual na divulgação e na defesa do cumprimento da
1513 legislação da lei que estabelece 30 horas para os assistentes sociais. Então nós fizemos
1514 a leitura da carta do CRESS. A comissão recomenda que esse Conselho considere apoio
1515 a carta e que encaminhe para todos os Conselhos Municipais divulgando a legislação, a
1516 informação e o que o CRESS tem feito em relação à categoria dos assistentes sociais.
1517 Então eu vou ler. Eu vou tentar ser breve gente, porque ela é pouquinho longa. CRESS,
1518 Belo Horizonte, setembro. Aprovação da lei 2.317 de 2010, que constitui uma conquista
1519 histórica para o serviço social brasileiro. A aprovação da lei 12.317/2010 se constitui uma
1520 conquista histórica para o Serviço Social brasileiro. Obtivemos uma grande vitória com a
1521 aprovação da jornada de 30 horas sem redução salarial. É importante ressaltar também
1522 que a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais
1523 contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo
1524 direito ao trabalho com qualidade para todos/as. No mês de fevereiro de 2016, o CRESS-
1525 MG, finalizou o primeiro levantamento de informações sobre o cumprimento da Lei das 30
1526 horas (Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que altera a Lei nº 8.662, de 7 de
1527 junho de 1993) nos 853 municípios mineiros. O trabalho foi iniciado em julho de 2015 e,
1528 apesar de ser uma tarefa longa, contou com a dedicação e o empenho de diversos
1529 sujeitos que compõem o corpo de do Conselho para chegar aos resultados apresentados
1530 neste momento. O levantamento realizado pelo CRESS-MG identificou que 78% dos
1531 Municípios mineiros possuem jornada de trabalho para Assistentes Sociais de até 30
1532 horas semanais. Deste modo, O CRESS – 6ª Região, por meio deste Ofício, solicita que
1533 está pauta reivindicatória pelo o cumprimento da lei citada, seja apreciada pelos
1534 conselheiros deste incombível Conselho, visando a divulgação na carta de apoio a
1535 nossa defesa pelo cumprimento da lei federal por parte do governo estadual. Reitera-se a
1536 importância da medida legislativa da categoria profissional, bem como encaminha
1537 levantamento realizado a fim de dar ciência sobre as ações este Conselho em prol da

1538 implementação das 30 horas. Várias entidades da administração pública têm reconhecido
1539 e aplicado, adequadamente, a Lei 12.317/2010 dos que exercem cargos e funções de
1540 assistente social, cumprindo, assim, os princípios da moralidade e legalidade que
1541 compõem a conduta que deve estar presente nos atos praticados pela Administração. O
1542 Sistema Sócio – Jurídico, no âmbito de suas decisões administrativas, tem reconhecido e
1543 adotado a lei 12.317/2010 para o assistente social a jornada de 30 (trinta) horas de
1544 trabalho, a exemplo do Ministério Público do Trabalho. As Ações em nível nacional vêm
1545 sendo realizadas pelo CFESS, a exemplo de reuniões com o Ministério do Planejamento,
1546 Orçamento e Gestão (MPOG) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e envio
1547 de ofícios aos diversos ministérios, colegiados de gestores, conselhos e fóruns de
1548 políticas públicas. Além dessas ações, os CRESS também estão promovendo diversas
1549 ações em seus estados, a exemplo da audiência pública realizadas no dia 19 de maio de
1550 2016, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde tivemos a participação de mais
1551 de 400 profissionais de vários municípios de Minas Gerais. Todas essas ações fazem
1552 parte de um conjunto de estratégias definidas coletivamente no Encontro Nacional
1553 CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010, que reuniu conselheiras/os e
1554 assistentes sociais de base representando o CFESS e todos os CRESS e Seccionais de
1555 base estadual. No entendimento do Conselho Federal de Serviço social (CFESS), a lei
1556 abrange todos os/as assistentes sociais, posto que altera a Lei de Regulamentação
1557 Profissional (Lei 8.662/1993), incluindo determinação relativa à jornada de trabalho sem
1558 redução de salário. Para reforçar esse entendimento, em 20 de dezembro de 2010, o
1559 MPOG publicou a Portaria nº 3353, incluindo a categoria de assistente social dentre as
1560 que fazem jus à carga horária inferior a 40 horas semanais, com respaldo na legislação
1561 específica, ou seja, a Lei 8.662/1993, artigo 5º acrescido pelo artigo 1º da Lei
1562 12.317/2010. A aprovação da Lei equiparou os/as assistentes sociais às demais
1563 profissões da saúde que já conquistaram legalmente jornada semanal de 30 horas ou
1564 menos, assim, a legislação já reconhece a vários desses trabalhadores o direito à jornada
1565 de trabalho diferenciada devido às condições específicas de trabalho, pois são
1566 submetidos a longas e extenuantes jornadas e realizam atividades que provocam estado
1567 de profundo estresse, diante da convivência, minuto a minuto, com o limiar entre vida e
1568 morte, dor e tristeza, choro e lágrima de uma população submetida a situações de
1569 pobreza e violação de direitos. Os/as profissionais estão expostos/as a situações
1570 cotidianas de jornadas extenuantes e alto grau de estresse, decorrentes das pressões
1571 sofridas no exercício de seu trabalho junto à população submetida a situações de pobreza
1572 e violação de direitos. Nós sabemos e vivenciamos cotidianamente os impactos
1573 extremamente negativos à qualidade do serviço prestado e suas consequências, quando
1574 se trata de lidar com vidas humanas, assim como à saúde do/a trabalhador/a.
1575 Adoecimentos físicos e mentais não são novidades no setor saúde, assim como a
1576 necessidade e, por vezes dependência, de medicamentos para seguir trabalhando. A lei
1577 tem a intenção explícita de reduzir a jornada de trabalho para garantir melhores condições
1578 para o exercício profissional de assistentes sociais, tendo em vista as peculiaridades de
1579 suas atividades. Valorização profissional, aumento salarial, condições éticas e técnicas
1580 para o exercício profissional, redução da jornada de trabalho e outras reivindicações
1581 estavam e ainda estão presentes nas lutas do Serviço Social. Nossa luta não se restringe
1582 a uma reivindicação meramente econômico-corporativa, pois sempre a tratamos como
1583 uma pauta tático-estratégica, que faz parte da luta geral da classe trabalhadora. Por
1584 esses motivos, a redução da jornada semanal de trabalho do/a assistente social sem
1585 perda salarial é uma causa justa e impactará principalmente na qualidade dos serviços
1586 prestados aos usuários das políticas públicas. Porque ela contribui na luta por melhores
1587 condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para toda
1588 a classe trabalhadora, conforme estabelece nosso Código de Ética Profissional. Nossa
1589 luta não se restringe a uma reivindicação meramente econômico-corporativa, pois sempre
1590 a tratamos como uma pauta tático-estratégica, que faz parte da luta geral da classe

1591 trabalhadora. Por esses motivos, a redução da jornada semanal de trabalho do/a
1592 assistente social sem perda salarial é uma causa justa e impactará principalmente na
1593 qualidade dos serviços prestados aos usuários das políticas públicas. Porque ela contribui
1594 na luta por melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho
1595 com qualidade para toda a classe trabalhadora, conforme estabelece nosso Código de
1596 Ética Profissional. Consideramos, por fim, que a lei privilegiou, como já destacamos, a
1597 categoria “trabalho” que expressa a capacidade do humano como ser social histórico, de
1598 desenvolver a sua produtividade. O trabalho, sem dúvida, é uma das formas mais
1599 abrangentes da espécie humanidade. Neste sentido, qualquer trabalho deve ser
1600 remunerado de forma digna, radicalmente justa e equitativa, de acordo com as
1601 características próprias da atividade, de acordo com as capacidades e necessidades de
1602 cada ser humano e de cada profissão. É possível, contudo, que as entidades da
1603 administração pública, ao menos cumpram, adequadamente, a lei, produto da luta de
1604 milhares de trabalhadores (as) do Serviço Social, reflexo do movimento real da categoria,
1605 que demonstrou a necessidade de diminuição da jornada de trabalho, em face às
1606 características e natureza da profissão do assistente social. Que se reconheça, ademais,
1607 o comando imperativo contido na lei de forma que o tão relevante trabalho do assistente
1608 social possa, para além de propiciar a satisfação de suas necessidades materiais e de
1609 sobrevivência, ser desenvolvido com absoluta qualidade, competência ética e técnica e
1610 que possa se tornar a expressão significativa da energia humana. A Lei todas/os as/os
1611 assistentes sociais, independentemente da nomenclatura do cargo, desde que exerçam
1612 as atividades compatíveis com os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional
1613 (Lei 8.662/1993). Nesses casos, a/o profissional está obrigado a inscrever-se ou manter a
1614 sua inscrição junto ao CRESS de sua jurisdição, conforme estabelece a Resolução
1615 CFESS 572/2010. Na presente situação consideramos que lei garantiu ao assistente
1616 social o cumprimento de jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, sem prejuízo
1617 de seus vencimentos. Criou, assim, uma expectativa de direito objetiva, ao acrescentar à
1618 lei 866, o artigo 5º A., disposição geral que abrange a duração do trabalho de todo
1619 assistente social. Se ao Estado cumpre, unilateralmente, fixar os vencimentos de seus
1620 servidores, por outro lado, deve observar rigorosamente, os princípios constitucionais que
1621 regem a matéria. Em outras palavras, a função dos atos praticados no âmbito da
1622 Administração Pública, para além da efetiva realização das disposições legais, é a de
1623 garantir a aplicação dos princípios constitucionais, que possam conferir a necessária e
1624 imprescindível dignidade nas relações estabelecida com seus servidores. Leonardo,
1625 assistente social e presidente do CRESS. Ele encaminhou à mesa diretora. A mesa
1626 diretora pediu que a comissão procedesse a análise. A comissão procedeu e, recomenda
1627 a este Conselho que aprove o encaminhamento e divulgação da carta do CRESS. Como
1628 é ponto de deliberação, já vai colocar em votação? **SIMONE:** Você já terminou o seu
1629 relato? **MARTA SILVA:** Não. **SIMONE:** Então termine, por favor. **MARTA SILVA:** Ok.
1630 Longa reunião, não é gente? O outro ponto: o MP nos encaminhou uma resolução do
1631 CEDCA, para a gente junto com o CEDCA discutir a questão dos parâmetros de
1632 funcionamento das entidades de abrigo institucional e familiar. A gente teve retorno
1633 do CEDCA em relação a isso. A gente já tem a indicação da conselheira Máira Colares
1634 nos representando nessa discussão. E a gente já tem indicação para a secretaria
1635 executiva de buscar na agenda da conselheira uma disponibilidade e fazer um
1636 agendamento. Então é ver com o CEDCA como que eles também vão encaminhar lá para
1637 fazer um agendamento e uma primeira discussão. E já recomendando a secretaria
1638 executiva que apresentasse à conselheira o comparativo entre as normas, porque o
1639 Conselho já fez anteriormente um estudo sobre isso, para depois ela trazer para gente
1640 como que foi a discussão e quais foram os encaminhamentos. Então esse é o ponto. O
1641 outro ponto: é o estudo de variabilidade dos planos estaduais de direitos da criança e do
1642 adolescente para apreciação e sugestão até o dia 11 de novembro. É um documento
1643 longo, então essa comissão não conseguiria se pronunciar até essa data estabelecida.

1644 Então a gente pediu que a secretaria executiva encaminhasse uma cópia desse estudo a
1645 todos os conselheiros, os conselheiros se manifestem sobre ele depois a secretaria
1646 executiva encaminhe para o CEDCA alguma avaliação de que todos os conselheiros
1647 tenham. A comissão não daria conta de analisar nesta reunião de política. E aí a gente
1648 teria que postergar para a seguinte, não sendo a data que o CEDCA pediu. Então a gente
1649 achou que a melhor forma de encaminhamento seria essa. E por fim: retorno de alguns
1650 encaminhamentos que a gente já fez com relação à SEDESE de inclusão da temática de
1651 gestão do trabalho no programa Capacita SUAS. Gente encaminhou essa solicitação
1652 para a SEDESE. A SEDESE já respondeu esclarecendo, de novo, que o Capacita SUAS
1653 não é uma única ação da subsecretária, e que o Qualifica SUAS tem quatro eixos. E que
1654 várias ações que poderiam ser desenvolvidas para além do programa Capacita SUAS no
1655 caso da gestão do trabalho. E informou que na reforma administrativa da SEDESE já teria
1656 acontecido um reordenamento na área. Eu acho que ainda não saiu o decreto, mas na
1657 hora que sai publicado, a diretoria de capacitação passará a ser uma diretoria do trabalho
1658 e gestão permanente, tendo competência de executar, avaliar e apoiar os municípios na
1659 implementação de valorização do trabalhador e estruturação do processo de trabalho e
1660 capacitação do recurso humano do SUAS. Então a SEDESE entende que desta forma ela
1661 já está começando a responder isso para o Conselho, e vai encaminhar dentro da nova
1662 estrutura a questão da gestão do trabalho. O relatório de vistoria de comunidades
1663 terapêuticas – programa Aliança, que a gente recebeu da coordenação estadual da saúde
1664 mental, conforme aprovado neste Conselho foi encaminhado ofício ao Conselho Estadual
1665 de Saúde. O Conselho Estadual de Saúde respondeu ao CEAS dizendo que já adotou as
1666 seguintes medidas: emitiu uma nota técnica... Não está aqui. Bom, ela está procurando
1667 ali. Mas o Conselho já fez alguns encaminhamentos que depois a gente relata aqui. O
1668 Conselho Estadual de Política Sobre Drogas, que a gente também encaminhou a pedido
1669 do Volney, diz que se disponibiliza a vim pessoalmente a plenária do Conselho levar o
1670 posicionamento do colegiado daquele Conselho. Então a gente tem que submeter isso
1671 aqui a plenária porque foi só diante da comissão. O parecer do Conselho Estadual de
1672 Saúde é longo, mas eu vou fazer a leitura só das medidas finais. Parecer conclusivo: A
1673 comissão estadual de reforma psiquiátrica emite parecer favorável ao relatório de vistoria
1674 em comunidades terapêuticas do programa Aliança Pela Vida, realizada pela
1675 coordenação de saúde mental da Secretaria de Estado de Saúde, fazendo as seguintes
1676 ressalvas: 1) que o relatório produzido pela coordenação estadual de saúde mental seja
1677 encaminhado para conhecimento e providências do MP; 2) que a coordenação da saúde
1678 mental da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais intensifique o atendimento e o
1679 monitoramento das comunidades terapêuticas habilitadas e financiadas pelo SUAS/MG;
1680 3) que as ações referentes a saúde mental, álcool e outras drogas do Estado sejam em
1681 consonância com a resolução do Conselho Estadual de Saúde nº 10 de 2016, que aprova
1682 a política de saúde mental, álcool e outras drogas no Estado de Minas Gerais. Então a
1683 gente está dando um retorno para esta plenária dos encaminhamentos feitos no mês
1684 passado. E com relação ao outro Conselho, fica pendente dele estar aqui neste Conselho
1685 Estadual. E aí a gente quer colocar em discussão se o Conselho vai abrir isso como
1686 pauta. Com relação à portaria 03 do TJ, aquela portaria da vara civil da infância e da
1687 juventude da Comarca de Belo Horizonte, que dispõe sobre o procedimento para o
1688 encaminhamento de criança recém-nascida e genitoras ao juízo da infância e juventude,
1689 nós remetemos isso para a Dra. Paola, do CAO. Ela respondeu que está ciente da
1690 portaria, mas que qualquer providência é atribuição da promotoria de justiça de Belo
1691 Horizonte. Então ela nos remeteu para a gente se relacionar com promotoria. A gente
1692 também enviou para coordenadoria de saúde mental a gente para ela tomar
1693 conhecimento também e se posicionar com relação à portaria. A gente está aqui com a
1694 resposta da coordenação estadual de saúde mental. E aí eu vou ler. A coordenação
1695 estadual de saúde mental de Minas Gerais informa que após a publicação das
1696 recomendações 05 e 06 feita pela promotoria de justiça da infância e juventude de Belo

1697 Horizonte, e dirigidas para as unidades básicas de saúde que recomenda a indicação dos
1698 atendimentos e gestão dos usuários de drogas à vara da infância e juventude, iniciou-se
1699 uma discussão acerca das práticas que violam o direito dessas mães e crianças. Dessa
1700 forma foi formulada uma resolução conjunta em parceria com as secretarias de saúde, de
1701 direitos humanos, SEDPAC, SEDESE, com apoio as maternidades públicas de Belo
1702 Horizonte e defensorias públicas. O mesmo documento aguarda trâmites internos para
1703 ser divulgado. O objetivo da resolução é normatizar e alinhar os procedimentos a serem
1704 adotados pelos profissionais da saúde que atuam diretamente nas maternidades,
1705 estabelecimentos de saúde, bem como do poder público municipal e estadual responsável
1706 pelas unidades básicas de saúde embasada na legislação atual, como por exemplo:
1707 Constituição, ECA, Portaria 3.088 de 2011 e a PNAS. Compreendemos que a convivência
1708 familiar e comunitária é um direito fundamental da criança e do adolescente, além disso, a
1709 exigência dos casos de gestantes, mães usuárias de drogas que se encontram em pré-
1710 natal ou em maternidade, caracteriza como violência institucional. Essas mulheres devem
1711 ser acolhidas nos diversos dispositivos de saúde garantindo cuidado. Ressaltamos que a
1712 rede de atenção psicossocial instituída pela portaria 3.088 de 2011 pressupõe o respeito
1713 aos direitos humanos e combate as estigmas e preconceitos, a atenção humanizada e
1714 centrada em suas necessidades e o desenvolvimento ideológico do cuida integral.
1715 Portanto, as tais práticas contradizem essa lógica. Informamos que não era conhecimento
1716 da coordenação a portaria expedida pela vara civil da infância e juventude de Belo
1717 Horizonte. No entanto, acusamos e recebimento dessa denúncia, recebida no dia 04/10,
1718 de uma usuária que foi assistida no parto, na Santa Casa, de Belo Horizonte. A gestante é
1719 usuária da rede de atenção psicossocial e estava com o seu companheiro. Em certo
1720 momento, o companheiro relatou a psicóloga que a companheira tinha história pregressa
1721 do uso de drogas. As profissionais comunicaram ao juiz, após o nascimento do bebê, que
1722 a mãe fazia uso de drogas. Devido a este fato, a mãe, o companheiro e o recém-nascido
1723 foram encaminhados com aparato ao CERSAM. A instalação gerou um total
1724 descontentamento dos profissionais. Inclusive no tal momento de conduta, havia no tal
1725 serviço uma usuária gestante, que ficou completamente impactada com o ocorrido e
1726 receosa com a sua continuidade no tratamento. Atualmente o recém-nascido está
1727 abrigado e os pais proibidos de fazer qualquer contato ou visita. Após essa conduta
1728 impropriedade, houve indignação no posicionamento dos profissionais, que propuseram uma
1729 reunião com representante da secretaria municipal de saúde e a maternidade. Com tudo,
1730 a coordenação ressalta que diante a situação exposta, está preocupada. E solicita uma
1731 agenda com a subsecretaria de assistência social para discutir sobre o assunto e
1732 possíveis encaminhamentos para estratégia de enfrentamento. A gente já fez o relato de
1733 que essa agenda está sendo aprovada entre a Secretaria de Estado de Saúde e a
1734 SEDESE para discutir esse assunto. Depois a gente retoma aqui para essa plenária.
1735 Bom, o relato da comissão é todo esse. **SIMONE:** Então vamos ponto por ponto. Marta
1736 me ajuda aí. O primeiro ponto: sobre a supervisão. **MARTA SILVA:** Isso! **SIMONE:** Tem
1737 algum encaminhamento para a plenária? **MARTA SILVA:** Não. **SIMONE:** Tem alguém
1738 que quer discutir o primeiro ponto? Ok. O segundo ponto: a nota do CRESS. É isso?
1739 **MARTA SILVA:** Não. É sobre o caderno de orientações para os trabalhadores. **SIMONE:**
1740 Mas isso não está no tópico da supervisão? **MARTA SILVA:** Não. **SIMONE:** Alguém quer
1741 discutir o caderno? **MARTA SILVA:** Fazer contribuições, indicar mais pessoas, mais
1742 material para a gente. A comissão está recebendo indicações. **SIMONE:** Então beleza. O
1743 terceiro ponto: a nota. **MARTA SILVA:** É a nota. **SIMONE:** Alguma questão? Pois não,
1744 Volney. **VOLNEY:** Rosilene, com relação à nota do CRESS, eu queria saber qual que é o
1745 posicionamento do CRESS com relação aos trabalhadores da assistência social do
1746 governo do Estado de Minas Gerais. Inclusive, no último concurso público de assistente
1747 social, eles trabalham 40 horas e entram como técnico de nível um de políticas públicas.
1748 Qual que é o entendimento e o posicionamento de vocês com relação a esses
1749 trabalhadores? **ROSILENE:** Como na pauta já coloca, teve audiência pública com

1750 participação dos gestores. Tem todo um movimento político. Nós tivemos reunião também
1751 para adequar esse movimento político tanto municipal, quanto Estado. **SIMONE:**
1752 Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Eu só queria dar um recado aqui tanto para a Rosilene,
1753 quanto para os demais conselheiros. Na iniciativa privada a gente já está judicializando.
1754 Então tem colegas nossos recebendo R\$ 75 mil, R\$ 100 mil. Lá no nosso está desse jeito.
1755 E tem colegas trabalhando que já entraram com ação. Eu ainda não entrei não, não é?
1756 Mas o nosso já está desse nível. O pessoal já está montando até o seu próprio negócio.
1757 Eu não posso ficar falando muito, mas é isso. **SIMONE:** Mais alguém? Eu estou
1758 entendendo então que todo mundo concordou com o apoio do Conselho Estadual à carta
1759 do CRESS. É isso? Então beleza. Próximo ponto Marta, por favor. **MARTA SILVA:** O
1760 próximo ponto: do CEDCA. Mas a gente já está com alguns encaminhamentos. Então eu
1761 acho que acabou. **VOZ AO FUNDO SIMONE:** Não! Se for com relação à carta, tudo o que
1762 tem a ver com a carta eu entendi que foi aprovado. **MARTA SILVA:** Mas eu estou falando
1763 do CEDCA! **SIMONE:** A Consolação está me perguntando se foi aprovado também o
1764 encaminhamento aos Conselhos Municipais. Eu estou dizendo a ela que, eu estou
1765 entendendo que neste ponto, tudo o que foi proposto pela comissão, foi aprovado. Está
1766 correto? Mais algum ponto Marta? **MARTA SILVA:** Não. Com relação ao CEDCA, a gente
1767 já está com os encaminhamentos relatados aqui. Na verdade é isso. Os outros são relatos
1768 de retornos de providências. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Qual material? **VOZ AO FUNDO**
1769 **MARTA SILVA:** Ah tá! A Consolação tem razão! Se vocês concordam de a gente
1770 encaminhar dessa forma o estudo que o CEDCA encaminhou para a gente com relação
1771 aos planos estaduais. Eles pediram que o CEAS se pronunciasse. A gente está propondo
1772 esse encaminhamento: que a secretaria executiva encaminhe para os conselheiros.
1773 Quem tiver alguma observação a fazer encaminhe por e-mail para a secretaria executiva.
1774 A gente propôs esse encaminhamento. **SIMONE:** E depois? **MARTA SILVA:** A secretaria
1775 executiva vai compilar. **SIMONE:** E depois? **MARTA SILVA:** A gente não pensou em
1776 votar Não dá prazo de votação para a plenária. **SIMONE:** Quem decide depois? Qual que
1777 é o último prazo disso, Consolação? **VOZ AO FUNDO** Então, compila e manda para todo
1778 mundo. Ou se não a gente tira. Pode ser assim? Tendo em vista que o prazo está exíguo,
1779 não é gente? Está bom. Eu só queria fazer uma observação com relação à questão do
1780 relatório das comunidades terapêuticas. Eu estou entendendo que o Conselho, a área da
1781 assistência, já tem um posicionamento sobre essa questão. A nossa área não tem
1782 competência técnica para avaliar. Então, cabe a nós, referendar a avaliação feita pelo
1783 Conselho Estadual. Eu imagino que nós não temos outros caminhos. Qual área do
1784 Conselho ou da SEDESE que vai avaliar? Inclusive foi um relatório feito conjunto entre a
1785 assistência social e a saúde. O relatório foi encaminhado. Eu acho que o mais correto
1786 seja a gente referendar. Qual é o posicionamento que nós vamos tomar sem se
1787 referendar ao Conselho? Ok? **MARTA SILVA:** Então a solicitação do presidente do
1788 Conselho de Políticas Sobre Drogas de presença aqui, de explicar qual que é a posição
1789 do Conselho, como é que a gente fica? A comissão não discutiu isso, esse mérito. É uma
1790 falha a gente não ter discutido e ter trazido uma posição. Agora que eu estou me dando
1791 conta disso. Desculpem. Foi uma falha mesmo da gente não trazer um indicativo.
1792 **SIMONE:** Lúcia. **LÚCIA:** Pelo o que a Simone está colocando aqui, esse relatório já foi
1793 elaborado com a participação da assistência social. Então já existe uma posição clara,
1794 firmada, da assistência social em relação a situações estas instituições, não é? Marta, ele
1795 reivindica falar sobre o relatório? **MARTA SILVA:** É. Ele reivindica vim pessoalmente falar
1796 da posição do Conselho Estadual de Política Sobre Drogas sobre o relatório. **LÚCIA:**
1797 Como aqui é um espaço democrático, abrir uma próxima plenária, para que faça a sua
1798 exposição, faz parte do jogo democrático. Mas a comissão de política pode ouvi-lo
1799 também, de uma maneira mais ágil, e depois retornar para a plenária a posição da
1800 comissão. Pode ser? **SIMONE:** Melhor então na comissão de política. **MARTA SILVA:**
1801 Obrigada. **SIMONE:** Então, por favor. Os conselheiros que concordam com o relato feito
1802 pela comissão de política, por favor, se manifestem levantando o crachá. Contrários,

1803 abstenções. Obrigada. Não teve nenhum contrário e nenhuma abstenção. VOZ AO
1804 FUNDO Ô gente! A Rose ficou até vermelha! Então eu vou passar agora para o Rodrigo,
1805 da comissão de normas. Depois pode ir se preparado aí Isabela, está bem? E depois
1806 quem vai fazer o relato da comissão de acompanhamento de Conselhos? VOZ AO
1807 FUNDO. A Páscoa. VOZ AO FUNDO. Agora você está preparada, não é? **RODRIGO:**
1808 Ponto um: a comissão tratou da construção do fluxo de parâmetros e monitoramento de
1809 execuções direta prevendo a realização de visita as unidades de execução do Estado,
1810 Casa Lares, em conjunto com a comissão de política. O ponto dois: é aquele assunto do
1811 presidente da Câmara lá do município Laranjal, que veio através deste Conselho através
1812 de ofício solicitar uma conversa sobre o plano de reativação econômica. Isso foi no mês
1813 de agosto. O Conselho Estadual fez um encaminhamento solicitando a comissão de
1814 conciliação formada pelos atingidos e empreendedores o relatório atual das ações de
1815 reativação. Encaminhamentos: considerando todo o trabalho realizado pela Associação
1816 de Atingidos de 2012, que resultou a efetivação do programa de reativação econômica
1817 dos atingidos da UHE Barra de Braúnas, a comissão de normas sugere a realização de
1818 uma visita na área de implantação do programa, bem como entrevista com os atingidos
1819 para confirmar in loco as informações positivas apresentadas no próprio relatório dos
1820 associados, que são contrários a alegação da presidente da Câmara Municipal de
1821 Laranjal que por meio de ofício solicita uma reunião com o CEAS. É uma busca de
1822 esclarecimentos e mais providência a respeito do plano de reativação da Associação dos
1823 Atingidos da Hidrelétrica Barra de Braúnas em Laranjal. Ao que tudo indicada, aquela
1824 nomeação não viu nem de perto qualquer benefício a justificar o objetivo de recursos
1825 financeiros repassados à Associação. Antes de passar para o ponto três, o representante
1826 lá do legislativo de Laranjal entende que a Associação não teve nenhum benefício. A
1827 Associação informa para este Conselho que houve sim ações positivas.
1828 Encaminhamento: uma visita in loco. O tema três: denúncia do morador do município de
1829 Jequitaiá sobre o fechamento do posto de assistência social do Projeto Hidroagrícola de
1830 Jequitaiá. Esse Conselho solicitou a RURALMINAS informações, visto que não houve
1831 aprovação do CEAS da resolução 437/2013, que dispõe sobre a instalação de dois postos
1832 de assistência social em Jequitaiá. Os postos de assistência social deverão ser instalados
1833 visando atender um posto no município de Francisco Dumont e outro no município de
1834 Jequitaiá. E aí vem a RURALMINAS esclarecendo o quê que aconteceu lá em Jequitaiá. A
1835 comissão faz o seguinte encaminhamento: gostaríamos de convidar a RURALMINAS para
1836 discutir possíveis soluções para a situação do posto de atendimento social no dia da
1837 reunião da comissão de normas, seria no próximo mês, dia 17 de novembro, às 9 horas.
1838 O ponto quatro: revogação da resolução que aprovou o PAS da PCH Brito. Essa PCH
1839 teve algumas questões de vencimento das licenças de execução. Então uma vez que
1840 essa licença venceu, ela não poderia executar. Ela teria que apresentar outro plano aqui
1841 no CEAS. No dia 11 de outubro os atingidos apresentam uma denúncia contra o
1842 empreendedor em relação aos seguintes aspectos: que o processo de negociação
1843 desconsiderou os investimentos e benfeitorias realizadas no local; que o processo de
1844 requerimento de manifestações arrastam por mais de sete anos sem solução; e que o
1845 processo tratado atenção ao descaso aos proprietários. Já o empreendedor nos dá outra
1846 resposta. Ele informa que a concessão da PCH Brito já foi extinta pela ANEEL, de acordo
1847 com a resolução autorizativa 5.556, de 17 de novembro de 2015. Dessa forma, a
1848 NOVELIS não está apta para continuar dando seguimento ao empreendimento.
1849 Acrescenta a informação que a empresa planeja fazer uma desmobilização das atividades
1850 relacionadas a esse empreendimento. Encaminhamento: a comissão sugere realizar uma
1851 visita aos atingidos para confirmar as denúncias, nos dias 10 e 11 de novembro. A gente
1852 tirou os conselheiros que estão dispostos a visitar: Leonardo e o Volney, mais a técnica
1853 Rosa. Ainda, convidar o empreendedor para uma nova reunião no dia da reunião da
1854 comissão de normas, dia 17/11, aqui nesse CEAS, às 10 horas. O ponto cinco: inscrição
1855 da comunidade terapêutica Casa de Resgate Emanuel no CMAS de Bandeira do Sul. A

1856 entidade por meio de ofício 54/2016, datado de 25 de julho de 2016 e reiterado em 04 de
1857 agosto de 2016, informa ao CEAS as suas dificuldades de receber por escrito desde
1858 janeiro de 2016 a deliberação do CMAS de Bandeira do Sul em relação a sua inscrição.
1859 Então eles foram lá, pediram a inscrição no CMAS e tiveram uma negativa. O Conselho
1860 faz um retorno informando que o CMAS encaminhou ao CEAS em 17 de outubro de 2016
1861 um parecer da visita técnica realizada em 29 de setembro e 03 de outubro pela assistente
1862 social e psicóloga do município. Ainda, a resolução que dispõe sobre o indeferimento da
1863 inscrição da entidade. Encaminhamento feito pela comissão: enviar ofício à entidade
1864 questionando se já foram informados pelo CMAS de Bandeira do Sul sobre a decisão da
1865 inscrição publicada por meio da resolução 3/2016 de 14/10/2016; e, também solicitar a
1866 secretaria de saúde o relatório da comunidade terapêutica da Casa de Resgate Emanuel.
1867 O ponto seis: revisão da resolução 318, que dispõe sobre o processo de análise e
1868 procedimentos relativos aos PAS para a população de área inundada por reservatório. Foi
1869 encaminhada para todos os conselheiros a minuta de alteração da resolução 318/2010
1870 para avaliação e contribuição, até o dia 10 de agosto. Encaminhamento da plenária de
1871 setembro: a comissão fez a minuta de resolução que altera a resolução 318. Ela foi
1872 encaminhada aos conselheiros para conhecimento e avaliação. Porém, não houve retorno
1873 dos conselheiros. Encaminhamento agora de outubro: encaminhar novamente para todos
1874 os conselheiros; pautar a discussão nas reuniões da sociedade civil e do governo no mês
1875 de novembro; e apresentar os destaques na plenária de novembro para aprovação. É isso
1876 presidente. A palavra está franqueada. **SIMONE:** Rodrigo ajuda aí ponto por ponto.
1877 **RODRIGO:** Ponto um: fluxo entre a comissão de normas e política sobre as Casas Lares.
1878 A gente ontem começou uma discussão sobre os parâmetros e monitoramento da
1879 execução. Então é para dar ciência de que estamos fazendo esse trabalho. **SIMONE:**
1880 Algum destaque aí? Ok. Ponto dois. **RODRIGO:** O ponto dois: a provocação da
1881 presidente da Câmara Municipal de Laranjal a este Conselho. O Conselho teve resposta
1882 da comissão dos atingidos e dos empreendedores relatando que estava tudo ok. A
1883 comissão sugere visita in loco nos dias 23 a 25 de novembro para averiguar as
1884 informações. **SIMONE:** Alguma questão aí no ponto dois? Volney e depois Consolação.
1885 **VOLNEY:** Com relação à cidade de Laranjal, nós estávamos esperando passar o
1886 processo eleitoral para gente não ter nenhuma dúvida, porque poderia ser um proveito
1887 durante as eleições. Então esperamos passar esse momento para gente realizar a visita
1888 lá. **CONSOLAÇÃO:** Eu pergunto a comissão, e já como uma sugestão de
1889 encaminhamento, se não poderia ser apenas um conselheiro e a técnica, até pelo
1890 princípio da economicidade de tudo que a gente já sabe. Então eu acho que nessas
1891 visitas... São duas visitas, vai ter outra para frente. Eu gostaria de saber se a comissão
1892 tem algum sim ou não com relação a isso. **GEISIANE:** Eu imagino que na fala da
1893 comissão de orçamento a Isabela vai detalhar melhor, mas a discussão do ponto um foi
1894 também em conjunto com comissão de orçamento e financiamento. Eu creio que na hora
1895 que a Isabela apresentar também vai vir com mais detalhes. Correto Isabela? Beleza.
1896 Obrigada. **SIMONE:** A secretária executiva levantou uma questão de ao invés irem dois
1897 conselheiros, ir um conselheiro. Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Eu peço para suprimir o
1898 meu nome e vai o Volney. **SIMONE:** O ponto três: denúncia do morador do município de
1899 Jequitaiá sobre o fechamento do posto de atendimento social no Projeto Hidroagrícola
1900 Jequitaiá. Aqui me parece que é questão de solicitação de esclarecimentos ao órgão que
1901 foi extinto pelo Estado, não é? Então ele vai ter que fazer a solicitação para o órgão que
1902 assumiu as responsabilidades. Tem que fazer essa mudança aí, não é? **RODRIGO:** É.
1903 **SIMONE:** Mais alguém? VOZ AO FUNDO A RURALMINAS não existe mais. Não tem
1904 condições de fazer... Não existe. Está em transição, mas tem informar o outro órgão que
1905 assumiu as responsabilidades, está bom? **LEONARDO KOURY:** Só a pedido da Rosa.
1906 Ontem a gente debate sobre isso. Está ainda em processo de transição em uma mesa
1907 SEDAS/SEAPA/SEPLAG. Possivelmente Jequitaiá vai ficar sobre responsabilidade da
1908 SEAPA. Mas ainda é pedido que não haja nenhum tipo de documentação oficial

1909 relacionada a RURALMINAS em novas questões, uma vez que não existe mais a
1910 RURALMINAS, pelo menos até 30 de outubro, quando é que acaba a transição. **SIMONE:**
1911 Leonardo, ou a gente manda para essa mesa, ou você se responsabiliza de responder ao
1912 Conselho á onde ele deve dirigir essa... Ou então a gente espera. **LEONARDO KOURY:**
1913 É até o dia 30 de outubro, daqui a pouco. VOZ AO FUNDO. Depois manda para quem
1914 ficar responsável pelas negociações Jequitaiá. A única certeza que eu tenho é que não é a
1915 SEDA. **SIMONE:** Então nós vamos aguardar até eu haja uma clareza do governo em que
1916 vai ser responsabilizar pela Jequitaiá. O ponto quatro: revogação da resolução que
1917 aprovou o PAS/Barragem. Alguém quer colocar alguma observação no ponto quatro?
1918 Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO:** É a mesma observação anterior. Aqui também
1919 foram destinados dois conselheiros e a técnica. Eu vou a mesma pergunta à comissão se
1920 poderia ser só um conselheiro. VOZ AO FUNDO **SIMONE:** Então também vai o
1921 conselheiro Volney e a Rosa. Ponto seis: rever a resolução 318/2010 que dispõe sobre o
1922 processo e análise dos procedimentos relativos aos PAS/Barragem. VOZ AO FUNDO Eu
1923 acabei de votar os cinco, não acabamos? VOZ AO FUNDO Aí Jesus! O ponto cinco:
1924 inscrição da comunidade terapêutica Resgate Emanuel no CMAS. A entidade mandou um
1925 ofício datado em 27 de julho, que informa ao CEAS as suas dificuldades em receber por
1926 escrito desde janeiro de 2016 as deliberações do CMAS referente a sua inscrição. Alguma
1927 questão no ponto cinco gente? Ok? Então, o ponto seis: análise da resolução 318/2010
1928 que dispõe sobre o processo e análise dos procedimentos relativos aos PAS/Barragem.
1929 VOZ AO FUNDO Pois não, Volney. **VOLNEY:** Eu gostaria de reiterar a todos os
1930 conselheiros mais uma vez. Já tem quase dois meses que nós encaminhamos essa
1931 resolução para que seja lida, para que haja contribuições, para gente normatizar. E não
1932 houve contribuições. Então assim, eu queria pedir, pela última vez, para que vocês leiam
1933 e contribuam, porque nós estamos normatizando planos de assistência social. Não dá
1934 para esperar mais! Já tem quase 90 dias e não teve nenhuma contribuição. Eu queria
1935 reiterar para vocês: façam e leitura e mandem para gente. **SIMONE:** Olhem só os
1936 encaminhamentos propostos pela comissão de normas: encaminhar novamente todos os
1937 conselheiros. Então todos os conselheiros vão receber. Podem contribuir. Mandem para a
1938 secretaria executiva fazer a compilação. Tendo compilação ou não esse assunto vai para
1939 a bancada do governo e para a bancada da sociedade civil, depois nós vamos trazer para
1940 a plenária apresentando os destaques. Todos concordam com esse encaminhamento?
1941 Então, por favor, vamos votar o relatório da comissão de normas, com os destaques feitos
1942 aqui durante o seu relato. Os conselheiros que concordam com o relato da comissão, por
1943 favor, levantem o crachá. Podem baixar. Contrários, abstenções. Muito obrigada. Então
1944 Isabela, por favor, proceda ao relato da comissão de orçamento. Tem uma cópia para
1945 mim, por favor? Se não tiver, depois você passa ponto por ponto, Isabela. **ISABELA:** São
1946 só dois pontos. Eu acho que vai ser bem breve. O ponto um: foi a discussão da
1947 construção do fluxo de parâmetro e monitoramento da execução direta realizada pelo
1948 Estado com a intenção de prever a realização de visitas nas Casas Lares. Isso seria em
1949 conjunto com a comissão de normas e de política. Mas no caso a comissão de política
1950 não pôde participar, porque eles estavam com uma pauta muito extensa. Mas aí a gente
1951 vai reiterar o convite. Então a reunião foi conjunta entre a comissão de orçamento e a
1952 comissão de normas. A gente discutiu um pouco. A gente pegou a relação das Casas
1953 Lares que existem no Estado para ver as informações que já constam na prestação de
1954 contas. A gente conversou muito nas duas comissões sobre essa necessidade. PARTE 5
1955 **ISABELA:** Uma forma de desqualificar. Mas a ideia é identificar as fragilidades para
1956 buscar as formas de apoiar. Então a gente tem que ter um cuidado muito grande. A
1957 conversar ressaltou muito essa questão, da necessidade de a gente discutir bem antes de
1958 tomar qualquer atitude. E aí para isso nos ajudar a entender melhor esse processo, a
1959 gente inclusive discutiu a própria origem dessas Casas Lares, tentando retomar um
1960 pouquinho dessa história da extinção da antiga FEBEM e como que foi a construção
1961 dessas Casas Lares. Mas a comissão em si tinha informações restritas também. A gente

1962 está propondo de fazer uma nova reunião em conjunto da comissão de orçamento,
1963 normas e política. E convidar a diretoria de proteção social especial da SEDESE para vim
1964 discutir com a gente isso, para apresentar o que a diretoria já tem pensado em relação a
1965 isso, esse acompanhamento das entidades, o quê que já tem sido feito também em
1966 relação a isso. E nos ajudar a pensar aí quais que seriam esses parâmetros, o quê que a
1967 gente poderia definir como objetivos desse acompanhamento em termos de Conselho,
1968 porque em termos da SEDESE a SEDESE vai explicar para gente o que já está sendo
1969 pensado. Aí nesse meio tempo essa reunião seria nas próximas datas de comissões
1970 mesmo. E aí nesse meio tempo para nos ajudar enquanto comissão, a gente gostaria de
1971 solicitar que a diretoria de proteção especial nos encaminhasse a regulamentação sobre
1972 os serviços de acolhimento institucional para pessoa com deficiência, e a relação das
1973 entidades contemplando um pouco mais de informações do que tem na prestação de
1974 conta. Seria o valor total do convênio, o valor total percapta que é repassado, a vigência
1975 do convênio, o número de pessoas em cada unidade de atendimento. E se possível,
1976 alguma informação sobre o nível de comprometimento das pessoas que estão lá
1977 institucionalizadas. E também a relação de recursos humanos que trabalha nessas
1978 unidades. E aí a partir deste material, que a gente faça a leitura prévia e tenha no dia da
1979 reunião uma discussão com a diretoria de proteção especial. Outro ponto que foi
1980 conversado também é em relação à possibilidade de fazer um convite para o Sr. Walter,
1981 que é o representante da Federação das APAES, para fazer parte dessa próxima reunião.
1982 A gente está reunindo três comissões e, por coincidência, o Sr. Walter não faz parte de
1983 nenhuma dessas comissões. Das 33 entidades que são conveniadas com rede do
1984 Estado, se eu não me engano, são 28 APAES. Então como eles têm assento neste
1985 Conselho, as comissões entenderam que é por bem convidar o Sr. Walter para fazer parte
1986 desta conversa. Então também é presença dele lá para nos ajudar nesse processo. O Sr.
1987 Walter não está aqui hoje, mas pode ser repassado. Então esse é o encaminhamento
1988 para a próxima reunião. E o ponto dois a gente fez a análise do Censo SUAS do
1989 preenchimento que foi feito pela secretaria executiva. A gente reviu o que foi preenchido.
1990 É isso. VOZ AO FUNDO. E concordamos com o preenchimento. Alguém quer
1991 complementar gente? **SIMONE:** Cristiane. **CRISTIANE:** Então, na verdade eu só queria
1992 fazer um comentário mesmo. Como a gente fica fazendo essas discussões dentro da
1993 comissão, nós ficamos percebendo quanta história tem não é? Tem muita história. Muita
1994 coisa que já aconteceu no processo da construção mesmo até nas decisões que a gente
1995 toma hoje. E aí eu fico pensando que a gente precisa pensar em uma forma de a gente
1996 criar uma documentação visual disso, sabe? Eu acho que agora com essa Lei Audiovisual
1997 é uma coisa que poderia ser uma forma de a gente usar para esse processo histórico
1998 mesmo da assistência, para ficar mais fácil para gente compreender. Muita coisa a gente
1999 não sabe, muita coisa se perdeu. E talvez isso como um documentário dessa transição
2000 acho que seria muito bom. **SIMONE:** Marta. **MARTA SILVA:** Eu só queria falar que, no
2001 plano decenal a gente está fazendo um esforço de tentar resgatar um pouco dessa
2002 história e todos esses relatos juntando algumas informações que a gente... E documentos
2003 que a gente tem. Então vamos tentar trazer para o plano decenal um pouco da história da
2004 política em Minas Gerais. Lógico, algumas coisas foram perdidas mesmo não é? Alguns
2005 registros foram perdidos. Mas é uma breve história também. A gente está no esforço com
2006 orientação e recomendação da Simone, da gente tentar começar a registrar essa história,
2007 tá? **ISABELA:** Só retomando. A gente conversou sobre isso também. No plano de
2008 regionalização tem um relato breve também. Mas eu fiquei também de mandar para a
2009 comissão para gente já indo compartilhando. Lá traz um pouquinho dessa história. Mas eu
2010 acho que o plano decenal vai ser bem bacana mesmo. É bom que a gente vai contar com
2011 a presença da Marta também na próxima reunião para nos ajudar nessa discussão.
2012 **SIMONE:** Eu me inscrevi. Eu queria fazer três observações. Primeira: quando for
2013 perguntar sobre informações de acolhimento de pessoas com deficiência, por favor,
2014 pergunte a faixa etária. Por que há muito tempo não tem mais pessoas com deficiência

2015 “bloco”. Tem idade, tem sexo... Então pergunte também sobre... Pessoas com
2016 deficiências são crianças, adolescentes, jovens, idosos. A segunda questão: tomar muito
2017 cuidado para não culpar as entidades em detrimento do governo do Estado, ou das
2018 próprias deliberações, enfim. Quem que tem que ser chamado na responsabilidade para
2019 participar da reunião é o gestor estadual. Isso tem que ficar bem claro, não é? Senão
2020 daqui a pouco está responsabilizando as federações, as entidades. Isso é muito ruim.
2021 Muito, muito e muito ruim. O serviço é indireto, mas a responsabilidade da oferta é do
2022 governo estadual. Então eu peço às comissões que elas tenham muito cuidado com um
2023 conselheiro que representa entidade e a entidade não é responsável nem pelo CNPJ de
2024 cada uma das entidades que nós temos convênios com ela. Ele não vai conseguir dar a
2025 resposta para nenhum dos CNPJ, e nem deve. A federação é uma coisa e a associação é
2026 outra coisa. Eu peço todo o cuidado e atenção para as coisas não começarem ruins.
2027 Daqui a pouco sai daqui que nós estamos convocando conselheiro para responder sobre
2028 o CNPJ da entidade tal, da entidade tal. Eu nem sei se deve chamar conselheiro para
2029 isso, viu? Eu prefiro que vocês avaliem e traz a discussão para o pleno, porque nós
2030 vamos construir os parâmetros. A minha sugestão é que não seja com só com APAES, é
2031 com as ofertas indiretas de Casa Lar. Aí vai ser com todas as entidades. Interessa que
2032 estiver ofertando esse serviço tem que seguir determinados parâmetros. Conselheira
2033 Geisiane. **GEISIANE:** Só enquanto membra da comissão de orçamento. Ontem a gente
2034 fez uma discussão muito ampla sobre essa participação, esse convite ao Sr. Walter, que
2035 na verdade está aqui representando a Federação das APAES, no intuito de sermos
2036 respeitoso, uma vez que estamos discutindo em entendendo que a média de 70% aí é
2037 das APAES, seria respeitoso ele participar dessa conversa, desse diálogo aqui. Ontem
2038 também foi uma discussão muito rica com relação aos objetivos desse trabalho, que é
2039 longe de culpabilizar as instituições que tem prestado esse atendimento. A nossa intenção
2040 não é ir lá ver a desgraça de ninguém, me desculpa pela palavra, e muito menos apontar
2041 as falhas, mas entender todo o processo de que contribuição é esse, que percepção é essa
2042 e como que a gente vai construir esse processo de acompanhamento e fortalecimento. A
2043 gente fez uma discussão bem rica ontem com relação à participação dele nesse
2044 processo. Em hora nenhuma a gente vai tratar isso como é da APAE, mas sim as Casas
2045 Lares. É só reforçar isso. Mas são muito válidas as suas contribuições para a comissão,
2046 Simone. **LÚCIA:** Eu só queria reforçar a posição da Simone com um adendo. Lembrando
2047 aos demais conselheiros, seu estiver errada a comissão me corrige, que essa discussão
2048 na verdade teve início pela demanda de um conselheiro de criar uma forma de que os
2049 conselheiros da comissão de orçamento pudessem visitar e levantar subsídios, sobre a
2050 aplicação do recurso. Desde essa época a gente ponderou e discutiu a delicadeza desta
2051 relação, primeiro pela questão histórica. Eu vou ter que confessar aqui, eu sou ex-
2052 FEBEM. O passado a gente carrega. Então gente, na verdade, o quê que aconteceu? No
2053 desmonte da FEBEM nós tínhamos um grande número de pessoas, de indivíduos
2054 institucionalizados, que não tinha a menor possibilidade de retorno à família, porque as
2055 famílias não os queriam. Então foi dada uma solução de organização de vida e novos
2056 parâmetros para as grandes instituições, que é uma característica da FEBEM. E isso vem
2057 há muitos anos. Então quando a Simone diz que isso é responsabilidade do Estado, é
2058 total! É total! Quando ela está dizendo da idade, nós vamos encontrar com raras
2059 exceções em alguns municípios, de encaminhamento de novos membros dessas Casas
2060 Lares. Na sua grande maioria são os da origem lá de traz do desmonte da FEBEM. Então
2061 eu gostaria como membra da comissão pedir mesmo que a comissão voltasse para
2062 dentro de si, para gente rever os rumos que essa iniciativa bem tomando. Eu nunca fui
2063 muito favorável desde o início a essa preposição, mas agora eu acho que envolveu a
2064 Federação das APAES. E sinceramente, eu acho que não é o momento. Não seria o
2065 encaminhamento mais adequado. Eu gostaria que a gente retomasse essa discussão na
2066 sua origem. **SIMONE:** Olha só gente! Todo mundo aqui está sabendo que nós estamos
2067 preparando o reordenamento das instituições de acolhimento. Claro que as instituições de

2068 acolhimento também... No caso da execução nossa da SEDESE nós vamos fazer
2069 também. Nós estamos preparando um indicador de acolhimento. O indicador de
2070 acolhimento é um indicador que vai trazer parâmetros que são formas de
2071 acompanhamento. Nada melhor do que acompanhar por parâmetros e por indicadores.
2072 Agora no princípio do ano a gente vai ter que mudar o instrumento por causa da MROSC.
2073 Não vai poder mais ser convênio. Claro que o debate do financiamento ele vem à tona de
2074 novo. O que eu quero dizer com isso é que esse assunto chegará aqui. De uma forma ou
2075 de outro ele vai chegar aqui neste Conselho, por causa do momento que nós estamos
2076 vivendo. Talvez como um encaminhamento é na próxima reunião chamar mesmo o diretor
2077 da proteção especial, para que ele possa colocar o caminho. Talvez seja o primeiro.
2078 Quando o Conselho tiver clareza dos parâmetros eu acho que aí não tem problema
2079 nenhum. O problema desse debate é a gente começar ser ter clareza dos parâmetros, o
2080 quê que a gente vai fazer, enfim. Talvez a única coisa que eu acho que não deve ser feita
2081 neste momento é chamar o conselheiro por ele ser representante da Federação as
2082 APAES. Eu acho que se quiser chamar a Federação das APAES aí é outra discussão.
2083 Mas isso é lá para frente, quando tiver mais clareza do quê que o Conselho quer com
2084 isso. Então talvez neste momento seja a comissão retomar mais para discutir as unidades
2085 do Família Acolhedora e não quem presta o serviço. Eu acho que é isso que tem que
2086 diferenciar. Não vamos ficar discutindo aí. Eu peço que tire de todos os documentos a
2087 palavra APAE, porque não é só. Têm várias, apesar de a maioria ser.... Mas não é só.
2088 Não é uma coisa exclusiva delas. Nós temos que discutir a oferta, não quem está
2089 ofertando. Talvez aí fique mais fácil de a gente concluir. Eu tenho certeza que vai gerar
2090 uma coisa bem bacana, porque é um salto. A gente precisa andar também na oferta deste
2091 serviço aqui em Minas Gerais. Todos concordam com esse encaminhamento gente?
2092 Pode ser Isabela? Então tá bom. Então vamos encaminhar assim. Nós retirar a palavra
2093 de nome de entidade dos documentos. Então a comissão passa discutir a oferta do
2094 Família Acolhedora. E na próxima reunião vai chamar a diretoria de proteção especial
2095 para que ela possa então apresentar para a comissão o quê que é o serviço e o quê que
2096 ela está pensando para o reordenamento. Tem o ponto dois ainda, não é Isabela?
2097 **ISABELA:** Não. O ponto dois não é de deliberação não. A gente analisou o Censo SUAS
2098 que foi aprovado na comissão. É para deliberar? **VOZ AO FUNDO:** Então eu vou retomar
2099 o ponto dois. **SIMONE:** É. Faz um relato dele só para gente aprovar o relato da comissão.
2100 **ISABELA:** Entendi. A secretaria executiva passou para gente o Censo SUAS 2016, que
2101 na verdade é referente as atividades do Conselho de 2015 também. E aí a gente fez a
2102 análise do Censo SUAS, das informações que estão preenchidas lá, tiramos as dúvidas e
2103 concordamos com o preenchimento que foi feito e as informações que foram prestadas.
2104 **GEISIANE:** Isabela, eu vou fazer só uma complementação. Essa análise desse
2105 instrumental foi uma deliberação da mesa diretora. E aí eu acho que então ficou para a
2106 comissão de orçamento essa conferência, essa discussão. Obrigada. **SIMONE:** Em
2107 discussão. Não havendo mais quem queira discutir, por favor, os conselheiros favoráveis
2108 ao relato da comissão de orçamento levantem os seus crachás. Contrários, abstenções.
2109 Então, aprovado pela maioria. Eu vou passar então para a conselheira Páscoa, por favor.
2110 **PÁSCOA:** Então gente, comissão de apoio. Nós somos dez, mas infelizmente as pessoas
2111 estão faltando bastante. Nós tivemos três faltas justificadas e uma não justificada. O
2112 primeiro tema foi: discutir com os conselheiros as contribuições para a construção das
2113 perguntas e respostas de orientação ao CMAS. Encaminhamento gerado para
2114 deliberação em plenária: a comissão iniciou a execução dos mecanismos de
2115 aperfeiçoamento das perguntas e respostas por meio de um grupo no aplicativo
2116 whatsapp, além de disponibilizar aos conselheiros o arquivo para edição simultânea no
2117 sistema GoogleDrive. Foi disponibilizada ainda a pasta virtual com o material de apoio
2118 para consulta. Foram feitos diversos apontamentos das questões já recebidas por meio
2119 de denúncias que se encontram em fase de construção e aperfeiçoamento. Tema dois:
2120 apresentação para capacitação de conselheiros via telepresencial nas cidades pólos. Foi

2121 disponibilizada pela SEDESE. Exercício do controle social: promover as alterações e
2122 contribuições dos conselheiros. Agendar a data para gravação. Encaminhamento gerado
2123 para deliberação da plenária: apresentação em plenária para as devidas contribuições e
2124 eventual definição de data. A gente trouxe, mas são dez páginas. Eu vou deixar para o
2125 final. Se o pessoal estiver de acordo para que seja mostrado, a Daiana vai ler para nós.
2126 Tema três: ofício ADMO 59/16 da Associação Pais e Amigos Excepcionais de Unaí,
2127 denunciando a interlocução do repasse da oferta do piso de transição de média
2128 complexidade no valor de R\$ 4.866.40 (quatro mil e oitocentos e sessenta e seis reais e
2129 40 centavos). Relata que as parcelas de janeiro a maio de 2015 foram repassadas pelo
2130 Fundo Nacional de Assistência Nacional e retidas pela gestão municipal. Solicita
2131 providencia a fim de garantir a continuidade do serviço. Encaminhamento gerado para
2132 deliberação da plenária: oficiar ao CMAS local solicitando informação e,
2133 concomitantemente solicitação das informações e esclarecimentos à SEDESE sobre o
2134 gerenciamento do recurso piso de transição de média complexidade no município. Ponto
2135 quatro: atendimento ao município de Santos Dumont aqui na sede do CEAS. A gente
2136 atendeu no dia 19. Foi atendido por mim, mais a Maria Paula e o Leonardo, os técnicos
2137 aqui do CEAS. Esteve presente o presidente do CMAS, que solicitou atendimento visando
2138 obter maiores informações sobre o uso de recurso. E também, o gestor da assistência e o
2139 vice-presidente do CMAS. É um município prioritário para o atendimento pela SEDESE
2140 por contar um saldo de R\$ 179 mil parados em conta. Antes de eles virem para cá eles
2141 passaram na SEDESE e foram orientados também em relação ao recurso. Durante a
2142 orientação eles esclareceram para gente que teve bloqueadas quatro parcelas de
2143 recursos federais do PROJOVEM, as quais foram devolvidas, além do recurso da
2144 construção da sede do CREAS. Eles não conseguiram construir na gestão anterior, aí
2145 eles devolveram os recursos. E atualmente eles pagam aluguel da sede lá do CREAS. A
2146 questão foi resolvida após recebimento de assessoramento da SEDESE. No momento
2147 eles estão sem recurso devido ao atraso do repasse das verbas federal e estadual. Eles
2148 buscaram informação sobre o acompanhamento do programa Bolsa Família. Eles
2149 queriam saber como que o Conselho planeja fazer o acompanhamento do programa
2150 Bolsa Família, qual que era o papel do Conselho. E aí a gente explicou para eles. Eles
2151 relataram também as questões de superação estruturais. O CREAS está funcionando em
2152 sede alugada, como eu já disse. E eles conseguiram também que a secretaria
2153 funcionasse em outro endereço, onde existe a previsão de uma sala individual para o
2154 CMAS, porque até o momento utilizam a sala da gestão. A secretaria executiva atende
2155 também outros Conselhos. Eles não pautaram o Conselho para planejamento do uso dos
2156 3% do IGD. As equipes de referência estão completas. Foi identificada a necessidade de
2157 adequação na composição do Conselho e atualização dos dados no SUAS Web. Na
2158 pesquisa que a Paula fez, a gente pôde observar que no SUAS Web dois conselheiros
2159 vão sair no dia 31. Existe um problema lá também. O Jonny é representante da sociedade
2160 civil, mas no momento ele está em um cargo como coordenador do CREAS. Mas ele acha
2161 que isso está ótimo, que é lindo e que todo mundo aplaude. Então a deliberação foi: a
2162 gente vai esperar um pouco. Na verdade, nós não deliberamos, nós conversamos
2163 apenas. Nós deixamos para encaminhar e deliberar aqui. A gente vai esperar um pouco
2164 até assumir uma nova gestão para gente acompanhar melhor a situação, pedindo
2165 melhores informações de como que está isso lá. Quanto ao ponto dois, que é a
2166 apresentação sobre a capacitação de conselheiro via telepresencial, são dez páginas.
2167 Eu quero saber se a plenária está de acordo que seja lido aqui, ou como que a gente vai
2168 fazer. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ler o que, Páscoa? **PÁSCOA:** São dez páginas, mas é
2169 coisa mínima. **SIMONE:** Página do que? **PÁSCOA:** Do material que vai ser da
2170 capacitação de conselheiros via telepresencial. **SIMONE:** Ah! É legal. Eu acho bom, não
2171 é? **PÁSCOA:** É slide. Vamos colocar Paula? **SIMONE:** Vai ser que dia? **PÁSCOA:** Isso o
2172 que a gente tem que definir quando que vai ser. **SIMONE:** Mas já está preparando o
2173 material. **PÁSCOA:** Isso! A gente espera as contribuições. **SIMONE:** Ah gente! Nós

2174 vamos ter que parar a nossa reunião para receber a nossa presidente! APLAUSOS VOZ
2175 AO FUNDO. **MARIA:** Ei gente! Boa tarde! Primeiro eu queria começar já agradecendo a
2176 todos os conselheiros, de forma especial a secretaria executiva e a Simone, viu Simone?
2177 Que nesses meses em que eu fiquei ausente deram conta de tocar tudo não só o que o
2178 CEAS tem como compromisso e responsabilidade, mas da gente fazer interlocução, de
2179 manter esse elo de parceria, de amizade. Eu achei bem bacana a minha parte. Foi a
2180 maior demonstração de que valeu a pena esse tempo que a gente passou junto. Vamos
2181 continuar juntos com certeza por muito tempo. Então assim, essa é a nossa Maria lara.
2182 Com certeza vai vim ao Conselho outras vezes. E que a gente possa continuar juntos,
2183 independe de não estar aqui no CEAS como pessoa, mas a gente está em pensamento,
2184 em compromisso. E é isso. Mais uma vez muito obrigada. Eu acho que cada um que está
2185 aqui merece uma salva de palma, desde os técnicos até os conselheiros da sociedade
2186 civil, do governo. E mais uma vez muito obrigada a todos. **SIMONE:** Agora eu quero saber
2187 que dia você vai voltar. **RISOS MARIA:** Na realidade nós temos um compromisso sério
2188 para gente resolver, não é? Que é o processo agora em novembro. Com certeza já vamos
2189 está fazendo isso agora nesse período até a próxima plenária, para que na próxima
2190 plenária a gente já dê conta de fazer com que as coisas saiam com muito sucesso. Essa
2191 que é a nossa missão. Era para eu ter voltado, inclusive já nessa plenária, até para gente
2192 já começar fazendo um pouco esse papel. Mas além de eu ganhar neném, aconteceu o
2193 fato de minha mãe ter falecido. Vocês devem ter ficado sabendo. Foi algo que não estava
2194 previsto. Foi muito inesperado, mas aconteceu e me deixou um pouco sem chão. E eu
2195 tive essa semana que ficar fora do meu município, porque estou chegando de Brasília
2196 hoje. Mas eu faço o compromisso de na próxima plenária a gente estar juntos para termos
2197 condições de fazer junto esse processo que é bem bacana, entendeu Simone? **SIMONE:**
2198 Muito obrigada, Maria. Nós que agradecemos. Você faz muita falta, de verdade. Espero
2199 que você tenha a tranquilidade necessária para a luta nesse momento tão difícil, que está
2200 exigindo de nós muito empenho. Mas nós estamos aqui a sua disposição, esperando que
2201 você volte com todo gás. E se quiser também pode começar a coordenar a reunião daqui
2202 para frente. Você fique à vontade. A Cristiane vai tomar conta do neném... VOZ AO
2203 FUNDO. Tem Fila. Mas fique à vontade, viu? Por favor. VOZ AO FUNDO. Onde a gente
2204 estava mesmo? **DAIANA:** Eu vou fazer a leitura do material. **SIMONE:** Agora que todo
2205 mudo compreendeu as dez páginas, fique à vontade. Vamos escutar com paciência para
2206 gente colaborar com a comissão. **DAIANA:** Simone, eu vou fazer a leitura. O controle
2207 social é a capacidade de que tem a sociedade civil de atuar nas políticas públicas, em
2208 conjunto com o Estado, para estabelecer as necessidades, interesses e controlar a
2209 execução dessas políticas. **SIMONE:** Destaque. **DAIANA:** Controle social: o direito e
2210 participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas e no controle das
2211 ações do Estado. Está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado nas leis
2212 específicas, como a LOAS. **SIMONE:** Tira o destaque. **RISOS DAIANA:** Lei Orgânica da
2213 Assistência Social. Conforme o art. 5º da LOAS, a organização da assistência social tem
2214 como base as seguintes diretrizes: 1) descentralizar a ação política e administrativa para
2215 os Estados, DF e os Municípios, em comando único das ações em cada esfera de
2216 governo; 2) participação da população por meio de organizações representativas na
2217 formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; 3) primazia da
2218 responsabilidade do Estado na condução na política de assistência social em cada esfera
2219 de governo. Art. 16: as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e
2220 composição paritária entre governo e sociedade civil, são: I – O Conselho Nacional de
2221 Assistência Social; II – Os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III – O Conselho de
2222 Assistência Social do DF; IV – Os Conselhos Municipais de Assistência Social. Controle
2223 social na política de assistência social: É considerado como exercício democrático de
2224 acompanhamento da administração e avaliação da política de assistência social, e dos
2225 recursos financeiros atribuídos para a sua execução. É um instrumento e expressão da
2226 cidadania por intermédio de organizações sociais em que há participação da própria

2227 sociedade. O controle social também é exercido por meio de participação em:
2228 Conferência, Mesas de negociações, Fórum dos Trabalhadores, Fórum de Usuários,
2229 Fórum das Entidades, Orçamento participativo, além dos Conselhos, em especial o
2230 Conselho de Assistência Social etc. Os Conselhos de Assistência Social: Os Conselhos
2231 de Assistência Social formam a instância de deliberação colegiada, em que possuem
2232 composição paritária entre governo e sociedade civil, e são vinculados ao órgão
2233 responsável pela política de assistência social. São de caráter permanente, são órgãos
2234 autônomos e espaços públicos. Na execução de suas competências: aprovam,
2235 normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam, monitoram e fiscalizam a gestão e a
2236 execução das ações. E devem planejar essas ações para garantir o controle social. Os
2237 Conselhos que asseguram a participação da sociedade são constituídos por
2238 representantes dos usuários, trabalhadores e entidades assistenciais. VOZ AO FUNDO.
2239 Os conselheiros são agentes públicos, que realizam um serviço público relevante, de
2240 forma não remunerada, tendo como função o exercício do controle social da política
2241 pública de assistência social. Os representantes governamentais são indicados pelo
2242 poder executivo de cada esfera, enquanto os representantes dos usuários, dos
2243 trabalhadores da área bem como os das entidades assistenciais, são eleitos em
2244 Assembleia específica. Tem poder de decisão nos assuntos de interesse coletivo, como:
2245 aprovação de planos, gastos com os recursos públicos e fiscalização e acompanhamento
2246 da política pública. Em função disso, devem observar os princípios da administração
2247 pública, legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e o princípio
2248 infraconstitucional da supremacia do interesse público. Conselheiros. Compete ao
2249 conselheiro: conhecer as suas funções, ser assíduo nas reuniões, ser aplicado, instruir-se
2250 com as matérias proporcionadas no Conselho, estudar e conhecer a legislação básica do
2251 controle social, manter a articulação com a sua base de representação, participar de
2252 capacitação e eventos que discutam o controle e assuntos da política de assistência
2253 social, apresentar para o Conselho bem como para a entidade relatório dos eventos que
2254 participa. É vedado ao conselheiro; ser remunerado pela execução de sua função,
2255 ausentar-se das reuniões sem justificativas, agir em proveito próprio, tomar decisões no
2256 Conselho contrárias as defendidas por sua base, omitir-se diante de situações e/ou
2257 deliberações que possam vim a prejudicar a população usuária. Para refletir: Como
2258 identificar os limites do controle social? Como a sociedade tem exercido esse controle?
2259 Como que os Conselhos vêm atuando para que o controle social possa acontecer de
2260 fato? Quais são os desafios para que o controle social se concretize? Esse é o material
2261 proposto. **SIMONE:** Em discussão. **GEISIANE:** Temos um destaque colocado pela Soyla.
2262 Conselheira Soyla, pode ficar à vontade. **SOYLA:** Eu vou ter que lembrar, espera aí.
2263 **GEISIANE:** Soyla está certinho aí? **SOYLA:** Espera aí. Estou caçando aqui. **GEISIANE:**
2264 Você está preparada? Então eu vou passar para você. VOZ AO FUNDO Não! É porque
2265 tem outro destaque enquanto você acha, pode ser? Simone. **SIMONE:** Na verdade eu
2266 quero parabenizar a comissão. Ficou muito legal. Eu quero fazer algumas pequenas
2267 sugestões. Que “depois que é vedado ao conselheiro”, que a gente coloque: é direito do
2268 Conselheiro. Aí coloca que é direito dele: ter passagem para participar das reuniões, ter
2269 diária alimentação, que o horário do Conselho seja de acordo com a possibilidade de
2270 participação dele, se ele foi conselheiro com deficiência ele tem direito a interprete, que
2271 ele tem direito a acessibilidade. Apesar de absurdo, isso é um... O quê que o Conselho
2272 tem direito? A uma secretaria executiva e dizer o que ela pode oferecer ao Conselho. E
2273 dizer que o Conselho tem o direito de gastar, no mínimo, 3% do IGD SUAS e IGD Bolsa
2274 no exercício do controle social. Conselheira Páscoa, eu quero sugerir que vocês incluam
2275 agora as URCMAS. Eu acho que ficou tão legal o material, que eu quero fazer a sugestão
2276 da gente fazer uma cartilha, se vocês concordarem. A gente fez uma cartilha virtual para
2277 que os conselheiros possam acessar, mas também vamos fazer uma cartilha física, viu
2278 Marta? Para a cartilha física nós temos que encaminhar segunda-feira para a assessoria
2279 de comunicação. **PÁSCOA:** Muito bom! **GEISIANE:** Muito bom! Conselheira Soyla.

2280 **SOYLA:** Eu retiro o meu destaque. Eu entendi errado. **PÁSCOA:** É porque ela falou muito
2281 ontem! Ontem ela estava difícil de concentrar. Então hoje ela está... **SIMONE:** É. Mas
2282 vocês estão de parabéns! Agora eu vou avisar a comissão, a gente está em outubro não
2283 é? Faltam apenas duas semanas. Vocês me viram apresentando aqui a agenda de tele. A
2284 agenda de tele está lotada já! Então gente, nós temos que agilizar! Se não o Conselho
2285 não consegue fazer nenhuma teleconferência este ano. No máximo os municípios vão
2286 ficar atentos até a primeira quinzena de dezembro. Depois, pode esquecer. Então eu não
2287 sei se nem vai conseguir fazer tele esse ano ainda, tendo em vista que essas coisas tem
2288 que ser planejadas com uma certa antecedência. De qualquer forma, é bom fazer a
2289 solicitação lá para a diretoria de capacitação da SEDESE, inclusive solicitando a diretoria
2290 qual que é a possibilidade que existe, para gente marcar, viu Páscoa? **PÁSCOA:** A Paula
2291 está anotando ali para gente. **SIMONE:** Mas ficou muito legal gente! Eu Até sugiro uma
2292 salva de palmas aí para a nossa comissão. APLAUSOS. Essa comissão não é fácil não
2293 hein! Trouxe a resolução da URCMAS, trouxe... VOZ AO FUNDO. **PÁSCOA:** A Paula e o
2294 Léo. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Com certeza. Sem a nossa secretaria executiva a gente
2295 não conseguiria fazer metade das coisas que a gente conseguiu fazer. **PÁSCOA:**
2296 Simone, eu só queria colocar uma coisa. No tema quatro, que eu falei de Santos Dumont,
2297 eu quero dividir isso com vocês. Eles vieram e a gente esclareceu as dúvidas que eles
2298 tinham. Eles tinham dificuldade na lista dos beneficiários do Bolsa Família, essas
2299 questões. Eles contaram para gente que a secretaria municipal de assistência social
2300 pegou fogo, e que o caderno de atas do Conselho, todas as deliberações, pegou fogo
2301 também. Então eles só conseguiram deliberar aprovando tudo o que já tinha aprovado. Aí
2302 que ficou cheio de dúvidas foi a gente. **SOYLA:** Posso falar uma coisa? É bem rápida! É
2303 bem comum. Mas lembrar, é viver também, não é? Há treze anos, no dia 20, o Lula
2304 estava declarando e apresentando o Bolsa Família. Então eu acho que é importante
2305 lembrar essa data, ainda mais neste momento fora Temer. Então assim, é muito
2306 importante lembrar isso. Todos os processos e vitórias que a gente tem hoje é fruto disso,
2307 de há treze anos. Eu vou bater palma, licença. APLAUSOS. **SIMONE:** Vamos com calma!
2308 Vamos com calma! Um assunto de cada vez! Com relação ao município, eu os recebi
2309 também, tanto o Conselho quanto o secretário municipal. Eu recebi os dois. Eles
2310 relataram o acontecido. Eles têm boletim de ocorrência. Eu penso que a princípio nós...
2311 Eles fizeram uma resolução e nós temos que confiar. Não tem nada que desabone.
2312 Agora, o que eu acho que não dá é, vocês fazerem um relato aqui, no pleno do Conselho,
2313 dizendo que o Conselho tem mais de 50% de paridade e a gente fazer de conta. Isso não
2314 dá para fazer, não é Páscoa? É preciso que a gente recomende a eles dizendo que quem
2315 representa o governo não pode representar a sociedade civil. É preciso mandar para eles
2316 que representa sociedade civil e quem é que representa o governo. Nós já temos muitas
2317 resoluções dizendo quem são os trabalhadores, quem são os usuários, quem são as
2318 entidades. Isso aí não pode. Depois que você falou nesse microfone aqui, fica gravado, a
2319 gente desgrava também. Todo mundo tem acesso. É uma reunião pública. Não pode! Isso
2320 aí não pode! Nós devemos imediatamente pedir para que eles tomem providências, viu?
2321 Essa é a recomendação que eu faço. Agora, com relação ao sinistro deles, é bom lembrar
2322 para todos que a maioria das informações hoje são informatizadas. Então nós temos os
2323 demonstrativos na SEDESE, temos o plano de serviço, temos o demonstrativo do governo
2324 federal. Talvez eles tenham mais dificuldade de questionamentos municipais, mas aí é do
2325 âmbito deles. Se a comissão tiver alguma dúvida sobre alguma das deliberações, pode
2326 também consultar a SEDESE, aos sistemas de informação. Nós estamos lá a disposição.
2327 E tem o Censo também, não é gente? O Censo também tem milhões de perguntas hoje
2328 sobre o Conselho lá do município. Está bom? Então vamos votar o relato da comissão,
2329 com esses adendos, viu Consolação? Então, por favor. Os conselheiros que aprovam o
2330 relato da comissão de acompanhamento de Conselhos, por favor, levantem o crachá.
2331 Podem abaixar. Contrários, abstenções. Então foi aprovado. Muito obrigado aos
2332 conselheiros. Quero registrar aqui a presença da nossa querida Aidê Cansado, assessora

2333 de projetos especiais da SEDESE. Eu convido a Aidê, por favor, para compor a mesa aqui
2334 conosco. Eu quero muito agradecer a sua presença Aidê. O convite para você estar aqui
2335 veio numa deliberação do Conselho Estadual no último plenário, tendo em vista que nós,
2336 quando fomos discutir a prestação de contas aqui no relato da comissão de orçamento, foi
2337 sugerido que o Conselho gostaria discutir sobre os encaminhamentos feitos com relação
2338 ao programa Travessia. Primeiro eu quero esclarecer que foi falado aqui que o programa
2339 tinha sido passado por deliberação do Conselho Estadual. Nós então procuramos a
2340 deliberação e não encontramos a deliberação. Então, na verdade, o programa não passou
2341 por deliberação do Conselho Estadual. Isso é importante que a gente faça um relato. De
2342 qualquer forma, eu quero agradecer muito a sua disposição em estar aqui entre nós. Para
2343 nós é um prazer e uma honra recebê-la. Para quem não conhece a Aidê, ela foi
2344 coordenadora da proteção básica do município de Belo Horizonte. E durante oito anos foi
2345 diretora de proteção básica do MDS. Então é uma pessoa muito competente na área da
2346 assistência social. Então, com certeza, vai ser muito importante a presença dela aqui
2347 nesse Conselho. Muito obrigada Aidê. Se sinta completamente bem recebida e a vontade
2348 entre nós. **AIDÊ:** Boa tarde gente a todos (as) aqui presente. Eu queria agradecer o
2349 convite do Conselho. Eu acho que para nós é sempre muito bom poder ouvir vocês sobre
2350 o que nós estamos fazendo. Eu vim compartilhar nesse momento um processo que a
2351 gente viveu. Eu assumi a PE em agosto do ano passado. Nós estamos aqui também com
2352 a Tatiane Souza, que é lá da nossa equipe técnica. Eu acho que na hora do debate,
2353 dependendo das questões, ela vai poder nos ajudar a responder. Eu pensei em fazer um
2354 relato breve. Eu acho que são uns sete slides sobre os quais de fato eu vou falar. Alguns
2355 são informações, mas eu vou deixar aqui para os senhores (as), mais também é para
2356 gente dialoga um pouco, não é? Eu achei que era importante primeiro a gente situar o
2357 Banco Travessia, porque eu estou falando do Banco Travessia e não do programa
2358 Travessia. E poder contar para os senhores (as) as situações que nós encontramos, o
2359 que a gente está fazendo e em que pé estamos atualmente. E nesse processo que
2360 decisões foram sendo tomadas. Pode passar aí. O Banco Travessia... Todo mundo
2361 conhece o Banco Travessia? Não. Então, bora lá. O Banco Travessia ele é um projeto
2362 que faz parte de um programa denominado programa Travessia. Esse projeto foi criado
2363 no âmbito do programa Travessia em 2011, não é Tati? Em 2011. Portanto como ele está
2364 no âmbito do programa Travessia, ele teve desde o início o intuito de atuar em algumas
2365 situações de alta privação educacional, sobre tudo educacional. Ele promove o incentivo
2366 financeiro às famílias para que elas possam progredir educacionalmente e/ou na sua
2367 qualificação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho. Então basicamente é isso.
2368 O egresso dessas famílias ao programa ele se dava pela situação de greve privação
2369 educacional. O quê que era considerado grave privação educacional? Ter pelo menos um
2370 integrante da família com 15 anos ou mais que não tenha completado 5 anos de estudo,
2371 ou pelo menos uma criança, adolescente, com idade entre 6 e 14 anos que não frequenta
2372 a escola. Então essas eram as duas situações possíveis de entrada no projeto das
2373 famílias. Em aí o projeto vai fazer o que? Estimular a mobilidade social. Ou seja, que você
2374 tenha maiores graus de níveis de educação e/ou qualificação profissional e inserção no
2375 mercado de trabalho. Basicamente é isso. Ali tem uma série de detalhes e tal que eu não
2376 vi entrar neles. O marco legal é um decreto. É o decreto 45.696 de agosto de 2011. Foi
2377 publicado. Ele está presente atualmente e sempre esteve desde o início. Mas são 40
2378 municípios mineiros. Pode passar, por favor. Aqui eu trouxe para ficar mais fácil de
2379 visualizar. Sempre um esquema gráfico fica mais fácil de visualizar do que quando a
2380 gente fica muito lendo. Então, na parte mais inferior aí do slide, vocês podem ver que
2381 temos os beneficiários. A seta que vai para a esquerda está falando da alta privação
2382 educacional. É condição de entrada do beneficiário no programa. Quando ele entra, ele
2383 entra como responsável familiar. É o responsável que assina esse termo de adesão.
2384 Vocês estão vendo aí o... Deixa eu ir lá. Eu acho que é mais fácil. Aqui o beneficiário
2385 assina um termo de adesão com uma agência do Banco Travessia criada em cada

2386 município. Então esse termo de adesão ele é um termo em que a família se compromete
2387 a fazer um percurso durante dois ou três anos educacional e/ou de qualificação
2388 profissional. Essa família tem uma obrigação então de apresentar os comprovantes de
2389 complementação de escolaridade, de percurso de qualificação profissional para essa
2390 agência do Banco Travessia local. Então a agência do Banco Travessia identifica as
2391 famílias em alta privação, faz o termo de adesão e vai fazendo esse acompanhamento
2392 das famílias nesse sentido. Não é o acompanhamento familiar, as famílias se dirigem ao
2393 Banco para entregar os documentos que comprovam que uma criança que foi matriculada
2394 ela completou o segundo ano, por exemplo, do ensino fundamental. A agência do Banco
2395 Travessia pertence ao município. Ela ou está vinculada à secretaria de assistência social
2396 municipal ou de educação. Então temos isso também, meio a meio, mais ou menos. Mais
2397 ou menos a metade dos municípios na educação e a outra metade na assistência social.
2398 Para o município instituir uma agência tem um convênio que é firmado entre a SEDESE e
2399 o município. Ele se compromete em instituir o Banco Travessia e fazer essas ações aqui.
2400 E se compromete também em alimentar o sistema de gestão. Tem um sistema de gestão
2401 que foi criado. Então a família chegou lá, comprovou a escolaridade, o técnico do Banco
2402 Travessia vai lá no sistema de gestão e diz: “essa família comprovou; Eu estou aqui com
2403 os comprovantes arquivados e tal e, que o responsável familiar completou aquele ano
2404 escolar ou entrou em um curso de qualificação profissional. Alimentado o sistema de
2405 gestão, a SEDESE então consulta os dados cadastrais desse sistema de gestão e
2406 identifica os valores devidos ao final do processo. Então depois de dois, três anos,
2407 identifica aquelas travessias acumuladas por aquela família, transforma isso em valores
2408 reais e faz o pagamento aos beneficiários diretamente por meio de instituição bancária.
2409 Então é isso aí. A engenharia é essa. Essas travessias são validadas pelo gestor
2410 municipal. Então tem um técnico que lança, depois vem o gestor municipal que válida. A
2411 gente, eu digo nós da SEDESE, trabalhamos em cima desse sistema de informação.
2412 Agora vamos ver a situação que a gente encontrou. Aqui é só para mostrar para vocês
2413 que são 40 municípios. Eu vou deixar esse slide aqui. São esses 40 municípios que foram
2414 selecionados. Os critérios a gente não sabe direito. A gente sabe é que na época era o
2415 que estava escrito nos documentos. São municípios com IDH baixo. A gente não tem um
2416 documento que diga quais foram os critérios, quais foram as pactuações e etc. Aqui nos
2417 colocamos a quantidade de termos de adesão que finalizam a cada ano. Então em 2014:
2418 foram finalizados 1.611. Ou seja, 1.611 famílias concluíram o percurso. E assim por
2419 diante. Em 2015: foram 3.455, que foi ano passado; Esse ano: foram 2.900; Em 2017:
2420 ainda tem 1.3791; E 2018: ainda tem 20 famílias a concluírem o percurso. O total então
2421 que a gente encontrou no sistema dá 9.4096 famílias no total que foram beneficiadas
2422 nesse iniciativa em Minas Gerais. VOZ AO FUNDO. Não. O termo de adesão ele é feito
2423 dois ou três anos antes. É porque o primeiro decreto falava de dois anos. E aí eles
2424 publicaram um segundo critério no ano seguinte dizendo que podia ser dois ou três anos.
2425 Então quase todos os termos de adesão feito depois deste decreto foram de três anos.
2426 Então de 2018 foram alguns poucos que foram feitos no início de 2015. VOZ AO FUNDO.
2427 Não. Eu vou contar para vocês porque que nós interrompemos as entradas. Aqui eu
2428 queria mostrar a situação de 2014. Foi a situação em que nós chegamos em 2015 e
2429 encontramos. São os termos de adesão que finalizavam em 2014. Qual que era a
2430 situação? Em 2013 tinham dez termos de adesão que foram finalizados e os dez foram
2431 pagos. Nós tínhamos 1.773 que finalizaram em 2014, apenas 162 foram pagos. Ou seja,
2432 a gente já chegou com uma dívida a pagar. Tinham muitas famílias inseridas, e as que
2433 foram incluídas não foram pagas. Essa dívida ficou para nós. Isso mostra um pouco do
2434 endividamento do próprio Estado, que já não estava dando conta de pagar. Nós estamos
2435 sofrendo isso. Temos e continuamos com esse problema. Então a gente coloca aqui que,
2436 em 2014 foram pagas apenas 9% dos beneficiários que poderiam ter sido pagos. E aí
2437 então se resolveu a pagar. Quando é que paga o Banco Travessia? Quando conclui. Mas,
2438 o seguindo ou terceiro decreto, a Tati sabe melhor do que eu que previu o seguinte: “não!

2439 A gente vai pagar 50% da travessia de adesão depois de um ano que a família entrou.”
2440 Foi no segundo decreto que se instituiu isso, que 50% da travessia de adesão, ou seja,
2441 R\$ 100 reais poderia ser pago um ano após a entrada do beneficiário. Então ele podia
2442 receber R\$ 100 reais depois de um ano e ao final recebia o restante. Então essas
2443 travessias de adesão foram pagas para 6.742 beneficiários em 2014. Foi quase que um
2444 compromisso do governo dizendo que nós estamos assumindo um compromisso com
2445 eles. Mas o pagamento daquelas que tinham finalizado e de todas as demais ficaram par
2446 ao governo seguinte. Aqui são os termos de valores. Cada termo de adesão corresponde
2447 a um beneficiário familiar. E aqui é em termos de valores. VOZ AO FUNDO. Ah! Deixa eu
2448 falar então. O que foi pago de termos de adesão finalizados em 2013: corresponde a R\$
2449 7.130.00 (sete mil reais cento e trinta). E o de 2014: foram pagos 162 beneficiários, no
2450 valor de R\$ 138.300.00 (cento e trinta e oito mil e trezentos). A dívida com esses
2451 beneficiários de 2014 correspondia a. PARTE 6 **AIDÊ**: Eu já estou salientando isso. Eu
2452 cheguei lá em agosto, então tinha equipe que já tinha tido embora, deslocado dentro da
2453 própria SEDESE mesmo. Então a gente recuperou inclusive memória com as pessoas
2454 que tinham participado do projeto. Fizemos algumas reuniões e tal. E aí a gente constatou
2455 algumas coisas: todo o pagamento das famílias era feito pela agência do Banco
2456 Bradesco. Então as famílias tinham que abrir uma conta no Banco Bradesco; e a gente
2457 contatou que não havia contrato entre a SEDESE e o Banco Bradesco. O primeiro grande
2458 problema: não dá para pagar sem contrato. Então por aí que começou a primeira questão.
2459 E aí a gente constatou também pelas atas que o Banco Bradesco se recusou a abrir uma
2460 conta poupança. Isso foi contatado. Houve algumas conversas e ele falou que não iria
2461 abrir conta poupança. Então os beneficiários foram levados a abrir conta corrente no
2462 Bradesco. Pode passar. Nós fizemos também uma análise das informações desse
2463 sistema do Banco Travessia: se as famílias tem duplicidade, se não tem duplicidade, os
2464 dados são confiáveis. CPF. Foi bem legal, está bem confiável o sistema. Eu acho que tem
2465 37excluídos, não é Tati? É um sistema que dá para gente confiar. Nós excluímos esses
2466 cadastros em duplicidade, que não foram encontrados CPF e etc. A própria agência do
2467 Banco Travessia não localizou. Esses aí foram excluídos. Constatações sobre o sistema
2468 de gestão: aí a coisa vai ficando grave. Ela vai ficando realmente grave. Não há dados
2469 que permitam avaliar o projeto. A gente tem um sistema com registro de todos os
2470 beneficiários, mas é o sistema que foi concebido para subsidiar pagamento. Então hoje eu
2471 não consigo saber se quem entrou, entrou em alta privação ou não; se quem entrou em
2472 alta privação superou a alta privação ou não; e o que está acontecendo com os demais
2473 membros da família. Simplesmente o sistema não guarda a memória. Se você registra
2474 uma outra informação, quando você atualiza, ela é apagada. Então a gente não tinha uma
2475 forma de avaliar e essa é uma avaliação importante. Nós, de fato, estamos alcançando
2476 um objetivo. Então nós constamos isso, não tinha nenhuma avaliação do projeto externo.
2477 Essas coisas vão complicando um pouco a situação. Pode passar. Aí é com relação aos
2478 beneficiários. Qual foi a situação que a gente encontrou? Nós tivemos 1.071 famílias que
2479 procuraram as agências do Banco Travessia no município. Isso é registro que a gente
2480 tem aqui, pode ter muito mais famílias que procuraram. Esse é o registro que foi
2481 informado à SEDESE que estavam inadimplentes com o Banco Bradesco, obviamente.
2482 Se você tem uma conta correte o Banco faz o que? Ele começa a cobrar mensalidade, ele
2483 começa a te oferecer crédito, ele te oferece um cartão de crédito, enfim. Tem diversas
2484 situações. Eles começaram a cobrar taxas administrativas, anuidade de cartão e por aí
2485 vai. Então nós encontramos uma situação grave, gravíssima no meu ponto de vista! As
2486 famílias que entraram em alta privação estão endividadas com o Banco. Diversos
2487 beneficiários estão inscritos no SPC. Das 40 agências do Bradesco que servem esses
2488 municípios apenas 12 não tiveram qualquer reclamação sobre endividamento de
2489 beneficiários. Todas as outras tiveram pelo menos um beneficiário que reclamou de estar
2490 endividado. Isso aqui teve muito movimento da SEDESE ao longo dos anos anteriores, de
2491 ir conversando com as agências do Banco Bradesco, porque o problema foi recorrente. E

2492 aí a agência lá do Banco Bradesco liberava, anulava a dívida dos beneficiários, mas
2493 depois já estavam cobrando outra vez. E assim foi. A gente pelo registro que tinham
2494 várias idas e vindas. E aí nós começamos a chamar o Bradesco para ver como que a
2495 gente ia resolver este problema. Só para dar um exemplo: no município de Itinga um
2496 beneficiário foi cobrado pelo Bradesco por um valor equivalente a 63% do benefício
2497 acumulado. Então, além de não ter um contrato com o Bradesco, a gente jamais passaria
2498 esse recuso pelo Bradesco. O Bradesco pegaria esse dinheiro imediatamente para cobrir
2499 a dívida. Pode passar. A gente meio que esgotou as tentativas de fazer diálogos. Nós
2500 fomos Bradesco/SP, Bradesco/MG. E aí fomos fazer uma interlocução com que fez na
2501 época todo o acordo. E aí nós estamos indo para outras instâncias que possam acionar o
2502 Bradesco. Pode passar. A gente fez uma negociação com o Banco do Brasil para uma
2503 nova modalidade de pagamento que não fosse conta corrente. A gente encontrou uma
2504 alternativa: em agosto e setembro de 2015 há ordem de pagamento contra o recibo. Aí
2505 então mudou a forma de pagar. O beneficiário vai a uma agência do Banco Travessia com
2506 seus documentos e retira o benefício. A gente encontrou essa forma de pagar. Fizemos
2507 orientações nas agências do Banco Travessia da nova modalidade, para falar com os
2508 beneficiários que não estão endividados para começarem a fechar as suas contas, fazer
2509 uma orientação mais inteligente, mais cuidadosa com os beneficiários. Isso foi feito em
2510 novembro e dezembro de 2015. Em novembro de 2015 também a gente fez empenhos
2511 relativos aos termos de adesão vencidos em 2014. Na verdade não tinha sido feito
2512 empenho, não é Tati? Não só não pagou, como também nem empenho havia sido feito.
2513 Então nós fizemos o empenho de 2014 reconhecendo isso como ideia. Fizemos também
2514 o empenho de 2015. E aí isso totalizou R\$ 5.302.980.00 (cinco milhões trezentos e dois
2515 mil novecentos e oitenta) Isso aqui dá um total de 4.975 empenhos. Esses aqui são os de
2516 termos de adesão vencidos. Ainda, empenhamos e pagamos as travessias de adesão no
2517 valor de R\$ 224.600.00 (duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos) para 2.046.00
2518 famílias. Porque que a gente pagou o travessia de adesão? Porque a gente estava
2519 entrando em um ano eleitoral. A gente estava com problemas financeiros, estamos ainda,
2520 mas também a gente consultou a coordenadoria geral do Estado sobre a questão de ano
2521 eleitoral, se a gente poderia pagar os beneficiários em ano eleitoral. A orientação que eles
2522 deram foi a seguinte se tiver pago a travessia de adesão você poderá pagar. Então, como
2523 eles não receberam nada ainda, a gente privilegiou quem não tinha recebido nada até
2524 então. E aí pagamos os R\$ 224 mil. Decidimos que pagaríamos neste ano esses outros
2525 beneficiários. Pode passar. Será que os profissionais que estão lá no Banco Travessia
2526 eles tinham uma conexão com a assistência social? Com o CRAS? Que é uma unidade
2527 que pode fazer o acompanhamento a essa família, que pode direcionar essa família para
2528 o programa. É. Eu não sei te dizer. Na estrutura pensada não tem. Inclusive quando você
2529 vê os modelos de gestão isso não aparece. Eu acho que era muito a depender do
2530 município, daquilo que o município mesmo ia internalizando. Inclusive porque algumas
2531 agências estavam na educação e outras na assistência. Então nem sempre o diálogo era
2532 feito com a mesma área. Isso a secretaria de educação participou. A única coisa que eu
2533 sei é que o programa Travessia tinha uma instância geral, o programa como um todo.
2534 Eles tinham alguns encontros com todas as secretarias. Na mudança de governo a gente
2535 tentou reunir com as áreas e tal. As informações que a gente tinha é de que era uma
2536 relação muito de prestar contas. Então no programa Travessia a educação tinha algumas
2537 ações que eram delas, a SEDESE tinha algumas ações que eram delas. E aí todo mundo
2538 meio que prestava conta daquilo que estava fazendo. Então me parece que aqui tinha um
2539 processo de construção muito coletivo não, sabe? Pelo menos no processo de
2540 acompanhamento. Talvez na origem tinha tido, na concepção, não é? Mas no processo
2541 de acompanhamento me parece que era muito mais uma instância de gestão. VOZ AO
2542 FUNDO **SILVANA**: A Secretaria de Estado tem uma rede própria que é de escola. Então
2543 não sei como isso era feito lá no município. **AIDÊ**: É. Essas coisas eu não esse tipo de
2544 detalhamento. Se a gente tivesse um grupo que estivesse de fato envolvido no processo

2545 de forma mais intersetorial... Mas não foi o caso. Não foi o que a gente encontrou. Então
2546 fica difícil você recuperar as histórias, até por respeito também por quem esteve a época.
2547 Eu não sei realmente contar tudo o que aconteceu. Em relação ao Banco Travessia
2548 quando a gente fala de agência é confuso mesmo, eu custei a entender o que a gente
2549 estava falando. Então a gente tem uma coisa que chama Banco Travessia, que é o
2550 projeto. Mas dentro dele a gente tem: agência Bradesco. É a agência que vai viabilizar o
2551 pagamento. É uma instituição financeira que vai viabilizar a transferência para esses
2552 beneficiários mediante conta corrente; e a gente tem uma agência chamada “agência do
2553 Banco Travessia.” Eu acho também que é um nome extremamente confuso e difícil de
2554 entender. Essa agência na verdade é uma unidade local de acompanhamento, de
2555 orientação a essas famílias, de recepção dos documentos dessas famílias e de
2556 mobilização das famílias no momento do pagamento. Então ela tinha essas atribuições.
2557 Inclusive no convênio as atribuições dos municípios são essas. Isso não aparece no
2558 termo de convênio. O convênio é exatamente para instituir essa agência. Mas na verdade
2559 é uma agência do município, não é? É uma agência pública. É um núcleo de gestão na
2560 verdade. Às vezes nem é u equipamento, é uma sala lá no nível central. É um espaço
2561 físico onde ficam alguns técnicos para fazer esse acompanhamento. **SIMONE:** Bem, a
2562 Rosa trouxe a LOAS aqui. Opa! Pega aí para mim, Aidê. Coitada da LOAS! Está com as
2563 páginas voando. Jesus amado! VOZ AO FUNDO. O art. 19 da LOAS diz o seguinte:
2564 Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da
2565 Política Nacional de Assistência Social: propor recursos para o pagamento; proceder à
2566 transferência; prestar assessoramento; formular a política... Espera aí. A LOAS voou aqui
2567 e eu vou ter que achar. Achei! Propor a PNAS, bem os critérios de prioridade e de
2568 elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços,
2569 programas e projetos. Então essa é a competência de trazer para o Conselho os padrões
2570 de elegibilidade do programa. Mais alguém? VOZ AO FUNDO Ninguém mais?
2571 Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Só para lembrar, é para os conselheiros que e estavam na
2572 gestão anterior. No ano passado tiveram novos conselheiros e eles não vão lembrar. Esse
2573 programa foi apresentado ao Conselho conhecimento, uma vez que quando apresentado
2574 foi dito que ele não era da assistência social, não tinha relação com a assistência social e
2575 que era um programa com várias áreas: saúde educação... E que ele estava na SEDESE.
2576 Por isso que ele não tinha... E a SEDESE fazia articulação com as outras pastas. Então
2577 ele não era da assistência. Por isso foi colocado que ele não foi deliberado pelo Conselho.
2578 O Conselho escutou essa apresentação e concordou. E aí não foi pedido mais nada em
2579 relação a isso. É só um resgate histórico, tá? **SIMONE:** É. Pela compreensão, eu acho
2580 que é isso mesmo, Consolação. Nada disso passou pelo Fundo Estadual e nem pela
2581 subsecretaria de assistência. Não tem nenhum efeito como foi colocado aqui. Eu acho
2582 que a compreensão era essa mesmo. Mesmo porque, se talvez tivesse passado pelo
2583 SUAS, pelas normativas, teria executado de forma mais fácil. Aí poderia ter tido utilizado o
2584 Cadastro Único para pagamento dos benefícios, a Caixa Econômica. Já tem gestão e
2585 estrutura suficiente para não precisar por esses constrangimentos para a população, não
2586 é? Eu estou falando constrangimento das famílias, porque eu imagino o nível de
2587 constrangimento que passaram essas famílias. Tem mais alguma coisa Aidê, Tatiane?
2588 Vocês querem colocar mais alguma coisa? Não? Então, muito obrigada. VOZ AO FUNDO
2589 Pois não, Volney. **VOLNEY:** Consolação, mesmo diante do que você coloca, não sendo
2590 isso aí dentro da assistência, o público envolvido foi o público da assistência. VOZ AO
2591 FUNDO. Eu estou errado, Aidê? Ou não? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não Volney. Eu só
2592 quero dizer que agora é tarde! **VOLNEY:** Sim! **SIMONE:** E o público é da saúde, da
2593 educação, da assistência, também. Você tem toda a razão. A oferta é oferta da
2594 assistência. É. Mas só que agora... Eu acho que agora nós incorporamos a transferência
2595 de renda, você tanto que veio aqui por causa disso, não é? Nós incorporamos a
2596 transferência de renda nas ofertas da assistência social. Eu acho que daqui para frente,
2597 assim que a gente tiver dinheiro, nós vamos trazer para cá para discutir. O importante é

2598 que a gente já consertou o erro. Isso que eu acho que é bastante importante ficar aqui. A
2599 gente consertou. E assim que tiver financiamento para isso, pelo menos já está no lugar
2600 certo e nós viremos ao Conselho, não é Aidê? VOZ AO FUNDO Pois não conselheira.
2601 **GABRIELA:** A minha dúvida em relação ao encerramento do projeto. Como que vocês
2602 estão pensando em fazer algum tipo de avaliação? Até essa questão de histórico é
2603 importante também para gente ter esse registro, inclusive para quando tiver novas ações
2604 daqui para frente. **SIMONE:** Sr. George. **LUIZ GEORGE:** Quando eu era conselheiro
2605 estadual em 2011 esse projeto foi apresentado para gente várias vezes aqui no CEAS,
2606 sabe? Parece que quem estudasse a noite teria uma cota em travessia. E outra coisa, a
2607 pessoa saíra atrás das casas para verificar se a pessoa tinha televisão em casa, se tinha
2608 cultura. Não é só preocupado em ter comida não, sabe? Como aquela música: “a gente
2609 não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e arte.” Não é isso? O projeto era
2610 maravilhoso! E ele acabou de repente. Como é que faz? VOZ A FUNDO **AIDÊ:** Gabriela,
2611 em relação ao encerramento, essa é a questão: quando é que a gente vai considerar
2612 encerrado o Banco Travessia com todos os problemas que eu coloquei aqui? Impossível
2613 continuar com o Banco Travessia do jeito que está! Eu hoje estou convencida. Eu cheguei
2614 com muitas dúvidas, hoje eu não tenho mais dúvida. O mais correto é encerrar. Assim,
2615 para encerrar o processo de avaliação, o máximo que a gente pode fazer é uma conversa
2616 com os municípios no entendimento. É fazer um processo de conversa de depoimentos
2617 dos municípios, um grupo mesmo de discussão e deixar isso registrado. É o máximo que
2618 a gente pode fazer hoje na minha avaliação. Hoje eu não entregaria recursos para fazer
2619 uma avaliação do programa por conta disso tudo. Vai ser um gasto enorme! A gente a
2620 informação do beneficiário. É uma questão que a gente tem que avaliar se nós vamos
2621 investir nisso ou não. **GABRIELA:** Mas nos convênios de saída do Estado com os
2622 municípios, não tem nenhum tipo de exigência do encerramento do convênio não? Algum
2623 tipo de relatório? **AIDÊ:** Não. Ele tem um relatório. A gente tem muita informação lá nesse
2624 sentido, do quê que os municípios fizeram, enfim. Os municípios que encaminharam
2625 documentação a gente sabe. A gente sabe os municípios que estão cumprindo as suas
2626 funções, porque a função é fazer o lançamento no sistema dos beneficiários. Então a
2627 gente sabe os municípios que estão atualizando, que não estão atualizando. Mas é um
2628 acompanhamento nesse sentido, entendeu? Não teve nada no convênio que previsse
2629 alguma coisa dessa natureza. Eu acho que o encerramento como nós vamos ter que
2630 fazer um diálogo com os municípios, esse tipo de diálogo pode nos ajudar a ter algumas
2631 informações a mais. Mas, mais do que isso, não tem muito. Essa é a minha opinião. Sr.
2632 George, o senhor está falando de um outro projeto que é o Porta a Porta. A Tatiane fazia
2633 parte do Porta a Porta, ela pode até falar melhor do que eu. Eu vou fazer uma introdução,
2634 se tiver dúvida a Tatiane vem e fala. O Porta a Porta foi um projeto desenvolvido para
2635 fazer um levantamento dos dados primários nestes municípios das famílias. Então ele
2636 batia de porta em porta para fazer um cadastro dessa família, um levantamento, um
2637 Censo. Então ele tinha um instrumento que era feito. Foi feito um primeiro levantamento,
2638 de fato como um Censo. O segundo levantamento... É caro gente! Fazer levantamento é
2639 caro. A grande pergunta que fica é: porque a gente não usou o Cadastro Único nesses
2640 municípios? Que pedisse uma atualização entendeu? Quando nós chegamos não
2641 tínhamos nem a informação de quais beneficiários estavam no programa e que eram do
2642 Cadastro Único ou recebiam o Bolsa Família. Nós que fizemos o levantamento. Então é
2643 muito impressionante isso! Optou-se por fazer um levantamento caríssimo! Então fez o
2644 primeiro, levantou-se qual que era a questão de privação desses municípios, dessas
2645 famílias. O segundo era tão caro que teve que ser feito por amostra. E aí nesta ocasião foi
2646 feita também uma alteração no questionário, porque o primeiro questionário era bastante
2647 subjetivo. E aí então se sentiu a necessidade de... Tudo o que eu estou falando aqui está
2648 lá gente! É só pegar os documentos e ler. Eu custei a descobrir coisas que a gente vai
2649 descobrir em dezembro, janeiro. As informações não estão todas lá. A gente vai meio que
2650 peneirando e chegando até as informações. O programa Travessia se pensarmos nele

2651 como um todo, ele tinha algumas ideias muito interessantes. Agora, mas nós tivemos
2652 diversos problemas de gestão, de operacionalização e esses outros que vocês viram aqui.
2653 Tem até problemas legais para gente rocar a proposta. Então assim, eu estou falando de
2654 duas... A gente tocou no Porta a Porta e no Banco Travessia. Existiam outros projetos que
2655 estavam lá na educação, etc. Mas que seria outro momento de discussão. Mas neste
2656 caso, não era nem o Banco Travessia, era o Porta a Porta. **SIMONE:** Muito obrigada,
2657 Aidê. Eu quero agradecer muito vocês duas. Espero recebe-las aqui muitas e muitas
2658 vezes. Toda vez que quiserem vim para outros assuntos nós estamos aqui as ordens. Por
2659 gente, vamos recepcionar a Aidê. **APLAUSOS.** Muito obrigada viu? Se vocês quiserem
2660 continuar conosco, fique à vontade. Mas se precisarem sair também, fiquem à vontade.
2661 Bem, nós vamos agora para o nosso ponto de pauta da resolução que dispõe sobre a
2662 instituição das Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social -
2663 URCMAS como fóruns regionais consultivos de controle social da Política Estadual de
2664 Assistência Social e dá outras providências. Pois não! **DAIANA:** Eu quero só dar um
2665 comunicado. A Érica, representante do CRP, ela teve que se ausentar por toda a parte da
2666 tarde por conta da posse dela, tá? **SIMONE:** Quem que é suplente? **DAIANA:** Ela é a
2667 suplente. **SIMONE:** Está certo. Você está justificando. **DAIANA:** Estou justificando.
2668 **SIMONE:** Desculpa, viu? Nem sempre eu lembro todo mundo que está na titularidade ou
2669 não. Mas de qualquer forma, muito obrigada conselheira. Bem, nós decidimos no último
2670 pleno que a gente faria a seguinte metodologia: depois do debate que nós fizemos, a
2671 secretaria executiva se responsabilizou de fazer a sistematização do debate e já mandar
2672 para todos os conselheiros as propostas sistematizadas. E ontem a sociedade civil
2673 discutiu a resolução e o governo também. Então para agora eu vou fazer o seguinte:
2674 primeiro eu quero saber quem vai representar a discussão da sociedade civil aqui. Vocês
2675 chegaram a escolher? Querem indicar alguém? **VOZ AO FUNDO.** A Rose? Então Rose,
2676 você representa a sociedade civil. E quem vai representar o governo? **VOZ AO FUNDO**
2677 Conselheira Marta. Todo mundo concorda? Gente! Não significa que as pessoas não
2678 podem falar não! É só para gente seguir o rito do método. O método combinado foi como?
2679 As duas bancadas discutiriam e a gente só traria para a discussão nossa o que fosse
2680 destaque. Certo? Todo mundo concorda? Então eu vou proceder assim para registro, viu
2681 gente? Vou proceder para registro. Eu vou ler o artigo e perguntar se tem destaque, pode
2682 ser? Art. 1º instituir as Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social –
2683 URCMAS. Parágrafo único: As orientações para o funcionamento das URCMAS
2684 compõem esta resolução. Tem destaque aqui? Tem Marta? Tem Rose? **VOZ AO FUNDO**
2685 Gente! É só os destaques de ontem! Eu vou proceder diferente! Eu vou perguntar o
2686 governo quais são os seus destaques e a sociedade civil quais são os seus destaques.
2687 Melhor não é? Então conselheira Marta, quais são os destaques que o governo trouxe
2688 aqui para a discussão do pleno? No microfone, por favor, Marta! **MARTA SILVA:** Na
2689 reunião do governo nós temos destaque apenas no art. 4º. **SIMONE:** Está bem, muito
2690 obrigada. Na hora que chegar lá então a gente põe para discussão. Conselheira Rose,
2691 quais são os destaques que a sociedade civil trouxe para o pleno? **VOZ AO FUNDO.**
2692 **DAIANA:** Destaque no art. 2º, destaque no art. 4º também, destaque no art. 12 parágrafo
2693 1º. **SIMONE:** Está bem. **DAIANA:** E art. 15 inc. VI. **SIMONE:** Você anotou Geisel? Então,
2694 eu vou passar para a Geise. Geise, vamos seguir o rito então assim para que fique
2695 registrado. Vocês estão entendendo gente? Porque como eu mandei para vocês, não tem
2696 o texto final aqui. E aí para gente ter registro no microfone do texto final, a Geise vai ler o
2697 artigo. Os artigos que foram destacados a gente para e a pessoa diz qual que é o
2698 destaque no microfone e a gente discute. Está bom, Geise? Então, por favor. **GEISIANE:**
2699 O primeiro destaque da sociedade civil é no art. 2º: As Uniões Regionais de Conselhos
2700 Municipais de Assistência Social – URCMAS, fóruns de caráter consultivo e permanente,
2701 tem como objetivo mobilizar, articular e fortalecer os Conselhos Municipais de Assistência
2702 Social para, coletivamente, apresentarem propostas ao CEAS, aos Fóruns de usuários,
2703 de trabalhadores e de entidades, no exercício de participação das instâncias municipais,

2704 na proteção, na defesa, na vigilância e no controle social da Política de Assistência Social
2705 nas respectivas regiões de Minas Gerais. **SIMONE:** Quem vai proceder ao destaque?
2706 **GEISIANE:** É a Rose. **SIMONE:** Rose. **ROSILENE:** É porque aqui diz: política de
2707 assistência social do SUAS. Na verdade é o SUAS que é da política, não o inverso. O
2708 próprio sistema é Sistema Único de Assistência Social. A proposta da sociedade civil é
2709 tirar: do SUAS. A política de assistência social. VOZ AO FUNDO Isso! Suprimir: do SUAS.
2710 **GEISIANE:** Ok. A gente tem inscrita aqui a Simone dentro desse artigo. Ou a gente
2711 passa? **SIMONE:** Eu fiquei absurdamente confusa com a forma que ficou escrito esse
2712 artigo. E eu não vim na reunião ontem, está bom gente? Mas vocês destacaram não é...
2713 Então quer dizer que, o único objetivo das Uniões Regionais de Conselhos Municipais de
2714 Assistência Social é articular e fortalecer os Conselhos Municipais para apresentar
2715 proposta ao CEAS. Então é só apresentar proposta o papel dela! Apresentar proposta
2716 para o Fórum de usuário, entidade... VOZ AO FUNDO. As URCMAS também são
2717 espaços para troca e relatos de experiências, onde se discutem as necessidades dos
2718 usuários e se desenvolve a participação. É um movimento coletivo que traz em si outros
2719 movimentos ampliando-se a participação e o direito. Também, é um fórum analítico e
2720 reflexivo que oportuniza a criação de novos direitos. Se eu estou chamando a atenção
2721 disso é por que... O debate das URCMAS começou quando a gente viu que nos CMAS
2722 nós não tínhamos representação dos trabalhadores, dos usuários, de forma proporcional.
2723 Não foi isso? Aqui não tem nenhuma relação das URCMAS com os Conselhos
2724 Municipais. VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:** Simone! Tem! Inclusive de fomentar a
2725 participação dos trabalhadores nos Conselhos Municipais. **SIMONE:** Está onde? Está lá
2726 atrás! **MARTA SILVA:** Está em competências. A gente arranjou isso, por quê? Deixa eu
2727 só explicar. A gente no primeiro artigo está definindo o que são as URCMAS. Estamos
2728 tentando trazer o conceito do que são elas, qual é o papel e os objetivos delas, depois
2729 como que elas vão se organizar; depois como é alógica de organização delas; depois o
2730 que compete a elas; o que compete ao CEAS. Na relação com isso, a gente deu uma
2731 nova organização, sabe? **SIMONE:** Entendi. Está bom. Então não está prejudicado, não
2732 é? Está bom. Obrigada então. Desculpa! **GEISIANE:** Dando sequência... **SIMONE:** Eu
2733 prefiro falar, tá gente? **GEISIANE:** Está certo! VOZ AO FUNDO. Vamos discutir a forma
2734 que nós vamos discutir? A sociedade civil fez o destaque e não tem ninguém que se opôs
2735 ao destaque da Rose. Então, para mim, está aprovado. Todos concordam com isso? Aí
2736 no final nós fazemos aprovação de todo o texto. Pode ser? **GEISIANE:** Ok. Então,
2737 aprovada já a primeira alteração. Dando sequência, também da sociedade civil, art. 4º: A
2738 área de abrangência das URCMAS terá como parâmetro a área de abrangência das
2739 Diretorias Regionais. Esse foi o destaque da sociedade civil e também do governo. Então,
2740 por favor, Marta. **MARTA SILVA:** O destaque do governo é só definir quais as diretorias
2741 regionais que nós estamos referindo. E aí em complementariedade, dizer que nós
2742 estamos falando das diretorias regionais da SEDESE. **GEISIANE:** A mesma coisa.
2743 Exatamente o da sociedade civil! E aí só ficou uma pergunta da sociedade civil. O
2744 primeiro destaque conclusivo é que tem que ter que é da SEDESE. Então comunga com o
2745 do governo. E aí ficou a pergunta se era interessante relaciona-las onde e como. Só ficou
2746 essa pergunta. Mas o destaque é dizer que é da SEDESE. **SIMONE:** Talvez em ato
2747 normativo... Definidas em ato normativo do governo... Alguma coisa que diga quem define
2748 as diretorias regionais. Essa que é a questão aqui, não é? Tem que colocar aqui que é em
2749 ato normativo... Eu não sei como é que coloca. **GABRIELA:** Inclusive no decreto de
2750 competência, é uma novidade desses novos decretos, toda unidade regionalizada vai ter
2751 que estar descrita em quais municípios ou em quais regiões. Então, com certeza, vai estar
2752 lá onde estão as diretorias. Antes, necessariamente, não ia ter. **SIMONE:** Então tem que
2753 ter mesmo! VOZ AO FUNDO Agora não tem jeito! Tem que ser com a nossa coordenaria
2754 jurídica lá, para ver como que escreve isso daqui. **GEISIANE:** Contemplados então, não
2755 é? Vamos dar sequência. É o art. 12º §1º: A coordenação das microrregiões deve se
2756 reunir periodicamente para compilar o material a ser enviado a URCMAS. E aí a

2757 complementação da conselheira Daiana foi colocar “URCMAS de sua referência.” Você
2758 quer explicar conselheira? **DAIANA:** Quando eu levantei este questionamento é se as
2759 URCMAS vão poder se subdividir. Então seria interessante colocar que as microrregiões
2760 vão se referenciar. Eu usei o termo referenciar, mas talvez não seja o melhor termo.
2761 Talvez para onde que elas estão vinculadas. Mas a partir da fala da nossa conselheira, e
2762 acho que vai vim isso talvez no próximo ato normativo. **SIMONE:** Eu acho que você tem
2763 razão! **DAIANA:** Colocar “de sua referência”. **GEISIANE:** Sim! “De sua referência”.
2764 **DAIANA:** Talvez a palavra pode mudar. **GEISIANE:** Todos têm concordância? Marta, por
2765 favor, microfone. **MARTA SILVA:** Pode-se fazer a defesa contrária? Conselheira eu vou
2766 fazer a defesa contrária! Eu acho que está claro. O artigo está colocando que se naquela
2767 regional em que a URCMAS se vincula a área de abrangência é muito grande e a
2768 localização dificulta o deslocamento, a URCMA teria autonomia de criar microrregionais,
2769 ela mesma. A gente está institucionalizando as URCMAS, não é? **VOZ AO FUNDO** Ela é
2770 autônoma. Foi que a gente discutiu aqui. Então ela define como ela vai se dividir
2771 microrregionalmente. E aí, é lógico, na área de abrangência daquela URCMAS. Só isso.
2772 **VOZ AO FUNDO** **GEISIANE:** Silva, por favor. Passa aí o microfone para a conselheira
2773 Silvana. Isso não vai ficar determinado no regimento interno da URCMAS? De repente
2774 pode colocar ali o material a ser enviado a URCMAS de acordo com o regimento interno,
2775 que é o próximo parágrafo lá. **GEISIANE:** Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Eu acredito que
2776 essa inclusão ela só deixa mais claro. Se eu estou falando no artigo realmente tudo isso o
2777 que a Marta falou, que os municípios poderão se dividir, na hora que você fala que a
2778 coordenação deve se reunir periodicamente enviando o material à URCMAS, na hora que
2779 eu falo “de sua referência” eu reafirmo. Eu acho que fica um pouco mais claro. Eu acho
2780 que não está contraditório e nem invalidando o que está no caput do artigo. É por isso que
2781 eu gostei. Então quanto mais claro fica o texto... Porque não está comprometendo nada
2782 de conteúdo. Eu acho que nesse caso, no meu entendimento, valeria a pena manter.
2783 **DAIANA:** Quando eu levantei essa proposta foi muito no que a Consolação falou. A gente
2784 fala sempre URCMAS, URCMAS, URCMAS. Então no momento em que a gente define
2785 qual é a referência da microrregião, a gente também dá um norte de qual URCMAS
2786 aquela microrregião pertence. Por isso o “de referência.” **GEISIANE:** Marta. **MARTA**
2787 **SILVA:** Então deixa entender o destaque. Foi destaque no §1º do art. 12º. Aí a gente está
2788 justificando o §2º. Estamos usando como justificativa o § 2º. E aí a conselheira aqui deu
2789 uma certa solução. Ela falou assim: “olha gente! Por que a gente não coloca que o
2790 regimento interno da URCMAS disporá sobre a divisão das microrregiões e o
2791 funcionamento delas.” Por que aí você resolve a questão de quem ela vai se referenciar,
2792 entendeu? A justificativa está um pouquinho vinculada. Talvez o parágrafo de baixo
2793 resolva isso. **GEISIANE:** Contempla conselheira? **VOZ AO FUNDO.** Então vamos fazer a
2794 leitura do §2º conselheiros: O regimento interno das URCMAS disporá sobre a divisão e o
2795 funcionamento das microrregiões. Correto? Divisão e funcionamento das microrregiões.
2796 Aprovado? Art. 15º inc. VI. Compete as URCMAS: fomentar e contribuir com o processo
2797 de representação dos CMAS no CEAS. E aí a discussão levantada na sociedade civil, até
2798 pela conselheira Cris, de que não seria interessante acrescentar: fomentar e contribuir
2799 com o processo de representação de todos os segmentos o CEAS. Assim Cris? Esse foi o
2800 levantamento? **CRISTIANE:** É isso mesmo! Na verdade aí em baixo tem: incentivar,
2801 mobilizar e contribuir com o processo e tal. A gente imaginou que poderia colocar aí.
2802 Entendemos que se colocar isso como competência para URCMAS, mobilizar já requer
2803 determinados recursos. E como que tem que inserir o CEAS, talvez não seria prudente
2804 colocar nesse artigo. Mas é manter o inc. VI colocando a representação de todos os
2805 seguimentos. Pode ter a compreensão de ser talvez só determinado segmento. Eu acho
2806 que é isso o que a gente consegue garantir. **CONSOLAÇÃO:** Em relação a fomentar e
2807 contribuir com o processo de representação do CMAS no CEAS, inclusive isso aqui é um
2808 texto que está no nosso regimento interno, tá? Então a gente está reafirmando aqui o que
2809 a gente considera como uma referência. Em relação a isso que falou do trabalhador e das

2810 entidades, tem o debaixo. Quanto à representação dos usuários e dos trabalhadores do
2811 CEAS... VOZ AO FUNDO Sim! Mas porque a do CEAS tem uma especificidade, que é
2812 questão do âmbito estadual. Aí quando você pega dos Conselhos fazer esse movimento...
2813 Então foi analisado assim. A gente tem outra forma de estar fomentando essa
2814 participação para composição do Conselho, tá? Em baixo a gente coloca: incentivar,
2815 mobilizar e contribuir com o processo de representação dos Usuários, Trabalhadores e
2816 Entidades nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Então é só por causa dessa
2817 diferença de fomentar. Agora, eu também acho que a gente pode utilizar a URCMAS,
2818 porque nós estamos em processo até de vacância, não é? Eu não vejo que comprometa
2819 nada não. **CRISTIANE:** Na verdade a discussão é de que isso não chega. Tem que
2820 fomentar muito as formas de comunicação em que possa chegar e pactuar isso. Eu acho
2821 interessante. **GEISIANE:** A discussão na sociedade civil foi também pensando que,
2822 mesmo tendo esse âmbito estadual, é um espaço onde vão estar reunidos outros
2823 segmentos. Pode ser um espaço sim de divulgação, já que foi fortemente apontado na
2824 conferência. Então as URCMAS também podem ser utilizadas como espaço de
2825 mobilização, para esse fim, para que todos os segmentos fiquem sabendo e participem do
2826 processo. Foi bem colocado pela conselheira Cris. Então só refazendo a leitura: fomentar
2827 e contribuir com o processo de representação de todos os segmentos no CEAS.
2828 **SOYLA:**É importante dizer também que as URCMAS ela é um Fórum dos Conselhos
2829 Municipais de Assistência, que vai fomentar os Fóruns de trabalhadores, usuários e
2830 entidades. Mas a característica dele é ser um Fórum dos Conselhos Municipais,
2831 entendeu? Mas a gente vai estar legitimando também os Fóruns de entidades, usuários e
2832 trabalhadores que não tem documentação legalizada. Agora vai ter uma resolução que vai
2833 legitimar os Fóruns. Isso vai ser muito importante para gente! VOZ AO FUNDO
2834 **GEISIANE:** Eu vou fazer a leitura novamente da proposta, porque a Consolidação fez uma
2835 contribuição. Posso? **SIMONE:** Em qual? Eu não estou conseguindo enxergar.
2836 **GEISIANE:** Art. 15º inc. VI. A proposta de redação seria: fomentar e contribuir com o
2837 processo de representação dos CMAS, dos trabalhadores, das entidades e dos usuários
2838 no CEAS. VOZ AO FUNDO **SIMONE:** Deixa eu fazer uma pergunta que não quer calar.
2839 Será que se escrever dessa forma... Eu estou perguntando, está bom? Será que se
2840 escrever dessa forma não fica parecendo que a gente está destituindo as conferências
2841 estaduais para essa margem de representação, e instituindo as URCMAS? Eu estou só
2842 perguntando. VOZ AO FUNDO **GEISIANE:** Eu estou inscrita. A ideia Simone, eu não sei
2843 se responder a sua pergunta, mas fomentar e contribuir com o processo que já existe. É o
2844 processo legítimo da conferência. **SIMONE:** Eu só sugiro que seja em consonância com
2845 as normativas estabelecidas... Alguma coisa que resguarde. É só isso. **GEISIANE:** Ótimo!
2846 **SIMONE:** Porque o futuro é duvidoso! **GEISIANE:** Sem mais destaques. **MARTA SILVA:**
2847 Mas aí tem como ela apresentar? A SEPLAG observou uma coisa aqui muito importante e
2848 acho que é pertinente a gente rever. Ela queria fazer uma consideração. **SIMONE:** Fala
2849 gente! Nós estamos na hora da discussão ué! **GABRIELA:** Não. É uma coisa muito
2850 pequena. É no art. 13 onde tem compete ao CEAS. Isso pode dar um pouco de conflito
2851 com lei ou decreto que cria o CEAS, porque lá tem as competências. Então eu sugiro
2852 colocar compete ao CEAS, sem prejuízo do disposto do artigo tal... Que são as
2853 competências inteiras do CEAS. Da forma que está aqui, parece que está limitando só a
2854 essas. **SIMONE:** É para além das que já existem, não é? VOZ AO FUNDO Mais alguma
2855 questão? **ROSILENE:** Art. 9º nós também discutimos o parágrafo único: O CEAS manterá
2856 arquivo das proposições das URCMAS a ele encaminhadas para fins de registros
2857 históricos. Nós discutimos se é só isso mesmo. É só registro histórico? Eu tinha feito uma
2858 redação, mas não está aqui. Era inverter a redação: e a URCMAS encaminhará os
2859 materiais, as proposições par ao CEAS monitorar e acompanhar. **GEISIANE:** A Marta
2860 está inscrita. **MARTA SILVA:** Quando a gente do governo leu isso também, falamos:
2861 “poxa! Mas só isso aqui? As URCMAS devem se manifestar fazendo proposições a este
2862 Conselho Estadual.” Ok? Para registro, as manifestações vão ficar arquivadas aqui. Mas,

2863 se você lê no compete ao CEAS lá no art. 13 inc. V, ele tem que analisar e dar
2864 encaminhamento para as manifestações das URCMAS. **GEISIANE:** Completa. **MARTA**
2865 **SILVA:** Então vai ficar só para registro histórico. **SIMONE:** Que eu espero que não seja
2866 em papel. Sinceramente! Eu espero em Deus que não seja em papel. Por que se não,
2867 estou fora! VOZ AO FUNDO Ok Geise? **GEISIANE:** Palmas para todos, não é?
2868 **APLAUSOS SIMONE:** Não! Calma! Agora nós vamos receber o voto. Os conselheiros que
2869 concordam com a minuta de resolução que dispõe sobre a instituição das Uniões
2870 Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social – URCMAS como fóruns
2871 regionais consultivos de controle social da Política Estadual de Assistência Social, por
2872 favor, se manifestem levantando os seus crachás. A! Agora eu vou abrir para que as
2873 pessoas possam se manifestar a respeito da resolução. Lúcia. **LÚCIA:** Companheiros! Eu
2874 estava comentando com a Simone aqui que, eu acho que é justíssimo, justíssimo, que a
2875 gente se lembre aqui nesse momento, que deixe registrado aqui nos nossos anais, o
2876 quanto o nosso ex-conselheiro Ronaldo se empenhou em relação a revitalização das
2877 URCMAS, a importância delas. Eu estava aqui o tempo todo me lembrando dele. Eu falei
2878 com a Simone que ele estivesse aqui hoje ele estaria eufórico. Então, ficam aqui
2879 registradas as nossas homenagens com o Ronaldo pelo empenho dele. **SIMONE:** Quem
2880 se inscreveu? Foi o Hermellis. Por favor, Hermellis. **HERMELLIS:** Boa tarde a todos (as).
2881 Eu quero também parabenizar o CEAS por essa resolução aprovada. Eu também
2882 participei um pouco. Foi bem lembrado aqui pela conselheira Lúcia o esforço que o
2883 Ronaldo empenhou em relação à questão das URCMAS. Ele veio antes de mim. Eu tive
2884 conhecimento da minuta só agora quando foi apresentado. Mas no geral, ficou muito bom.
2885 No final veio constando aquilo que analisamos na comissão e tudo. Eu acredito que
2886 quanto começar mesmo, na prática, vai vir algumas questões. No modo geral ela está
2887 muito boa. Algumas coisas que estão aqui, pelo o que eu percebi, estão confusas. E aí eu
2888 me ateno muito na questão mais de termos, da interpretação. Algumas coisas vocês já
2889 corrigiram e apontaram isso. Mas eu acredito que vai ser na prática mesmo que vai vir
2890 essas propostas e essas melhorias para a resolução. Mas, realmente, referendar a todos
2891 o trabalho da comissão e desse Conselho como um todo nessa construção. É algo tão
2892 esperado e falado nas conferências e tudo. Então eu acredito que todos nós estamos de
2893 parabéns. **APLAUSOS SIMONE:** Obrigada, Hermellis. Mais alguém? Bem, eu também
2894 quero fazer o meu registro aqui. Quero agradecer muito o trabalho da comissão, o
2895 trabalho da secretaria executiva. Também quero agradecer aos nossos colaboradores:
2896 Márcia Pinheiro e ao Sávio. Quero agradecer as URCMAS, que resistiram bravamente
2897 com luta, com resistência. Eu acho que a turma vai ficar muito feliz. Não tem coisa mais
2898 gratificante do que a gente poder participar de conferência, discutir, deliberar e depois ver
2899 que foi concretizado tudo o que a gente discutiu e propôs. Então eu acho que Conselho
2900 Estadual acena muito claramente a sua determinação de centralizar, de regionalizar a
2901 participação. Os Conselhos vão se sentir mais protegidos, não é? Tanto com essa
2902 resolução, quanto com o material que nós aprovamos aqui e que vai ser transformado em
2903 cartilha. Então, de verdade, parabéns. Eu tenho certeza de que há muitos anos nós
2904 vamos lembrar, com muito orgulho, do dia de hoje. Então parabéns, mais uma vez para
2905 nós. Eu só queria propor que o nosso Conselho desse muita visibilidade a essa resolução,
2906 não é? Que gente pudesse fazer um especial de informativo da SEDESE dizendo que
2907 essa é uma deliberação da conferência. E que fosse encaminhado para os delegados das
2908 conferências regionais, para os delegados da conferência estadual, não é? Que a gente
2909 encaminhasse para as URCMAS, para todos os Conselhos, para os secretários
2910 municipais, para o COGEMAS, para os outros Estados, enfim. Temos que dar muita
2911 visibilidade a essa resolução. Eu tenho certeza que daqui a pouco nós vamos está
2912 fazendo outras, tomando outras iniciativas, para complementar essa resolução. Quero
2913 dizer ao ex-conselheiro Hermellis que ainda não foi publicada no diário oficial do Estado.
2914 Ele pode contribuir ainda. E se ele ver que tem alguma parte da escrita que ela ache que
2915 pode melhorar a redação, que a contribuição ao texto, não pode mudar o conteúdo, ele

2916 pode também encaminhar para nós. Será muito bem-vindo. Então nós concluímos aqui
2917 esse ponto. Vamos passar para... Marta, por favor. **MARTA SILVA:** Eu só queria
2918 agradecer os membros da comissão de política também, porque foi um trabalho conjunto
2919 das duas comissões. E a representação governamental também, que se debruçou, leu
2920 detalhe e atenção. E também, a assessoria jurídica da SEDESE, que se disponibilizou
2921 para as consultas na hora que a gente estava consolidando. Quero agradecer todo mundo
2922 aí. Eu acho que a gente avançou e conseguiu chegar a um resultado de bom termo
2923 mesmo e bem feito, de qualidade. **LUIZ GEORGE:** Eu estou muito feliz porque eu sempre
2924 fui conselheiro aqui representando as URCMAS de Belo Horizonte, certo? Foram eles que
2925 me colocaram aqui. Era um caminho de uma via só, eu levava as cosias do CEAS até as
2926 URCMAS. Agora é um caminho de duas vias, vamos levar para lá e vamos trazer de lá
2927 para cá, não é isso? Hoje a URCMAS ganhou um padrinho, ganhou um nome na certidão
2928 de registro e ela agora é autoridade. Muito obrigado, tá? **APLAUSOS SOYLA:** Eu gostaria
2929 de agradecer todos vocês em nome das URCMAS noroeste de Minas. Na hora que eu
2930 levar essa notícia para lá, apresentar essa resolução para os municípios... Hoje para os
2931 30 municípios que vão virar 22, não é? Agora Patos vai ter a sua URCMAS, tão sonhada
2932 por eles. Então vai facilitar, vai melhorar as nossas distâncias. Nossa! Eu estou feliz de
2933 país! Estou indo muito feliz para Paracatu. **SIMONE:** Muito bem. Muito obrigada, Soyla.
2934 Bem, vamos avançar aqui. A hora já está avançando também. Eu vou passar para o
2935 conselheiro Rodrigo, que vai trazer para nós a proposta de alterar a resolução n°
2936 572/2016 que dispõe sobre o segundo de preenchimento das vacâncias relativas aos
2937 representantes da sociedade civil para compor o CEAS. **RODRIGO:** Eu queria pedir os
2938 conselheiros para gente pular para o resolve ad referendum, uma vez que a gente está
2939 prorrogando essa resolução 572/2016, mais uma vez. Art.1º O art. 3º da Resolução do
2940 CEAS/MG n.º 572/2016 passa a vigorar com a seguinte redação: “Art.3ºO foro próprio
2941 para a eleição dos representantes da sociedade civil que visa preencher as vacâncias do
2942 CEAS ocorrerá no dia 17 de novembro de 2016, no Auditório da UTRAMIG na Avenida
2943 Afonso Pena, 3400 – Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte, de 8 às 13 horas.” Art.2º O art. 14
2944 da Resolução do CEAS/MG n.º 572/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:
2945 “Art.14. A eleição realizar-se-á no dia 17 de novembro de 2016, no Auditório da
2946 UTRAMIG. Dentro do horário de 8 às 13 horas nós temos as seguintes atividades: 08h
2947 Credenciamento; 09 h Apresentação do tema: “Papel das Entidades do Sistema Único de
2948 Assistência Social – SUAS”; 09h30 min; Debate 10h Apresentação do tema: “Marco
2949 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC”; 10h30min Debate; 11h
2950 Apresentação dos candidatos, seguido de eleição; 12h Apuração. Eu queria dizer a todos
2951 que nessa prorrogação de resolução a gente está com vacância de uma representação de
2952 Conselho e três representações de entidades. No mais, é isso gente. Se alguém tiver
2953 alguma dúvida, a palavra está fraqueada. Eu também queria dizer que, além da
2954 resolução, a secretaria executiva traçou uma estratégia com a comissão de fazer uma
2955 busca ativa, corpo a corpo. No caso das entidades, de ir até os lugares para tentar
2956 sensibilizar, usar telefone, e-mail. Ontem nós estivemos lá no Fórum das entidade. Então
2957 o trabalho da comissão está sendo feito com relação a isso, com esforço em tentar
2958 recompor essa vagas que nós temos aqui ainda neste Conselho. É isso presidente.
2959 **SIMONE:** Em discussão. Eu quero fazer duas colocações. A primeira é no art. 14: A
2960 eleição realizar-se-á no dia 17 de novembro de 2016, no âmbito do seminário “o papel das
2961 entidades no SUAS”. Se a gente transformar isso aqui em um seminário e dizer que aqui
2962 vai ser o âmbito da eleição, se a gente divulgar esse seminário não vai caber lá na
2963 UTRAMIG não! Isso aqui é um estratégia. Não precisa fazer busca ativa aqui não! Faz um
2964 cartaz, coloca na internet, manda para as entidades e vamos ver. Isso aqui vai ter umas
2965 50 entidades! É só olhar o maior número de pessoas que assistiram a teleconferência. Foi
2966 o dia da MROSC. Esse foi o dia que bombou! Não precisa de cartaz de pape não gente!
2967 Faz na internet para gente divulgar que as inscrições são até o dia tal, coloca as
2968 inscrições... Dizer que quem participar pode votar e ser votado. Então eu acho que essas

2969 coisas que a gente tem que fazer como estratégia, porque o assunto... O assunto
2970 interessa profundamente as entidades. Então a minha sugestão é essa. Nós temos dois
2971 Fóruns de entidades em Minas, temos que mandar para eles, rapidamente. VOZ AO
2972 FUNDO Mandou o convite? Fez isso tudo aqui bonitinho? Seminário? É isso o que eu
2973 estou falando. Eu estou falando é isso. É isso o que eu acho que a gente tem fazer para
2974 divulgar o nosso seminário. Aqui também nós temos que pensar os convidados. Então na
2975 hora de divulgar os nomes também são muito importantes, nomes que de fato se
2976 interessam e façam com as entidades se movimentam, entidades e Conselhos, não é?
2977 Todos os dois tem muito interesse no tema. Mais alguém? Então vamos votar gente? Os
2978 conselheiros que concordam com a alteração apresentada da resolução nº 572/2016, por
2979 favor, se manifestem levantando os crachás. Contrários, abstenções. Então foi aprovada,
2980 por unanimidade. O próximo ponto de pauta é a carata, não é? VOZ AO FUNDO É a nota
2981 pública que eu vou ler. Olha lá gente! Está na tela para quem quiser acompanhar. O
2982 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG vem a público
2983 manifestar sua indignação com a injúria racial sofrida por sua conselheira estadual,
2984 Cristiane Isabel Felipe, em diálogo na rede de comunicação whatsapp. Repudiamos
2985 qualquer manifestação preconceituosa, seja de natureza racial, sexista, homofóbica, entre
2986 tantas, que infelizmente perduram em nossa sociedade. A injúria, prevista no artigo 140,
2987 parágrafo 3º, do Código Penal caracteriza-se por ofender a dignidade ou o decoro
2988 utilizando elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou
2989 portadora de deficiência. VOZ AO FUNDO Pois é! VOZ AO FUNDO **GEISIANE**: Então
2990 nota pública, outubro de 2016. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
2991 Gerais – CEAS/MG vem a público manifestar sua indignação com a injúria racial sofrida
2992 por sua conselheira estadual, Cristiane Isabel Felipe, em diálogo na rede de comunicação
2993 whatsapp. Repudiamos qualquer manifestação preconceituosa, seja de natureza racial,
2994 sexista, homofóbica, entre tantas, que infelizmente perduram em nossa sociedade. A
2995 injúria, prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal caracteriza-se por ofender a
2996 dignidade ou o decoro utilizando elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou
2997 condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. O prosseguimento do inquérito
2998 penal, além de apurar as responsabilidades contribui para a reflexão de toda a sociedade
2999 acerca do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição Federal de
3000 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. As redes sociais existem para
3001 aproximar e facilitar o diálogo. São instrumentos modernos e democráticos de repasse de
3002 informação. É inconcebível o seu uso indevido por pessoas inescrupulosas e oportunistas.
3003 O CEAS/MG soma à luta contra o preconceito e em defesa dos direitos individuais,
3004 sociais e políticos da pessoa humana, dos cidadãos neste País, especialmente em Minas
3005 Gerais. Assina o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Destaques?
3006 Em discussão. Soyla. **SOYLA**: Portadora de deficiência... VOZ AO FUNDO Ah tá! Eu falei
3007 assim: “será que copiaram direto da lei.” **GEISIANE**: Copiou do Código, não é? VOZ AO
3008 FUNDO Tipo isso, não é? VOZ AO FUNDO. Vamos fazer a correção aí. É pessoa com
3009 deficiência. VOZ AO FUNDO Pessoal! Questão de ordem! Pessoal! A Consolação está
3010 fazendo aqui a defesa de que foi copiado do Código Penal, lá consta portadora. Ok. Já
3011 fizemos aí a correção. Temos mais destaques? Sem mais destaques, para aprovação.
3012 Os que concordam, por favor, levantem, os seus crachás. Abstenções. Ok. Por
3013 unanimidade foi aprovada a nota de repúdio por este Conselho. Uma salva de palmas
3014 para quem produziu. APLAUSOS. **MARTA SILVA**: A secretaria executiva está lembrando
3015 aqui de a gente definir a quem nós vamos encaminhar essa nota pública, porque facilita o
3016 trabalho deles. A própria conselheira tem interesse, pelo o que a gente conversou com
3017 ela, para que conste nos autos do processo que ela abriu inquérito na delegacia. O
3018 primeiro encaminhamento é esse. **GEISIANE**: Bom demais! **MARTA SILVA**: Divulgar no
3019 site do CEAS. **VOLNEY**: Eu gostaria que fosse encaminhado para as entidades, para que
3020 as entidades possam publicizar também, não é? **GEISIANE**: Então para as entidades.
3021 VOZ AO FUNDO Para os Conselhos Municipais, COGEMAS, assessoria da SEDESE.

3022 VOZ AO FUNDO Mais algum espaço importante gente? **SIMONE:** Os Conselhos de
3023 Direitos. **GEISIANE:** Os Conselhos em geral, não é? Tá Consolação? A SEDPAC.
3024 **MARTA SILVA:** A coordenadoria. VOZ AO FUNDO **SIMONE:** Ok gente? Agora o último
3025 ponto de pauta, eu acho, é sobre o Capacitas SUAS. VOZ AO FUNDO Geise, você podia
3026 pontuar esse Conselho como esse assunto chegou à presidência ampliada. A Geise
3027 coordenou a reunião da presidência ampliada. **GEISIANE:** Sim. Nós temos dois
3028 encaminhamentos ainda para passar neste Conselho com relações as discussões e
3029 deliberações ontem na mesa diretora. Então nós vamos iniciar pelo ponto de pauta onde
3030 diz sobre as observações sobre o Capacita SUAS. Foi levantado pelo conselheiro
3031 Rodrigo, um pedido do conselheiro Volney e também pela conselheira Sandra, a
3032 necessidade de trazer para essa plenária algumas observações que eles acham
3033 importantes trazer aqui para a nossa plenária sobre o Capacita SUAS. A princípio a gente
3034 conversou um pouco sobre se seria avaliação, se seria observações. Como ainda
3035 estamos no período, está acontecendo o processo de capacitação, eles vão trazer aqui
3036 algumas observações. E fica aberto para que outros conselheiros de forma objetiva
3037 queiram trazer algumas observações nesse sentido. Eu vou passar a palavra para o
3038 conselheiro Volney. **VOLNEY:** Como eu, o Rodrigo e a Sandra participamos de dois
3039 Capacita SUAS: gestão orçamentária e a proteção social básica, então nós fizemos
3040 algumas observações. Então vamos lá. A portaria 113/2015 ela está com o serviço
3041 suspenso. Eu não anotei qual é o serviço dessa portaria. Então seria interessante
3042 informar isso no demonstrativo para os municípios que essa portaria está suspensa. Outra
3043 observação que nós temos que repensar também gente é a atualização do CADÚNICO
3044 para o cálculo do piso mineiro. Está muito defasado. O SIGCON: vários municípios
3045 disseram da dificuldade no uso do navegador. PARTE 7 **LÚCIA:** Os alunos que se
3046 matricularam, sejam eles conselheiros ou técnicos, o quê que isso estava causando?
3047 Eram as primeiras impressões. A gente fez uma colocação muito clara de que esse é um
3048 processo em andamento, então não é processo em avaliação. Este ponto de pauta não
3049 tem esse objetivo, certo? É um processo em andamento. Ele tem vários aspectos que
3050 estão sendo monitorados dia a dia, em cada realização. Eu não esperava que viessem
3051 pontos assim, sabe? Eu acho que o que a gente falou ontem na presidência ampliada,
3052 uma linguagem meio feia, mas vou falar mesmo assim: “quem é da roça aqui sabe o que
3053 acontece quando você está curtindo esterco,” não sabe? Você chega de vez em quando,
3054 dá uma pazada assim e você vira aqui, não é? Então o que você está vendo na superfície
3055 não tem nada a ver com o que está em baixo. A sensação da fala do Rodrigo ontem era
3056 um pouco dessa visão. Quando chega o pessoal do Capacita, os professores reúne-se
3057 um monte de municípios com experiências diferentes, com estruturas diferentes, com
3058 financiamentos diferentes, na forma de assimilar aquilo que está sendo transmitindo e a
3059 forma da realidade da execução da política. O sentimento que levou a presidência
3060 ampliada colocar aqui foi o compartilhamento desse sentimento, dessa percepção, que a
3061 gente achou um ponto extremamente positivo do processo do Capacita SUAS. Então é só
3062 para localizar, porque senão, talvez perca um pouco do que foi discutido. Se o Rodrigo
3063 que estava participando quiser colocar junto com você que estava. Eu acho que ponto a
3064 ponto aqui são questões que a gente nem tratou na presidência ampliada. **VOLNEY:**
3065 Rodrigo, você quer colocar? **RODRIGO:** Eu queria falar das minhas observações! Eu
3066 posso? As minhas observações começam com. **SIMONE:** Todo mundo pode, só que o
3067 Volney não terminou. **RODRIGO:** Sim. **SIMONE:** Eu não participei da reunião. Os
3068 conselheiros que participaram tem que nos ajudar, não é? Eu não participei. O que vocês
3069 discutiram ontem? A Lúcia está colocando que, parece o que vocês discutiram era não
3070 entrar em pontos tão específicos. Então, Rodrigo, antes de você colocar a suas
3071 observações, vamos ver aqui qual é o entendimento desse ponto de pauta. Então nos
3072 ajude nos entendimento, por favor. **RODRIGO:** Assim que nós saímos da reunião, a
3073 Geisiane e eu trouxemos as informações para toda a sociedade civil. Eu até brinquei
3074 falando dessa história do esterco. Agora, a observação individual de cada é de cada um!

3075 A minha observação é no que a gente alinhou. Então pode ser que o Volney está
3076 querendo aprofundar. Talvez não seja realmente algo para se tratar aqui agora, para não
3077 se tornar observação em avaliação, não é? Mas se vocês entenderem que aquilo que foi
3078 lido a gente pode jogar isso para avaliação para que possa favorecer lá na frente... Mas,
3079 da minha parte, é isso aí que ficou entendido. **CONSOLAÇÃO:** Eu também estava,
3080 logicamente, na reunião. Eu só queria fazer uma fala técnica mesmo, regimental, porque
3081 consta no regimento a inclusão de pauta daquilo que é relevante. Então fala inclusive
3082 isso. E é analisado na mesa diretora. A gente sabe disso e dos procedimentos. Então eu
3083 acho que inclusive a gente aprende com isso também. A solicitação de pauta ela tem que
3084 ser mais clara, tem que vim com mais detalhes e o que significada. Na verdade, agora a
3085 observação fica para cada um uma coisa que quer colocar e é ruim. A gente poderia
3086 aproveitar o momento, que poderia ser até mais rico, dando até devolutiva ao que o
3087 conselheiro demandou. Tem pontos aqui que a própria pessoa fala... O próprio benefício
3088 eventual. A gente precisa aprofundar. Então a gente convida alguém para estar aqui, que
3089 vai dar a devolutiva daquilo que está sendo pautado. Muitas das vezes traz ponto de
3090 pautas e dizemos assim: "tá. E como que vamos encaminhar? Como é que vai ser isso?"
3091 Eu acho que às vezes compromete quando a gente recebe solicitações que não vem mais
3092 clara, o que se quer com aquilo. O papel da secretaria executiva inclusive é esse, é
3093 facilitar essas matérias para trazer para o pleno, para todos os conselheiros inclusive, tá?
3094 Obrigada. **RODRIGO:** Não. Deixa eu falar então! VOZ AO FUNDO Não! Deixa eu só
3095 concluir aqui. Na hora que a gente alinhou na mesa diretora foi entendendo que seriam
3096 observações. É claro que pode destoar de algo mais profundo ou não. Mas assim, eu
3097 entendi dessa maneira. A Geisiane estava lá, a Consolação também. Eu continuo
3098 mantendo a minha intenção de fazer observações, observações positivas e afirmativas,
3099 viu Simone? Eu tenho uma observação que eu gostaria muito de fazer! Muito! **SIMONE:**
3100 Gente! Todo mundo... Vocês sabem muito bem. Todo mundo vai falar aqui! **RODRIGO:**
3101 Sim. **SIMONE:** Vamos só compreender. Só um minutinho, tá Volney? Eu vou te chamar
3102 para falar. Marta. **MARTA SILVA:** Só tentando recapitular como que a gente incluiu esse
3103 ponto de pauta. O conselheiro pediu, outros conselheiros pediram, porque vários
3104 conselheiros estão participando do Capacita SUAS em vários locais do Estado. E alguns
3105 trocaram observações que eles acharam importantes da gente compartilhar. E aí nós
3106 quisemos entender melhor se o que a gente estava discutindo já era meia avaliação no
3107 meio do caminho. O que foi colocado para gente é que não! Nós estamos vendo... Nós
3108 temos elogios as estruturas, temos elogios as instituições, temos elogios ao quadro de
3109 professores, temos elogios aos métodos, temos elogio aos percursos. Nós queremos
3110 discutir é que a Capacitação, como diz a Lúcia, está levantando novas discussões. Nós
3111 queríamos é fazer o registro disso. Ontem na comissão de política a gente também isso
3112 com o superintendente Jaime. A gente falou que isso era muito tranquilo, que isso era
3113 esperado. Porque a capacitação é para instigar mesmo as pessoas, a refletirem, a
3114 pensarem no cotidiano, a repensarem o seu processo de trabalho. Mas que o Capacita
3115 SUAS não daria conta. Então nós também discutimos isso lá na comissão de política.
3116 Então, o que nós esperávamos e conversamos ontem na mesa, é que viesse aqui
3117 discutindo, por exemplo, que os CRAS estão com muita dificuldade. Então, pelo o que a
3118 gente viu, estão virando um plantão, estão fazendo atendimento emergencial. Alguma
3119 coisa assim, que a gente sabe e que tem que aprimorar. É isso. É muito mais nesse
3120 sentido. Ficou claro? **SIMONE:** Obrigada, Marta. Pelo o que eu entendi, tem quatro tipos
3121 de observações que nós podemos considerar. E aí depois a gente dá tratamento diferente
3122 para elas. Isso não tem importância. Tem observações e informações. Os conselheiros
3123 que participaram do curso descobriram lá que eles não sabiam de alguma coisa ou não
3124 querem mais informações sobre isso ou sobre aquilo. Então nós vamos tentar aqui ver
3125 quais são as observações. Tem observações de recomendações para os futuros, ainda
3126 dá tempo. "Nós próximos eu sugiro isso, eu sugiro aquilo." Essas são as observações de
3127 recomendações. Tem também observações de aspectos positivos e observações de

3128 aspectos negativos. E aí depois que todos os conselheiros, que quiserem fazer as
3129 observações, a gente vê o quê que faz. Todo mundo tem que entender que as
3130 observações que foram colocadas aqui não foram tratadas e nem vão ser, mas a gente
3131 encaminha um tratamento para elas. Pode ser assim? Então Volney, por favor, retome as
3132 suas observações. **VOLNEY:** Nós tínhamos conversado, não é Rodrigo? Eu fiquei duas
3133 semanas usando do dinheiro público me capacitando. Eu acho que eu tenho por obrigação
3134 fazer uma devolutiva das minhas observações. Se eu passar lá duas semanas e dizer: “o
3135 Capacita SUAS foi excelente lá!” Eu acho pobre isso, não é? Então essas foram as
3136 observações minha, do Rodrigo e da Sandra, tá? Nas turmas que nós estávamos
3137 percebemos, por exemplo, o SIGCON. Todos disseram da necessidade de alterar o
3138 navegado, pois os municípios não conseguem entrar no sistema. Com relação ao
3139 assistencialismo eu vou colocar depois, tá Rodrigo? A relação do MP e dos municípios
3140 fazendo exigência sem o conhecimento da legislação da assistência social foi uma coisa
3141 muito recorrente. Nós pensamos em convidar a professora Carla, que trabalhou com a
3142 gente sobre a gestão orçamentária, para vim conhecer a realidade da prestação de
3143 contas nossa. A professora é muito boa. É excelente! Então nós dizemos: “seria muito
3144 bacana se você viesse até o CEAS para conhecer a nossa prestação de contas, porque
3145 se você vier de outras capacitações, tem o entendimento de como é que funciona a
3146 prestação de contas do Estado para nós conselheiros.” E aí o Elder colocou essas duas
3147 observações aqui. Eu não estou entendendo a sua letra. Você quer colocar Elder? VOZ
3148 AO FUNDO E aqui são as da Sandra. VOZ AO FUNDO **RODRIGO:** Eu posso falar
3149 presidente? Eu queria fazer a primeira observação positiva. Deixa eu pegá-la aqui.
3150 **GABRIELA:** Só aproveitando, porque você falou do SIGCON. Eu acho interessante a ver
3151 a o número dessas demandas e encaminhar para a SEGOV, não é? VOZ AO FUNDO
3152 Sim. É porque muitas das vezes pode ser um problema pontual que a SEGOV não está
3153 nem sabendo. VOZ AO FUNDO Eles estão sabendo? Então ok. Mas é bom até reforçar
3154 que nesses encontros aconteceu isso e tal. **RODRIGO:** Retornando. A primeira
3155 observação positiva que eu gostaria de falar: o certificado já está em mãos, tá gente? É
3156 um “troço” de excelência mesmo. Foi muito legal! Do jeito que vocês combinaram. Depois
3157 do sete dias já estava lá. Então vocês estão de parabéns. Simone, eu queria fazer uma
3158 observação, se por gentileza, vocês puderem tratar na supervisão o modo com o gestor.
3159 A gente viu que é o real avesso, sabe? Todo mundo que fazer! Tem um ou outro
3160 município que a gente percebe. Todo mundo quer fazer assistência! A gente percebe que
3161 o real avesso o técnico que fazer, mas ele tem que dar conta de... Então assim, a gente
3162 precisa estar afinadíssimo com o gestor, com bastante carinho, com bastante diálogo com
3163 ele. Outra observação: o judiciário, com todo respeito que a gente tem ao judiciário. A
3164 Lúcia até falou mais cedo sobre as demandas. É muito relator biopsicossocial, forçando o
3165 gestor a assumir, o técnico tem que dar uma resposta. Então em gestor acumulando
3166 esses processos, tendo que criar câmara técnica entre eles e mais um profissional para
3167 resolver isso. As questões conceituais eu acho que lá para o final a gente vai discutir isso
3168 nas avaliações. Mas assim, a gente tem questões conceituais. Diversas vezes apontou o
3169 fracasso da política de educação, combate as outras drogas e outros. E aí aquela
3170 conversa que a Sandra sempre falou conosco, o tempo todo lá, de que nós estamos
3171 falando para si mesmo. Talvez a gente tenha que estar mais na educação, na segurança
3172 pública, na saúde, disputando com eles outras formas de a gente estar levando as nossas
3173 informações. A história do sujeito coletivo e o sujeito político também foi muito dita, não
3174 é? De projeções represadas, de como que a gente tem que trabalhar isso. O Wagner
3175 estava lá, várias vezes isso foi tocado, de a gente melhorar essas projeções represadas.
3176 Também teve a questão do inventário de ações. Eu não sei o que o governo está
3177 pensando para o futuro Simone, mas talvez um inventário de ações. E por fim, o ano
3178 rotativo, não é? O ano rotativo a gente garantiu na nossa legislação o plano plurianual. Só
3179 que a gente está percebendo que a gente não garantiu as equipes. Então ele não fica
3180 descoberto. A todo o momento em que a gente estava conversando com os colegas, com

3181 os técnicos, a gente percebeu a insegurança do tal do concurso público. Não dá para
3182 gente citar os municípios, mas tem municípios, aqui na região metropolitana, que não
3183 aderem ao concurso público. Eu não sei se é uma estratégia de a gente pensar o nosso
3184 plano plurianual. Eu estou falando para o futuro. Já que esse país está propondo tudo,
3185 que a assistência pega de um tudo, quem sabe que em nosso plano a gente não garanta
3186 um item de RH tentando fechar com os gestores aí para s frente essas exigências? De
3187 pelo menos uma segurança para os técnicos que estão lá na ponta. Então foi isso. Espero
3188 que tenha contribuído. **SIMONE:** Qual conselheiro mais, gente? Quem mais? Mais
3189 ninguém? Eu acho que essas questões são absolutamente importantes e pertinentes. Eu
3190 queria fazer algumas perguntas. Qual que é a portaria que foi revogada ou deve ser
3191 revogada? VOZ AO FUNDO Que portaria é essa? VOZ AO FUNDO Pode falar no
3192 microfone Volney, por favor? **VOLNEY:** 113/2015. **SIMONE:** É portaria municipal estadual
3193 ou nacional? VOZ AO FUNDO **MARTA SILVA:** Eu imagino que ela seja federal, porque o
3194 Estado é muito rato ter portaria. Mas eu vou dar uma pesquisa aqui enquanto isso, tá?
3195 **SIMONE:** Mas qual que é a questão da portaria? Eu também não entendi. VOZ AO
3196 FUNDO Tem que falar no microfone gente! **VOLNEY:** O serviço dela está suspenso.
3197 **SIMONE:** Ah! O serviço está suspenso. **VOLNEY:** Exatamente. **SIMONE:** Então a gente
3198 tem que ver essa portaria. Ela deve ter sido uma coisa que vocês descobriram lá, não é
3199 Volney? **VOLNEY:** Foi falado lá pelos municípios. **SIMONE:** Entendi. Com relação ao
3200 valor do piso. Eu quero lembrar aos conselheiros que esse Conselho já aprovou o
3201 aumento do piso, não é? Tanto do piso fixo... VOZ AO FUNDO Fala no microfone,
3202 Isabela! **ISABELA:**É porque eu continuo sem entender qual o serviço que está suspenso,
3203 porque essa portaria é a portaria nova que fala da transferia do Fundo a Fundo. **SIMONE:**
3204 Então é nossa portaria? **ISABELA:** Não! É federal! Ela fala das transferências nacionais!
3205 É a portaria nova que traz a regulamentação toda dos blocos de financiamento de
3206 transferência Fundo a Fundo. Então eu não entendi que serviço dela que foi suspenso,
3207 sendo que ela trata de transferência Fundo a Fundo. VOZ AO FUNDO **VOLNEY:** Pois é
3208 gente. Os participantes desconheciam essa portaria. **SIMONE:** Uma parte do curso é para
3209 isso mesmo, para gente divulgar e os municípios terem conhecimento para poderem
3210 colocar em prática. A portaria realmente ela é nova Volney. É uma portaria dos blocos.
3211 Ela realmente é bastante nova. A outra questão, que é a questão do piso, só lembrando.
3212 O aumento do piso foi aprovado em conferência. Nós inclusive já regulamentamos isso,
3213 está no nosso PPAG. Está na lei orçamentária dizendo que o valor é de 2.20 vezes as
3214 famílias no Cadastro Único de 2010. Isso atualiza o valor do piso. E também tem os
3215 valores do piso variável. VOZ AO FUNDO Tirou da base de 2010e passou para a de
3216 2015, mudando a base do Cadastro Único. Com relação ao SIGCON a Isabela pode falar
3217 melhor do que ninguém. Os dados que eu mostrei aqui hoje mostram que os nossos
3218 sistemas estão sendo muito bem utilizados, tanto do SIM SUAS, quanto do plano de
3219 serviço. Dos 853 municípios, quase 90% já preencheram. Então, realmente, a gente teria
3220 que localizar. Mas isso não tem problema Volney. Se depois você identificar o município,
3221 a gente pode olhar. VOZ AO FUNDO. A Isabela sabe? VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Eu
3222 vou tentar contribuir, tá? Pelo o que eu estou entendendo, o SIGCON passou por uma
3223 mudança feita pela SEGOV. O nosso módulo de preenchimento do plano de serviços e do
3224 demonstrativo está na versão antiga. E aí isso gera dúvidas na hora do preenchimento.
3225 Mas não está impedindo, porque de fasto, como a Simone mostrou os dados ali os
3226 municípios estão conseguindo. O endereço não mudou. É só apertar o botãozinho. Às
3227 vezes dá o problema de abrir o navegador, mas a SEGOV já está ciente. A DGFEAS já
3228 está conversando sobre isso. A gente já tem ciência de que isso aconteceu em alguns
3229 municípios. Os municípios estão entrando em contato com a SEDESE e a SEDESE está
3230 ajudando a resolver. Então eu entendo. De qualquer forma eu vou levar para discutir isso
3231 lá na superintendência. Eu entendo que as providências já estão sendo tomadas, tanto
3232 que os municípios estão conseguindo preencher, tá? **SIMONE:** Então a gente podia tirar
3233 dois encaminhamentos aqui, Isabela: um com relação à gente fazer uma orientação para

3234 os professores, gestores que vão dar o curso da gestão financeira informando isso. Na
3235 hora que tiver a dúvida, o professor vai falar. Ou o nosso supervisor da SEDESE que está
3236 em campo saber explicar. E a outra é explicar com relação ao piso fixo e o piso variável,
3237 qual que é a proposta do Conselho, o quê que nós aprovamos e por que não está ainda
3238 em vigor. Aí na hora que surgir a dúvida lá, a gente também vai ajudando a esclarecer.
3239 Com relação ao MP, essa é a grande questão gente. Esse aí é o “babado novo”. Nós já
3240 apresentamos na CIB um protocolo que nós estamos discutindo. É um protocolo para
3241 gente acertar essas coisas. Porque realmente, toda denúncia do 0800 quem está
3242 averiguando a denúncia são técnicos do CRAS. Fabi, aí a gente podia também colocar na
3243 mão dos professores da gestão da proteção da oferta da básica uma carta que o CFESS
3244 fez. Eu acho que o departamento de proteção básica deu uma atualizada, por sugestão
3245 da CIB. Vamos encaminha tanto a carta do CFES, quanto a carta da SEDESE, para que a
3246 gente possa aproveitar essa oportunidade de informar aos técnicos o que é competência
3247 deles. VOZ AO FUNDO. O CRP também tem. VOZ AO FUNDO Fabi, tem que falar no
3248 microfone aqui no Conselho. **FABI:** Tem o canal dos e-mails de todos os alunos que já
3249 fizeram o curso. No final a gente pode estar, a medida eu já está acontecendo,
3250 encaminhando para eles também essas informações para socializar isso, tá? Rose.
3251 **ROSILENE:** Aí são os parâmetros do CFESS quanto do CRP? **SIMONE:** É. Os dois
3252 juntos. **ROSILENE:** E também a nota técnica do MDS do Sistema de Justiça do SUAS. A
3253 gente até estava discutindo que muitas vezes também é o próprio gestor que não faz esse
3254 enfrentamento junto. O técnico tem que se posicionar. VOZ AO FUNDO. O atendimento.
3255 Pois é! VOZ AO FUNDO. Isso. Eu acho que essas informações vão contribuir em mostrar
3256 para o gestor que ele é responsável pela gestão, não o técnico. A Denise até trouxe uma
3257 situação extrema assim, colocando que se o técnico não cumprir ele vai responder
3258 implicações. Então está uma situação em que a gente realmente precisa tomar cuidado,
3259 para que a gente consiga fazer valer o direito do usuário. É isso. **SIMONE:** A Fabi lembrou
3260 de que a gente precisa encaminhar não só para os próximos, mas para os que já fizeram
3261 o curso. A outra questão, uma sugestão colocada pelo conselheiro Volney e o conselheiro
3262 Rodrigo, é de que a gente utilize no curso da gestão o método da prestação de contas
3263 que o Conselho faz como método de seminário para o curso. Cadê a Isabela? Podemos
3264 ver se a gente consegue, se tem por escrito o método e se tem como a gente passar isso
3265 para os professores. Eu acho que eles devem conhecer mesmo, não é? Mesmo porque, a
3266 comissão de orçamento tem se dedicado muito a prestação de contas. Eu acho que
3267 merece mesmo a divulgação da forma que o Conselho está fazendo. A Isabela já tinha
3268 sugerido que esse tema trace no conteúdo do curso dos conselheiros nos próximos que a
3269 gente vai fazer. Eu acho que a gente tem que informar os professores do curso como que
3270 é no Conselho. Dos eixos do Qualifica SUAS talvez o apoio técnico tem que se dedicar
3271 especificamente aos gestores. A nossa área infelizmente... Ou eles têm pouca informação
3272 da normativa. Muitas vezes dificulta bastante a vida dos profissionais, que além de tudo
3273 tem que ficar ensinando para o secretário municipal ou para o seu chefe direto o quê que
3274 é a assistência social e como que é o serviço. Então nós vamos ter que dedicar um
3275 projeto específico. A gente já está discutindo isso lá na superintendência. Assim que a
3276 gente estiver... Quer dizer, isso já está no programa, que as metas anuais têm que ser
3277 aprovadas pela CIB e deliberadas pelo Conselho. Aqui já vem a sugestão de vocês, não
3278 é? Eu acho que facilita bastante a percepção de vocês. Com certeza nós vamos
3279 incorporar na nossa proposta. Agora, tem que ser explicado para nós o que é inventário
3280 de ações. Eu não conheço o que é um inventário de ações. **VOLNEY:** É possível a gente
3281 encaminhar o convite para a Carla aqui de Belo Horizonte para vim na próxima prestação
3282 de contas? Ela se colocou à disposição para conhecer a nossa prestação de contas. Ela é
3283 professora. Todo mundo gostou muito, mas muito mesmo, das aulas dela. É possível?
3284 **SIMONE:** Com certeza. Ela não é a única professora da gestão financeira, não é? Mas
3285 para nós é uma honra, não é Isabela? Depois pode conversar isso na comissão de
3286 orçamento da Dra. Carla vim aqui. Não tem problema nenhum, eu acho. **ISABELA:** Eu

3287 acho que é interessante a gente discutir na gestão, porque a Cristiane também falou que
3288 a professora que ela teve no curso foi muito boa. Ela acha também que seria legal a gente
3289 conversar. VOZ AO FUNDO. A dela foi a Helena. A gente está preparando um material na
3290 comissão, indo devagar, mas está indo, para ajudar orientar os Conselhos Municipais a
3291 fazerem o acompanhamento das prestações de contas do município. As professoras já se
3292 colocaram à disposição, vai ser muito legal. Mas a gente vai ter que discutir melhor na
3293 comissão em como fazer e tal. **LÚCIA:** Eu acho que os professores conhecerem a
3294 prestação de contas do Estado é muito interessante para eles. Só que os técnicos, o
3295 gestores do município, eles respondem ao controlador da prefeitura, ao CMAS e a
3296 Câmara. As lógicas são bem diferentes, muito diferentes. Eu acredito e corro o risco de
3297 não queimar a língua em dizer para vocês que em cada município é de um jeito. Muitas
3298 das vezes que dá o tom é o assessor jurídico da Câmara, não é nem o controlador. É um
3299 lugarzinho de pequenos poderes. Eu acho que o importante na verdade é que os
3300 municípios reconheçam legislação, qual que é a função do controle social, porque que é
3301 importante prestar contas e quais são as instâncias de controle social na administração
3302 pública. Tem regras que todo mundo tem que seguir. E tem firulas que depende do
3303 “poderzinho” de plantão, entendeu? Do assessor jurídico da Câmara, do controlador de
3304 plantão e quando o procurador não dá palpite. Eu acho que é importante sim divulgar o
3305 que o Conselho Estadual faz, mas nós estamos falando de gestão municipal. **SIMONE:**
3306 Vamos acolher as observações. A Isabela fez uma proposta. Ela já tinha tocado nesse
3307 assunto da importância e necessidade disso, de inclusive isso ser um conteúdo
3308 específico. De fato esse conteúdo é um conteúdo que nós vamos divulgar para os
3309 Conselhos. Agora, nada impede, nada mesmo, que a gente apresente a forma como o
3310 Conselho Estadual faz. É diferente de que se vamos recomendar isso para todos os
3311 municípios, não é Lúcia? Eu acho que essa é a questão. A gente teria que observar
3312 mesmo essas questões que a Lúcia colocou, temos que discutir e chegar a um consenso.
3313 Os conteúdos do Capacita só vão como conteúdos depois que passam pela esfera
3314 pública. Mas aí, eu fiz uma pergunta para o Rodrigo do que é um inventário de ações.
3315 **RODRIGO:** Então Simone, foi tão rico, tão impressionante que... Tem municípios aqui na
3316 região metropolitana com o serviço de fortalecimento e convivência de vínculos feitos
3317 completamente diferentes. A gente sabe das dificuldades. Mas tem municípios com
3318 bastantes ideias legais de defesa e direito, de garantia. E assim, completamente avesso
3319 do que a Capital, avesso de um município que está ao lado. Ele acaba puxando o usuário
3320 pela oferta qualificada. Então está aí! É só agente buscar essas sementes, essas formas
3321 de identificar. **SIMONE:** O inventário é o quê mesmo? **RODRIGO:** São ações, boas
3322 práticas. **SIMONE:** Ah! Entendi! Então é a gente fazer um banco de boas práticas. Aliais
3323 por favor, já podia identificar para gente, viu gente? Se vocês identificarem boas práticas
3324 nos cursos, por favor, nos identifiquem. Isso é absolutamente importante para nós. Por
3325 favor, Rose. **ROSILENE:** De repente criar no site da SEDESE o observatório de boas
3326 práticas. **RODRIGO:** Deixa eu dar só mais um detalhe? O negócio é tão rico que tem
3327 competição aqui na Capital. Essa eu vou falar! É aqui na Capital. Eles estão fazendo
3328 competições nas regionais de boas práticas! Teve um dia lá que elas pediram para faltar
3329 no curso, pois tem um prêmio. Então eles estão promovendo programas municipais,
3330 estaduais, programas da União. O negócio é bem fértil! Bem interessante. **LUIZ**
3331 **GEORGE:** Há uns três meses atrás foi uma técnica da receita federal lá na URCMA na
3332 reunião com o Conselho de Belo Horizonte mostrando a dificuldade que eles têm na
3333 prestação de conta. Ela ficou de conversar com a gente. E aí no mês passado teve uma
3334 capacitação lá na ESAF. E agora no dia 25 tem outra. **SIMONE:** Pronto! O Sr. George
3335 lacrou! Lacrou de novo Sr. George! Ele te toda a razão! Está tendo um curso que a
3336 SEDESE está participando, o Conselho está participando, que vai ser para todas as
3337 URCMAS, sobre a análise da prestação de contas, viu Isabela? O nosso superintendente
3338 está participando. Tem que ver os conteúdos. Eu acho que lá é um bom lugar para gente
3339 estar fortalecendo a metodologia e o debate da prestação de contas. Muito obrigada pela

3340 lembrança, viu Sr. George! Mais alguém? Bem, às 18h12min... VOZ AO FUNDO Nossa
3341 senhora gente! Depois nós vamos combinar ponto de pauta novo na pauta, viu? Eu,
3342 particularmente, fico exausta! Sinceramente! Mas isso aí a gente combina depois como
3343 que a gente vai organizar isso. Eu não tenho nada contra não, viu gente! É só para não
3344 ficar aqui o dia inteiro! Vai Geise. **GEISIANE:** E nesse calorzinho, não é? É difícil mesmo!
3345 Mas é um ponto importante. Ontem na presidência ampliada nós recebemos a visita do
3346 GT do comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política estadual para
3347 população em situação de rua, que é o Comitê POP Rua. É uma demanda desde agosto,
3348 onde eles pediram essa visita. O objetivo da visita deles e que se resume no
3349 encaminhamento tirado foi a parceria com o CEAS no intuito de divulgar o trabalho desse
3350 comitê e a divulgação para os Conselhos Municipais das propostas desse comitê. A
3351 primeira proposta e a principal deles é de visitas técnicas aos serviços de acolhimento
3352 institucional para adultos e famílias em Minas Gerais. Eles querem a parceria e
3353 participação dos Conselhos Municipais. Então, a gente pediu ontem, diante de tudo o que
3354 eles falaram que eles fizessem para o CEAS uma carta de apresentação falando que
3355 comitê é esse, como que ele foi instituído, os objetivos e a metodologia. E que eles
3356 fizessem para gente uma apresentação de quais municípios eles pretendem visitar, seja
3357 existe um cronograma porque são 87 unidades de acolhimento. A primeira pergunta que a
3358 gente fez é se eles vão visitar essas 87 unidades. Eles disseram que sim, que pretendem
3359 visitar todas. Mas que isso não vai ser possível tão logo. E aí eles colocaram aqui:
3360 considerando os dados do Censo SUAS de 2015, existem em Minas Gerais 87 unidades
3361 de acolhimento, cujo principal público é adultos e famílias em situação de rua e/ou
3362 migrantes em 51 municípios. E dessa forma, para priorizar o trabalho desse comitê, eles
3363 pretendem focar inicialmente suas visitas nos 21 municípios do Estado abaixo que
3364 receberam as expansões do MDS em 2012/2013. Então a gente pediu que eles fizessem
3365 a apresentação desses municípios. Eles colocaram aqui os 21 municípios. E, que
3366 apresentasse para gente também os municípios que eles pretendem realizar visita ainda
3367 esse ano. A gente discutiu na presidência ampliada que poderia criar uma ansiedade
3368 muito grande os municípios receberem uma carta apresentando esse comitê e mobilizar o
3369 Conselho Municipal para uma visita se saber a previsão dessas visitas, não é? E que aí a
3370 gente poderia fazer esse informe gradativamente, de acordo com a programação de visita
3371 deles. Então esse foi o encaminhamento que a gente quer trazer aqui para a plenária.
3372 Resumindo o objetivo deles: avaliar as denúncias que eles já receberam dessas
3373 unidades; fazer dois apontamentos. Eles criaram instrumentais de pesquisa: um que vai
3374 ser aplicado para a diretoria, para a coordenação do equipamento; outro que ser aplicado
3375 para o usuário, fazendo o levantamento da qualidade desse serviço, de como que esse
3376 serviço está estruturado; e posteriormente, fazer junto com os parceiros: SEDPAC,
3377 secretaria de saúde, SEDESE, a Pastoral, grupos de outras entidades, fazer então
3378 propostas de melhorias para esse serviço. Eu acho que é isso. Eu resumi um pouco que
3379 estava escrito aqui deles. Se vocês acharem interessante a gente pode ler ou mandar por
3380 e-mail de todos os conselheiros. Mas resumindo é esse o objetivo desse comitê. Para as
3381 visitas a ideia é que seja em grupos de no mínimo cinco pessoas, contando com a
3382 representação desses parceiros que eu disse: SEDPAC, SEDESE, representantes de
3383 CMAS, representantes de usuário, representante de entidades que trabalham com esse
3384 equipamento. Eu acho que resumindo é isso. Então eles querem o apoio desse Conselho
3385 para fazer a divulgação para os Conselhos Municipais. E claro, o apoio nosso na melhoria
3386 desse serviço. Esse é o encaminhamento. Se vocês acharem que estão esclarecidos, a
3387 gente poderia deliberar diante do encaminhamento que eu coloquei: fazer a divulgação do
3388 que é esse comitê, qual o objetivo do trabalho desse comitê para esses 21 municípios,
3389 que seriam da região metropolitana, que receberão as breves visitas nesse ano de 2016.
3390 É isso gente. Aberto para esclarecimento. **GABRIELA:** Além de ajudar na divulgação,
3391 depois seria interessante o Conselho continuar acompanhando e monitorando para ver os
3392 resultados e o que a gente pode fazer com essas informações que eles vão recolher.

3393 **GEISIANE:** Ótimo. **SIMONE:** Eu queria fazer uma sugestão: encaminhar para o
 3394 COGEMAS e para CIB. Isso tem a ver particularmente com os gestores. **GEISIANE:**
 3395 Ótimo. Vamos anotar aqui o encaminhamento importante. Temos que votar? Temos não é
 3396 ? Então, por favor. Podemos votar? Os conselheiros que concordam com o
 3397 encaminhamento que nós tiramos aqui para contribuir com o Comitê POP Rua levantem o
 3398 seus crachás, por favor. Abstencões? Então, por unanimidade nós aprovamos o
 3399 encaminhamento. Obrigada. **SIMONE:** Agora pode então, não é? Oh! Como sexta-feira é
 3400 dia de “maldade”, boa sexta-feira para todos! APLAUSOS FIM.

NOME		
Cristiane Felipe	IMNNS	
Dayana Cristina L. de Assis	CMAS/PARACATU	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Gabriella Nair F.N.	SEPLAG	
Gesiane L. Soares	CARITAS/MG	
Isabela de V. Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS.	
Josiany Vieira de Souza	ACONESQUISTAC	
Leonardo koury	SEDA	
Leonardo Ladeira	SEPLAG	
Lucia Helena S. J.Rodrigues	COGEMAS	
Luiz George M. de Trindade	CMAS/LS	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Elizabete de Souza	SES	
Marta Maria C. V. da Silva	SEDESE	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Rosilene AP. Tavares	CRESS/MG	
Silvana Campos	SEE	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Soyla R.S. Pereira	CMAS/ PARACATU	
Volney L.A. Costa	PSIND	

--	--	--

3401